

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

OLIVIA ALVES DE ALMEIDA

**A REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES
ASSENTADAS: A HISTÓRIA DA GLEBA XV DE NOVEMBRO A
PARTIR DA TRAJETÓRIA DA *OMUS - ORGANIZAÇÃO DAS
MULHERES UNIDAS***

DOURADOS – MS

2016

OLIVIA ALVES DE ALMEIDA

**A REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES
ASSENTADAS: A HISTÓRIA DA GLEBA XV DE NOVEMBRO A
PARTIR DA TRAJETÓRIA DA *OMUS - ORGANIZAÇÃO DAS
MULHERES UNIDAS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro

DOURADOS – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A447r Almeida, Olivia Alves de
A reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da gleba XV de novembro a partir da trajetória da OMUS - organização das mulheres unidas / Olivia Alves de Almeida -- Dourados: UFGD, 2016.
115f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Alves Ramiro.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Assentamentos Rurais. 2. Mulheres. 3. Associativismo.
I. Título.

CDD - 333.38

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

TERMO DE APROVAÇÃO

OLIVIA ALVES DE ALMEIDA

**A REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES
ASSENTADAS: A HISTÓRIA DA GLEBA XV DE NOVEMBRO A
PARTIR DA TRAJETÓRIA DA *OMUS - ORGANIZAÇÃO DAS
MULHERES UNIDAS***

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a PATRÍCIA ALVES RAMIRO
Orientador/Presidente

Prof.^a Dr.^a MARIA CELMA BORGES
Membro Titular

Prof.^a Dr.^a MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS
Membro Titular

APROVADO EM: ____/____/____

A cada mulher que faz da luta sua companheira diária.

AGRADECIMENTOS

Quando compreendi o real significado da *gratidão* percebi que ela deve ser cultivada e oferecida sempre que possível. Por isso, quero agradecer à vida, que creio ser majestosamente orquestrada por Deus. Obrigada Deus por cada oportunidade, pelo aprendizado, pela possibilidade de evoluir, e, especialmente, pelas pessoas que colocaste em minha vida.

Já me desculpo de antemão se esqueci de mencionar alguém, e lembro que a ordem em que aparecem aqui não está relacionada à importância, afinal *todos* tiveram papéis importantes nessa etapa e merecem minha mais sincera gratidão.

Mãe, obrigada por sempre estar presente e envolvida com tudo. Seus conselhos sempre me guiaram por bons caminhos, e os caminhos são sempre mais tranquilos por eu ter você ao meu lado. Obrigada pelo incentivo, pelos esforços e pelo incomparável *amor de mãe*.

Pai, obrigada por sempre ter incentivado o estudo em minha vida. Hoje sei que o conhecimento obtido vai muito além das teorias vistas em sala de aula, sei que *viver é a melhor forma de aprender*. Obrigada por me incentivar sempre a seguir em frente, e pelos inúmeros livros que me ajudaram nesse momento e certamente ajudarão em outros mais.

Ed, obrigada por nunca medir esforços para estar comigo, para me ajudar, para fazer as coisas acontecerem. Sem a sua pró-atividade certamente muita coisa na minha vida teria sido deixada pra depois. Obrigada por sempre ajudar com a parte prática, mas sem deixar de lado a parte afetiva. Obrigada pelo apoio que *sempre* me ofereceu.

Amor, quanta coisa aconteceu em nossas vidas nesses meus anos de mestrado, né? Agora, por exemplo, estamos no aconchegante sofázão, você jogando um BF e eu escrevendo os agradecimentos nessa noite de sábado. Incrível como agora podemos ser felizes com as coisas mais bobas que chegaram tão de repente que nem pudemos nos dar conta. Obrigada por estar comigo sempre, nos altos e baixos, por ser aquele que com toda a calma aguenta as crises mais pesadas, por ser o fio que me segura quando eu penso em desistir de tudo. Obrigada por não me deixar desistir. Hoje eu vejo o quanto foi importante ir até o final, e só consegui isso por ter você aqui. *Te amo*.

Gringa, obrigada por ser a janelinha aberta quando preciso. Por estar na janelinha quando precisei reclamar, chorar, comemorar, morrer de rir. Por me ajudar a pular a janelinha pra ver o mundo de outra forma, e a me olhar mais através da minha própria janelinha e não da dos outros. Obrigada por me ensinar (na prática!) muito mais sobre respeito, gratidão e

reciprocidade. “*Peguei até o que era mais normal de nós, e coube tudo na malinha de mão do meu coração*”.

Gabriel, quanta saudade eu tenho da gente. Saudade de ter você na porta ao lado, do café, dos papos, das loucuras inesquecíveis. Agora que estamos distantes, a saudade é que me faz sentir você aqui pertinho. Mesmo quando passamos dias sem contato algum sei que estamos juntos, que o próximo reencontro será melhor do que o anterior. Minha imensa gratidão por ter topado fazer a revisão deste trabalho em tão pouco tempo. Tem um tanto de você aqui, no trabalho e no meu coração. *Saudades.*

Jéssica, obrigada por ter me acolhido naquele comecinho de vida acadêmica e por continuar comigo até agora! Obrigada também Travello e Mari por me receberem em suas casas contribuindo assim para minha pesquisa de campo. Nada como estar entre amigos nesses momentos, vocês são especiais!

Manu, sinto que Deus escolheu com carinho o momento de te colocar na minha vida. Seu bom ânimo me contagiou e veio junto com uma série de mudanças que eu estava esperando a um bom tempo. Obrigada por fortalecer minha autoestima, por me ajudar a me organizar de forma prática e por me mostrar que sou capaz, trazendo o seu exemplo como motivação pra que eu possa encarar os meus próprios desafios sem medo. *Uma pessoa motivada não tem medo de nada!*

Agradeço a toda a minha família, que me apoiou ao longo dessa jornada. Especialmente à Bia que realizou diversos empréstimos de livros pra mim, e à Tia Ângela pelas nossas trocas e por sempre emanar paz.

Gratidão à cidade de Dourados, que com tantas contradições me ensinou, através da solidão, da beleza do pôr-do-sol, dos dias quentes e do trânsito maluco. Aos que conheci no meio dessa loucura: Carla Vreche, Gina Tocchetto e todos os colegas do teatro, professores e colegas das turmas de Sociologia e de Antropologia, pessoal do Studio Yoga, da oficina de fotografia, Dábini e as incríveis mandalas. *Gratidão* por terem feito parte dessa parte!

Agradeço à professora Maria Celma pela participação na banca e pelas contribuições teóricas que pude obter em seus escritos. Também agradeço à professora Alzira que esteve presente na qualificação e também na banca contribuindo em todos os momentos. Agradeço à professora Marisa pelos ensinamentos proporcionados no estágio docência e pela contribuição teórica através de seus livros. E, por fim, um agradecimento especial à orientadora Patrícia, que desde a graduação enriquece a minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada por me inserir nesse caminho e por estar comigo em todas as etapas dessa trajetória.

*“Quando eu morrer cansado de guerra, morro de bem com a minha terra:
cana, caqui, inhame, abóbora, onde só vento se semeava outrora”*

(BUARQUE, 1997)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo entender a participação das mulheres associadas à Organização das Mulheres Unidas – OMUS no desenvolvimento do assentamento rural Gleba XV de Novembro, localizado em Rosana/SP. Esse foi o primeiro assentamento da reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, e as mulheres participaram ativamente dos processos que culminaram na sua criação e das lutas e conquistas que vieram posteriormente. Sabe-se, entretanto, que a história oficial, em geral, perpetua a invisibilidade da mulher, por isso o presente trabalho busca apresentar a perspectiva dessas mulheres rurais acerca de suas próprias histórias e da história local, que se deram de forma conjunta. Para isso, utilizamos como base os conceitos e procedimentos da História oral, trabalhando com a memória através de entrevistas com uso de gravador e utilizando questionário para a obtenção de informações objetivas. Foi possível notar que a participação das mulheres ao longo da história do Assentamento tem sido de suma importância e que isso contribuiu para a criação da OMUS, que hoje lidera a organização do principal projeto de geração de renda do local sendo um exemplo concreto da capacidade organizativa das mulheres rurais. Além dos benefícios financeiros, a Associação vem promovendo o empoderamento em diversos sentidos, sendo um meio para que essas mulheres sejam protagonistas de suas trajetórias, que estejam à frente de atividades das quais antes eram apartadas, e que lutem por seus objetivos livres de amarras que antes limitavam suas ações.

Palavras-chave: assentamentos rurais, mulheres, associativismo.

ABSTRACT

This study aimed to understand the participation of women associated with the Organização das Mulheres Unidas - OMUS in the development of rural settlement Gleba XV de Novembro, located in Rosana/SP. This was the first settlement of land reform in the Pontal do Paranapanema region, and women have actively participated the process that culminated in the creation and the struggles and achievements that came later. It is known, however, that the official story generally perpetuates the invisibility of women, so this study aims to present the perspective of these rural women about their own stories and the local history, which came jointly. For this, we use as a basis the concepts and procedures of Oral History, working on memory through interviews with tape recorder and using a questionnaire to obtain objective information. It was noticeable that the participation of women over the history of the Settlement has been of great importance and that this contributed to the creation of OMUS, which now leads the organization of the main project of the local income generation being a concrete example of the organizational capacity of rural women. Beyond the financial benefits, the Association has been promoting empowerment in many ways, it is a way for these women to be protagonists of their trajectories, which are ahead of activities that were previously set apart, and fight for their goals free of bonds that previously limited their actions.

Keywords: rural settlements, women, associativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa indicativo da região do Pontal do Paranapanema.....	25
Figura 2: Lote da OMUS - Prédio da Indústria Comunitária de Alimentos, hoje destinado à padaria comunitária	80
Figura 3: Lote da OMUS - Prédio lateral com banheiros.	80
Figura 4: Placa da "Indústria Comunitária de Alimentos", localizada no prédio principal da OMUS.....	81
Figura 5: Produção de roscas na padaria comunitária no lote da OMUS.	84
Figura 6: Produtos da panificação	85
Figura 7: Mulheres da OMUS e a pesquisadora em café da tarde com produtos feitos pela associação	85
Figura 8: Associadas participando de curso oferecido pelo SEBRAE no lote da OMUS	87
Figura 9: Teatro apresentado pelas mulheres sobre as etapas propostas no curso.....	90
Figura 10: Assentadas chegando com produtos para entrega.	95
Figura 11: Fila de produtos para a pesagem.....	96
Figura 12: Pesagem dos produtos	97
Figura 13: Recibo do produtor (relativa à entrega da semana anterior).....	97
Figura 14: Produtos entregues para a CONAB	98
Figura 15: Nota total por produtor	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESP	Companhia Energética de São Paulo
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEAR	Laboratório de Estudos sobre Assentamentos Rurais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OMUS	Organização das Mulheres Unidas
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SRB	Sociedade Rural Brasileira
TAU	Termo de Autorização de Uso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS	11
1.1 A questão de terras no Brasil e a reforma agrária.....	11
1.2 Assentamentos rurais e suas vertentes de transformação	18
1.3 A ocupação do Pontal do Paranapanema.....	25
2. AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA: A HISTÓRIA DA GLEBA XV DE NOVEMBRO	30
2.1 Aspectos metodológicos	30
2.2 Perfil das entrevistadas	37
2.3 Históricos familiares e a vida antes do acampamento.....	44
2.4 Acampamento: a luta como caminho para a conquista da terra	52
2.5 Espaços de transição: canteiro da CESP e <i>Alqueire e meio</i>	58
2.6 O início do assentamento rural Gleba XV de Novembro.....	62
3. OMUS – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS: TRAJETÓRIA, DESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO	71
3.1 Criação, organização e conquistas: o início da OMUS	71
3.2 Desenvolvimento e definições produtivas da OMUS	78
3.3 Atividades não agrícolas e as contribuições do saber fazer	82
3.4 Continuidade da agricultura: a contribuição da OMUS para a execução do Projeto da CONAB	93
3.5 Associativismo e empoderamento: a renda da OMUS como fator de emancipação das mulheres assentadas.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

As ações dos movimentos sociais têm sido objeto recorrente de estudos nas Ciências Sociais, e a luta pela terra através da reforma agrária é uma das áreas de destaque nesta vertente de pesquisa. Com as transformações do e no campo, especialmente a partir da década de 1980, emerge uma nova ruralidade não mais caracterizada pelo predomínio da atividade agrícola e pela distância – geográfica, social, cultural – das áreas urbanas. Os assentamentos, frutos da reforma agrária, figuram nesse novo contexto rural como interessantes exemplos dessas mudanças, que através da junção de antigas e novas práticas criam diferentes possibilidades de atuação no campo.

O surgimento dos assentamentos rurais é geralmente caracterizado por momentos de ocupação de terras e períodos de acampamento na beira da estrada onde se vive sob barracos de lona em meio a dificuldades. A conquista da terra representa, portanto, o surgimento de um novo espaço-tempo, permeado por representações advindas das experiências passadas, por tentativas de viabilizar projetos familiares distintos dentro do mesmo espaço e por exigências vindas do Estado e da sociedade para que estes sejam espaços produtivos e atuem conforme a lógica capitalista que vigora no campo. Assim, fica claro que o contexto de assentamentos rurais é complexo, principalmente por envolver diferentes atores, relações e processos sociais.

Dentre as relações existentes em assentamentos rurais destacamos a vertente de gênero que atua diretamente na organização das famílias e do próprio assentamento. A partir de questões como os papéis de gênero, por exemplo, observam-se ideias muito enraizadas sobre o que cabe ao homem e à mulher, seja nas atividades internas do lote, seja nas relações exteriores ao espaço familiar. Assim, pensar a temática de gênero atrelada à questão agrária é imprescindível para que se possa compreender o desenvolvimento de um assentamento rural sem deixar de notar a importância das mulheres neste contexto, visto que a invisibilidade feminina é ainda tão comum principalmente se tratando do campo.

Para desenvolver a proposta do trabalho, que envolve a questão de gênero em assentamentos rurais, escolhemos a Gleba XV de Novembro, localizada no município de Rosana. A escolha foi pautada na importância do Assentamento na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, onde o contexto era de grilagem de terras, desmatamento de áreas verdes, grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas e dificuldade de acesso a terra pelos camponeses. Assim, através da luta pela terra que

culminou em intensos conflitos agrários entre movimentos sociais e latifundiários, foi criado em 1984 o primeiro assentamento rural de reforma agrária da região, a Gleba XV de Novembro, com mais de 500 famílias em uma área de aproximadamente 15.000 hectares.

Tendo em vista o comum “esquecimento” da relevância da atuação de mulheres nesses processos de luta pela terra, bem como da importância contínua destas no desenvolvimento do assentamento, destaca-se a importância de se pensar as questões de gênero no meio rural. Aqui acreditamos ser relevante apresentar o conceito de gênero que norteou a pesquisa, o de Scott (1990, p. 14), que afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Verifica-se, portanto, a necessidade de se conhecer a história do assentamento através das mulheres, entendendo as transformações a partir de uma perspectiva que não é a usual – afinal o gênero masculino ainda é mais atuante nas esferas públicas e é dele que se ouve a maior parte dos relatos históricos e considerações que formam o conhecimento contemporâneo sobre a história da luta por terras no Brasil via reforma agrária. Assim, nos interessa ouvir diretamente dessas mulheres as percepções sobre a história, os momentos, as relações, a formação dos espaços e outras questões que se mostrarem relevantes no contexto pesquisado. Para pensar esse aspecto, consideramos que história e biografia se inter-relacionam, ou seja, o desenvolvimento do assentamento e a trajetória das mulheres ocorrem simultaneamente e um influencia o outro numa relação mútua.

Deste modo, a pesquisa aqui apresentada teve como objetivo entender a participação das mulheres associadas à Organização das Mulheres Unidas – OMUS nos processos de desenvolvimento da Gleba XV de Novembro a partir do entendimento delas próprias sobre os diferentes períodos históricos do assentamento.

A OMUS é constituída atualmente por nove mulheres, e foi fundada inicialmente como um espaço para reunião de mulheres para a luta por melhorias no assentamento de acordo com suas demandas – visto que não eram incluídas nas reuniões de associações lideradas por homens.

A escolha dessa associação foi realizada considerando que no grupo há muitas mulheres que estão desde o início da luta pela terra na área onde hoje é a Gleba XV, tendo passado pelos diferentes momentos lutando e conquistando protagonismo nesse espaço. Outra razão é que na associação são facilmente identificáveis fatores que

contribuíram para o empoderamento dessas mulheres, além disso, o grupo se destaca por sua representatividade no âmbito do assentamento mostrando-se, assim, relevante para um contexto de pesquisa científica.

Por conseguinte, buscou-se compreender o histórico da OMUS desde sua criação até a situação atual apresentando as estratégias de geração de renda e de permanência no assentamento desenvolvidas pelas mulheres através da Associação. Assim sendo, levam-se também em consideração as trajetórias de vida das mulheres que atualmente compõem a OMUS.

Também se mostrou relevante destacar a questão de papéis de gênero e sua influência no funcionamento das relações sociais. Sabe-se que esta questão determina de muitas maneiras a atuação das pessoas nos diferentes âmbitos, e também se destaca por tratar-se de uma associação de mulheres, um viés que apresenta suas próprias especificidades como veremos adiante.

A partir dessa proposta, buscou-se mostrar as relações sociais nos diferentes períodos e espaços a fim de observar as influências para que ocorressem, bem como apresentar a história através da perspectiva das mulheres. Acreditamos que pensar as trajetórias de vida das mulheres rurais pode ser uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada não apenas no que se refere ao momento histórico da conquista, mas às próprias trajetórias e o lugar que essas mulheres ocupam hoje nos âmbitos em que circulam.

Este processo de pesquisa desenvolveu-se através da aplicação da metodologia qualitativa de História oral. Nesse sentido, baseamo-nos principalmente nas considerações de Alberti (2013) e Bosi (2001; 2003), entendendo que esta seria a ferramenta mais adequada para o presente trabalho, visto que a proposta é conhecer a história do local através das mulheres e a História oral permite a aproximação necessária para compreender a realidade através das vivências pessoais retomadas por meio da memória.

A partir da abordagem de História oral, exercita-se também o trabalho da memória e, neste ponto é interessante destacar a ideia apresentada por Halbwachs (1990) de complementariedade entre memória individual e coletiva, relação que pode ser observada no caso das mulheres da OMUS que juntas viveram diversos momentos. Assim, falar das histórias destas mulheres é falar também da história da Gleba XV de Novembro, numa relação entre as pessoas e o lugar.

Ainda sobre a questão da memória, destacamos as contribuições de Le Goff (1990) no sentido de pensar a relação entre a memória e a história através dos documentos e monumentos. Sendo ambos derivados de escolhas realizadas pelas forças vigentes em determinado período, em muitos casos algumas “histórias” foram privilegiadas em detrimento de outras.

Para a abordagem escolhida, além da pesquisa bibliográfica, foi de suma importância a realização da pesquisa de campo, já que, com a aplicação da técnica de entrevista com uso de gravador, foi possível ouvir e armazenar as falas das mulheres da OMUS para que fossem transcritas e analisadas posteriormente.

A experiência anterior da pesquisadora com extensão e pesquisa em assentamentos rurais¹ – e especificamente com a OMUS em pesquisa realizada no ano de 2012 sobre alternativas não agrícolas de geração de renda na Gleba XV de Novembro – contribuiu para a execução do presente trabalho tanto no aspecto teórico quanto na prática da pesquisa em História oral. O conhecimento prévio do *locus* e de algumas mulheres que seriam entrevistadas facilitou o contato para a participação das associadas na pesquisa e o acesso aos lotes – tarefa nem sempre simples para quem não conhece o local.

Para auxiliar na obtenção de informações mais objetivas como idade, estado civil e atividade, utilizamo-nos de um breve questionário aplicado anteriormente às entrevistas, o que também colaborou para a aproximação e maior abertura das entrevistadas para a etapa da entrevista que certamente é mais dinâmica. No questionário, além de informações sobre a entrevistada, também foram colhidas informações sobre os demais moradores do lote, geralmente familiares, para que se pudesse traçar um perfil familiar e produtivo.

Seguindo as orientações teóricas obtidas a partir da pesquisa bibliográfica, foi formulado o roteiro de entrevista com tópicos formados por perguntas. As questões foram utilizadas apenas como uma referência sobre os assuntos e informações que gostaríamos de obter, pois, desta forma, foi possível desfrutar também da maleabilidade desse instrumento, obtendo uma maior gama de detalhes sobre cada caso. O roteiro foi

¹ A pesquisadora atuou entre 2011 e 2012 no Laboratório de Estudos sobre Assentamentos Rurais – LEAR e no projeto de extensão Unesp em Campo, ambos coordenados pela Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro na Unesp de Rosana e atuantes nos assentamentos rurais do município. Realizou pesquisa de iniciação científica na condição de bolsista FAPESP que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro”, pesquisando questões de geração de renda e alternativas não-agrícolas que também envolviam discussões de gênero.

estruturado a partir de cinco tópicos: o primeiro relacionado à história de vida e histórico familiar da entrevistada; o segundo abordando o período de acampamento, buscando obter um panorama geral da organização e do cotidiano nesse espaço-tempo; o terceiro voltado para a compreensão do início assentamento, das dificuldades enfrentadas e mudanças observadas; o quarto buscando compreender a situação atual da Gleba XV de Novembro, passando pelas transformações (e continuidades) mais recentes e, por fim, o quinto tópico voltou-se para o entendimento da participação das mulheres na OMUS, considerando questões como os motivos da filiação, as vantagens e desvantagens, as atividades desenvolvidas, entre outros.

Destarte, apresentaremos os capítulos que seguirão apresentando as considerações teóricas e reflexivas acerca da proposta apresentada.

Primeiro temos o Capítulo 1, *Reforma agrária e assentamentos rurais*, que incluirá discussões teóricas sobre a questão de terras no Brasil e a reforma agrária, bem como questões relativas ao universo dos assentamentos rurais, como, por exemplo, sua complexidade e heterogeneidade. O capítulo também traz o contexto de ocupação da região do Pontal do Paranapanema.

O Capítulo 2, *As mulheres na luta pela terra: a história da Gleba XV de Novembro*, traz inicialmente algumas questões metodológicas e o perfil das entrevistadas, itens que servirão como base para a compreensão do trabalho. Após essa contextualização são apresentados os históricos familiares dos, hoje, assentados rurais, passando pelo período de acampamento, pelos momentos de transição (quando os assentados saem do acampamento para outras áreas que ainda não são propriamente o assentamento) e chegando ao início da Gleba XV de Novembro e suas características.

No Capítulo 3, *OMUS – Organização das Mulheres Unidas: trajetória, desenvolvimento e empoderamento*, serão apresentadas considerações sobre o surgimento e desenvolvimento da OMUS, bem como a caracterização das atividades desenvolvidas atualmente pela associação. Também são apresentadas as conquistas, necessidades e perspectivas dessas mulheres assentadas que vêm construindo o presente e projetando um futuro cada vez mais focado em seu protagonismo e no empoderamento da mulher rural.

1. REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS

1.1 A questão de terras no Brasil e a reforma agrária

Diversos autores que tratam sobre o meio rural brasileiro apontam em seus textos as raízes históricas que levaram à situação atual do campo, destacando a forma como foi feita a colonização do país, a qual gerou o domínio da grande propriedade desde aquele período, tendo ainda a marca da exploração do trabalho escravo. Optamos por destacar a explicação de Oliveira (2001a) quando afirma que:

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas, estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, frutos da herança colonial (OLIVEIRA, 2001a, p.28).

O autor esclarece também como a questão se desenvolveu após a independência, mencionando a Lei 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras de 1850:

Com a independência e com o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os escravos que foram sendo libertos (OLIVEIRA, 2001a, p. 28).

Desta forma, a grande propriedade seguiu sendo marca do campo brasileiro e, somente quem tinha condições financeiras poderia negociar e comprar terras. Neste sentido, uma grande parcela da população rural, principalmente os camponeses, ficou à margem deste novo sistema.

Aqui, aderimos ao conceito de camponês a partir da compreensão de Mendras (1969). A princípio, o autor afirma que “os camponeses são indivíduos rurais, autóctones, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantém relações econômicas e intelectuais” (MENDRAS, 1969, p. 34). Entretanto, Mendras (1969) apresenta o camponês geralmente colocando-o em relação ao que ele chama de “agricultor moderno”, evidenciando suas diferenças:

O camponês tradicional utilizava os mecanismos naturais, mas não os dominava, era seu servo. A terra era velha companhia tirânica da qual ele devia suportar os caprichos. O agricultor moderno, ao contrário, domina a natureza, e a submete às suas vontades e a manipula a seu modo. A terra torna-se um fator de produção entre outros, ao qual não se prende mais o valor místico. Ele adquire uma mentalidade técnica (MENDRAS, 1969, p. 49).

Ainda que o autor apresente um contexto europeu como base para a definição conceitual do camponês, em muitos aspectos isso contribui para o entendimento do campesinato brasileiro, o qual, segundo Wanderley (1996) tem como características principais a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial. Estas características são, nalguns casos, mantidas ainda que haja necessidade de adaptar-se às exigências da agricultura moderna, mesmo porque os velhos problemas continuam existindo e exigindo que os agricultores contem com suas próprias forças.

A ideia de subsistência mínima acima citada remete aos registros de Antônio Candido (2001) em *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, obra derivada de investigações realizadas no município de Bofete, nos anos de 1948 e 1954. Segundo o autor, a existência de todo grupo social depende do equilíbrio entre suas necessidades e os recursos existentes no meio físico, exigindo do grupo soluções que proporcionem este equilíbrio. Há de se considerar também o duplo caráter dessas necessidades, natural e social, que se complementam:

Daí a evolução das sociedades parecer um vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas, a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las, dando lugar a permanente alteração dos vínculos entre homem e meio natural (CANDIDO, 2001, p. 29).

Ainda segundo Candido (2001), a satisfação das necessidades por meio da obtenção dos meios de subsistência não pode considerar apenas o ângulo natural, que seria a satisfação do organismo, mas deve considerar também o ângulo social, como forma organizada de atividade. Pode-se afirmar, portanto, que o equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que cada grupo desenvolve neste sentido. Para alcançar este equilíbrio é necessário encontrar modos de explorar o meio físico para obtenção dos recursos de subsistência e estabelecer uma organização social para fazê-lo. Para o autor

[...] há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas” (CANDIDO, 2001, p. 32).

Assim, podemos dizer que existem certos limites abaixo dos quais não seria possível manter a vida orgânica (mínimos vitais) e nem viabilizar a vida social (mínimos sociais).

No caso dos camponeses, as dificuldades para se estabelecerem no equilíbrio da vida orgânica e social, ainda que baseadas no mínimo necessário, são grandes. Estas pessoas estão incluídas num grupo que pode ser chamado de “pobres rurais”, conforme a seguinte definição:

Trata-se de indivíduos que possuem um modo de vida próprio, que pressupõe, além de uma relação estreita com a natureza – como condição básica para a garantia de sobrevivência –, um conjunto de representações pautado em crenças, simbolismos e conhecimentos advindos do mundo natural (SILVA, 2004, p. 44).

Como já mencionado anteriormente, Mendras (1969) relaciona o camponês à natureza e ao conhecimento empírico e tradicional, enquanto o agricultor moderno está relacionado à técnica e ao reconhecimento do valor da ciência. Pode-se afirmar que houve uma espécie de transição, em que o agricultor toma o lugar do camponês:

O gênero de vida do camponês, prêso intimamente a terra, desaparece hoje aos poucos. Toma-lhe o lugar uma profissão, a do agricultor, que não produz mais em primeiro lugar para viver (como acontecia com o camponês), e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional. A profissionalização, mercê da racionalização do trabalho e da mecanização da lavoura, se aproxima dos moldes vigentes nas atividades industriais e comerciais modernas (QUEIROZ, 1969, p. 9).

Também é possível tomar os conceitos através da perspectiva de Wanderley (1996), que coloca a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora diversas situações específicas, como o próprio campesinato², que seria um modo específico de produzir e viver.

Tendo o embasamento teórico apresentado como base, acreditamos que os assentados rurais – categoria analisada no presente trabalho – estão inseridos no contexto da agricultura familiar distanciando-se consideravelmente do conceito de

² Considerando aqui que o campesinato brasileiro tem suas particularidades em relação aos conceitos clássicos de camponês, já que o país tem seu próprio contexto histórico e sociocultural.

camponês – entendido como aquele voltado para formas tradicionais de agricultura, com produção em pequena escala e pouca integração ao mercado e ao contexto urbano. O que se observa no caso estudado é uma aproximação da ideia de profissionalização da agricultura, principalmente por conta das exigências governamentais e da sociedade em geral para que os assentados sejam produtores rurais, contribuindo para o desenvolvimento regional como parte de um sistema que envolve também outros atores e atividades.

Entretanto, o assentado assemelha-se ao camponês quando consideramos a questão familiar. Conceituando agricultura familiar, Wanderley (1996) destaca a questão da família como base para o conceito e para a reprodução social em si:

[...] conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2)

As características de expropriação e exploração e a falta de terras para viver e trabalhar são alguns dos fatores que evidenciam o lugar secundário que a agricultura familiar sempre ocupou na sociedade brasileira. Essa situação exige que homens e mulheres rurais lutem para alcançar espaços na economia e na própria sociedade: “[...] lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família” (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Para entender os aspectos de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, consideramos o período em que se iniciou, aproximadamente na década de 1950, momento do debate político em torno da modernização da agricultura do país. Segundo Silva (2004), esta era considerada até então como símbolo do atraso econômico e das relações sociais arcaicas no Brasil, bem como responsável pela miséria de grande parte dos trabalhadores: “A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização. O Brasil era visto, na realidade, como sendo *dois Brasis*: o moderno, correspondente ao urbano, e o atrasado, correspondente ao rural” (SILVA, 2004, p. 20, grifo do autor).

A partir do Regime Militar que trouxe o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) como delineador da modernização do campo, o capitalismo no campo se consolidou, mantendo intacta a estrutura desigual existente no meio rural.

Milhares de máquinas, tratores e insumos agrícolas substituíram paulatinamente a maneira de produzir até então existente. A modernização da agricultura significou, basicamente, o aumento e a consolidação da expansão capitalista, cujo resultado foi a chamada industrialização do campo, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais e a concentração acelerada da terra e da renda (SILVA, 2004, p. 21).

Segundo Wanderley (2011), o Estatuto da Terra é a primeira lei brasileira que normatiza o uso de terras no país desde a Lei de Terras de 1850. É com o Estatuto que surgem as diretrizes para o desenvolvimento rural no Brasil. Entretanto, esse “desenvolvimento” não atingiu todo o campo e todos os tipos de propriedades, sendo privilegiados apenas os grandes proprietários que tinham de fato condições para acompanhar as exigências de modernização. A autora fala num processo fortemente “seletivo” que levou a uma transformação desigual nas diversas fases do processo produtivo, lembrando também a “modernização dolorosa” apresentada por José Graziano da Silva como um perfeito exemplo da atuação do capitalismo no campo.

Sobre a concentração da terra no Brasil, já na década de 1970, Martins (1980) analisa dados do Censo Agropecuário de 1975 e de outros anos mostrando que os grandes proprietários têm maior domínio de terras, tornando-as inacessíveis para os agricultores “que dela necessitam para trabalhar e não para negociar.”. Portanto, a expansão das pastagens a partir da modernização da agricultura é uma das principais causas do estrangulamento da pequena agricultura, logo, do modo de vida do pequeno agricultor. Assim, muitos migrantes são “obrigados a sair do seu lugar de origem devido principalmente à concentração da propriedade de terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura” (MARTINS, 1980, p. 47).

Silva (2004) aponta o seguinte tripé do projeto modernizador da agricultura brasileira: “militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos quais foram reduzidos à condição de escravos” (SILVA, 2004, p. 22).

A expropriação dos camponeses pelas empresas capitalistas faz com que essas pessoas acabem indo para as grandes cidades em busca de emprego e se juntem aos marginalizados vivendo em condições sub-humanas, ou, como outra alternativa, vão

para o sertão em busca de terras desocupadas. Ela também ocorre indiretamente, por meio do aumento do preço da terra que não oferece condições de ampliar as próprias oportunidades de trabalho e de garantir aos filhos a continuidade do trabalho na lavoura (MARTINS, 1980).

Mesmo quando a grande empresa capitalista não expulsa o agricultor da terra, explora seu trabalho, contratando-os nos sistemas integrados onde a maior parte do lucro vai para a empresa. Observa-se, por conseguinte, que a grande propriedade sempre teve seu espaço garantido no país. Agora, através do agronegócio, ocorre a manutenção deste domínio, sob vendas que mascaram os problemas e contradições do sistema.

Podendo ser entendido como “o gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas” (HEREDIA et al., 2010, p. 160), o termo “agronegócio” passou a ser utilizado a partir dos anos 1980 quando alguns autores começam a substituir a expressão “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria”:

A ideia do agronegócio será uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento (HEREDIA et al., 2010, p. 160).

Assim, o projeto de modernização proposto pela Política de Desenvolvimento Rural presente no Estatuto da Terra acaba reforçando a desigualdade estrutural existente no meio rural brasileiro:

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (FERNANDES, 2004, p. 38).

Entretanto, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses lutando pela recuperação dessas terras das quais foram expropriados, e “quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta

para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista” (OLIVEIRA, 2001a, p.26). Assim, entendemos que:

A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. [...] Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios (FERNANDES, 2004, p. 26).

Oliveira (2001a) entende isto como uma importante contradição do capitalismo, onde o processo de sujeição da renda da terra ao capital, ao mesmo tempo em que expropria e explora o camponês, promove o movimento contrário, possibilitando a união dos trabalhadores. Sem o apoio das instituições que deveriam apoiá-los “os próprios lavradores começam a produzir suas próprias organizações de base, pra juntar as forças e fazer valer não só os seus direitos, mas também a sua concepção de direito” (MARTINS, 1980, p. 65).

Nesse contexto, a reforma agrária se mostra de extrema importância no sentido de redefinir a situação do campo a partir de uma tentativa de promover a igualdade na distribuição de terras. É importante ter em mente, porém, que “a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social” (OLIVEIRA, 2001b, p. 201). Pressão realizada pelos próprios agricultores, muitas vezes por meio de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Através dessa pressão social e política, os movimentos vêm conquistando objetivos importantes para uma população até então excluída socialmente:

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA, 2001b, p. 194-195).

Fica evidente que a justiça, dignidade e cidadania, que deveriam ser direitos garantidos de todos, ainda são “sonhos” para parcelas pobres e excluídas. No caso dos pobres rurais, a reforma agrária é a principal alternativa para a transformação dessa realidade pautada em desigualdades:

No Brasil, é quase consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará a aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma Agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste a sua cidadania (OLIVEIRA, 2001b, p. 205).

Considerando a necessidade de uma reforma agrária com objetivos sociais, econômicos e políticos, acrescentamos que ela precisa ser pensada de acordo com as realidades existentes, para que a terra de fato tenha o sentido de promover a reprodução das famílias, sendo, portanto:

[...] terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 2001b, p. 194).

Assim, apresentamos a seguir mais detalhes sobre o contexto da reforma agrária no Brasil e o conseqüente surgimento e desenvolvimento dos assentamentos rurais, bem como considerações acerca das políticas públicas necessárias para garantir que estes sejam espaços de reprodução da família agricultora que retorna a terra.

1.2 Assentamentos rurais e suas vertentes de transformação

No Brasil, apenas no final da década de 1950 e início da década de 1960 começam a se configurar as políticas fundiárias como uma resposta às pressões dos movimentos sociais no campo. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p.12), “é nessa época que o termo “assentamento” começa a ser utilizado, justamente quando a população do meio rural estava sendo praticamente expulsa em larga escala para os centros urbanos”.

Segundo Graziano da Silva (1985), apesar de já figurar como tema de discussão política anteriormente, somente em 1985 a reforma agrária passa a ser pensada efetivamente através da “Proposta para a Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”, assinada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

(MIRAD) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e apresentada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Como o nome já diz, esta foi apenas uma proposta, e não um plano propriamente dito. A ideia foi posta nesse evento como uma necessidade de discutir a questão – o que estava fora de cogitação nos anos anteriores marcados pelo autoritarismo da ditadura militar – e, por ser um evento de trabalhadores, gerou certo incômodo aos latifundiários que esperavam ser “consultados” antes de qualquer coisa. A imprensa conservadora inclusive chamou de “erro tático” a forma de lançamento da proposta do plano, porém, para Graziano da Silva (1985), não se deve pensar nessa proposta e na forma como foi colocada como um equívoco, mas como uma conquista proveniente da longa luta de toda a sociedade brasileira pela participação nas decisões do governo. A situação dos latifundiários era basicamente a seguinte:

[...] alguns não admitem mesmo que haja reforma agrária alguma; mas outros, até que a tolerariam desde que “moderada e com base na lei”, tampouco admitem que os trabalhadores rurais dela participem como protagonistas. Temem perder o controle, temem que os trabalhadores, organizados, se dêem conta da sua força (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 11).

Graziano da Silva (1985), porém, argumenta totalmente contra essa visão dos principais proprietários de terras, diferenciando uma reforma agrária democrática de uma negociata regida pelos interesses dos latifundiários. Segundo suas palavras:

[...] acho fundamental que todo o processo tenha a direção dos trabalhadores. Este é, para mim, o ponto fundamental, de toque, num processo de reforma agrária democrática. Os próprios interessados, os próprios beneficiários têm que ser ouvidos, têm que se expressar. Não é possível mais uma reforma agrária de cima para baixo, tecnocrática, *manu militari*. É fundamental que os próprios trabalhadores estejam presentes nessa discussão de como se fazer reforma agrária e de como conduzir o processo. É a garantia de que o processo não será interrompido, não será casuístico; que será uma reforma agrária e não uma negociata (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 42-43).

O autor apresenta as forças em conflito como dois grupos distintos: os “pró” e os “contra”. Os “contra”, em geral latifundiários, se dividiam em dois subgrupos: 1) os que não aceitam qualquer tipo de reforma agrária; 2) os que não aceitam a proposta de reforma agrária do MIRAD/INCRA. O primeiro grupo era composto por radicais de direita, contra o Estatuto da Terra, que defendiam o direito inalienável da propriedade privada, e o segundo grupo se manifestava contra a ideia da desapropriação por

interesse social (se as terras fossem pagas até que seria aceitável), e propunham uma política agrícola ampla que englobasse a política agrária. Já os “pró” eram representados pelos setores progressistas, mas também estavam divididos: os que eram a favor da reforma agrária proposta pelo MIRAD/INCRA e os que eram favoráveis a outros tipos de reforma agrária, mas consideravam ainda que a proposta do governo seria um passo para este outro caminho (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

Defendendo então uma postura pró reforma agrária, Graziano da Silva (1985) cita a expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades e evidencia o processo de “favelização” e as condições depreciativas que acabam por viver nas cidades, usando toda essa questão para justificar a necessidade urgente de uma reforma agrária no Brasil. “É para isso a reforma agrária: para dar condições de dignidade humana para esse cidadão permanecer no campo, permanecer produzindo, ser produtivo” (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 37). Considerando todo o histórico apresentado ao longo do trabalho, concordamos com o autor quando afirma que:

[...] creio que se justifica um programa de reforma agrária “vigoroso e massivo” como uma política social capaz de gerar milhões de empregos no campo e reduzir o êxodo rural, evitando o inchamento das grandes metrópoles. [...] a reforma agrária brasileira se justifica nos anos 80 como *uma política social*, independente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste país têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 100-101).

Apesar do destaque que a discussão ganhou em âmbito nacional, somente a partir de 1990³ começaram a serem implantados mais assentamentos. Mesmo com a efetivação da reforma agrária e a criação de assentamentos rurais que abrigam milhares de famílias, o agronegócio – que detém a maior área de terras, produz menos alimentos e concentra a terra nas mãos de poucos – ainda prevalece sobre a agricultura familiar, o que pode fazer com que alguns questionem a viabilidade da reforma agrária. Contudo, Graziano da Silva (2001) fala da inviabilidade da reforma agrária como um mito, considerando, dentre outros fatores, que a agricultura já não é a única alternativa de geração de renda no campo. A questão, portanto, é pensar a reforma agrária considerando tanto as antigas quanto as novas atividades e práticas do e no campo, bem

³ Lembrando que a Gleba XV de Novembro foi criada em 1984, antes mesmo do I Plano Nacional de Reforma agrária, o que reforça a sua importância como assentamento pioneiro na região, antes mesmo da consolidação de uma reforma agrária mais abrangente.

como as características históricas e situação atual desse espaço e dos atores sociais envolvidos, visto que se encontram em constante transformação.

Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento da reforma agrária está na criação de políticas públicas apropriadas para o campo, pois, geralmente, estas vêm carregadas de elementos de modernização, profissionalização e exigências de produtividade, que nem sempre são adequados às realidades dos agricultores familiares e principalmente dos assentados rurais (CARNEIRO, 2000). Oliveira (2001b) também cita o descaso das políticas públicas para com a realidade dos pequenos produtores rurais:

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2001b, p. 189).

Bergamasco e Norder (1996) corroboram a ideia afirmando que:

[...] em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p. 10).

Estas políticas públicas pouco voltadas para o histórico de vida dos atores sociais e muito voltadas para o aspecto econômico e de ampliação da produtividade colaboram para os conflitos. De acordo com Fernandes (2004, p. 3):

A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento.

No contexto dos assentamentos, bem como em outros que tocam a questão agrária, o conflito e a conflitualidade se fazem presentes nos processos ocorrentes no meio rural:

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. [...] Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política (FERNANDES, 2004, p. 27).

Por isso, inseridos na questão agrária, os assentamentos rurais são entendidos como espaços complexos, onde a passagem para a condição de assentada dá um novo lugar social, econômico e político para uma população que antes estava à margem de tudo isso:

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa de trabalho e oportunidade de acesso à terra. Num cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote (LEITE, 2004, p. 258).

Para além do aspecto produtivo e de trabalho, consideremos também as relações sociais ali existentes em sua complexidade. Nas palavras de Farias (2008, p. 151):

[...] não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado. Esses sujeitos procuram organizar as relações internas de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e, conseqüentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

Desta forma, apesar do objetivo comum de acesso à terra e qualidade de vida dos assentados, o assentamento envolve atores e projetos de vida diferentes, que trazem consigo histórias de vida diferentes e que propõem e promovem estratégias familiares diferentes, podendo gerar conflitos, mas também solidariedades. Assim, temos o assentamento como temporalidade dinâmica, ou seja, espaço-tempo que inclui subjetividades e projetos familiares diferenciados que se cruzam e se conflitam cotidianamente, não permitindo, portanto, uma visão linear ou modelos únicos e homogêneos para seu entendimento (FARIAS, 2008).

Em geral, “os assentamentos rurais significam, então, um período novo, porém difícil na vida das famílias, que vivem entre o encantamento e o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que está por vir [...]” (FARIAS, 2008, p. 152). Esta realidade foi observada em suas pesquisas em assentamentos rurais sul-mato-grossenses, mas também representa uma realidade encontrada em outros assentamentos⁴. Além destas questões, é intensa a dificuldade relacionada a necessidade de estabelecimento dessas pessoas enquanto *agricultores*, encontrando, após a conquista da terra, novos desafios:

Com a conquista dos assentamentos, esta população começa a procurar solução para novos problemas e desafios: o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte destas áreas, a falta de assistência técnica, o descaso estatal para com o sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e educação. Criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p. 80).

Reunindo a diversidade de histórias e projetos com a dificuldade de se adequar ao modelo economicista do Estado e a inadequação das políticas públicas à realidade dos assentamentos, os conflitos se mostram inevitáveis. As famílias são avaliadas como “atrasadas”, mas suas trajetórias de vida não são consideradas. A relação com a terra está relacionada ao sentido de plantar e viver, diferente do sentido econômico dado pelo Estado e também pela sociedade. O saber-fazer advindo das experiências anteriores dos assentados deve dar lugar à lógica capitalista de modernidade, mercado e produtividade. Enfim, como alerta Farias (2008), são diversas as controvérsias presentes nesse espaço-tempo.

Todas essas questões vêm à tona quando as famílias articulam seus projetos de vida no assentamento. Ao mesmo tempo em que buscam elementos do passado – referências, memória, experiências – são condicionados pela vida presente – realidade do assentamento, mudança de vida, cotidiano, sonhos, sofrimento – e também carregam representações, formas de entender o mundo e o contexto em que se encontram. Farias (2008) fala num processo de reenraizamento, já que grande parte dessas pessoas passou

⁴ É sempre importante frisar que os assentamentos rurais podem ter características convergentes e distintas, já que o território brasileiro além de extenso, possui históricos e situações diversas, bem como as pessoas protagonistas dessas histórias possuem suas formas de articulação e de desenvolvimento de relações sociais, entre outros.

por um momento de expropriação do campo, indo para uma realidade urbana de pobreza extrema e tendo no assentamento um momento de retorno às raízes.

Ao estudar um assentamento da região do Pontal do Paranapanema, Mancuso e Ramiro (2010) afirmam que a opção de permanecer nos assentamentos rurais é, atualmente, resultado mais de uma desvalorização da cidade que de uma efetiva valorização do campo. Com essa afirmação, as autoras mostram que, embora os assentados considerem que a vida no campo é, ainda hoje, difícil, pensar na vida que se levava na cidade traz lembranças de uma situação de mais dificuldades e privações. Assim, observamos nas histórias de vida das famílias assentadas pesquisadas que, embora em muitos casos ainda falte renda suficiente para o atendimento das necessidades atuais do meio rural, a vida no assentamento é, em geral, melhor do que antes.

Estando, então, na terra, com a oportunidade de viver o “sonho”, a questão que se coloca em meio a todas essas continuidades, descontinuidades e possibilidades é a definição produtiva. Essa etapa deve ser pensada através da questão de gênero, já que, apesar do âmbito produtivo estar geralmente relacionado ao masculino, as mulheres vêm se mostrando importantes nesse aspecto que afeta diretamente o futuro de toda a família, especialmente no que se refere à alternativas de produção e geração de renda. Segundo os estudos apresentados por Farias (2008) as mulheres podem ser consideradas protagonistas no processo de definição produtiva:

Elas procuram criar mecanismos de discussão e de participação para definirem alternativas de produção com características coletivas e solidárias, imprimindo novas conotações nas relações de trabalho, criando mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural (FARIAS, 2008, p. 162).

Deste modo, a partir da compreensão das formas materiais e ideais que compõem o cotidiano da multiplicidade de atores e heterogeneidade de projetos de vida que caracterizam a categoria, ainda recente, de assentados rurais⁵, buscamos compreender as relações sociais que permeiam este contexto a partir das trajetórias de mulheres assentadas da Gleba XV de Novembro.

⁵ De acordo com a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Nº 80, de 24 de abril de 2002, assentado é “O candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito de uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa”. Esta definição, ainda que seja oficial, não incorpora a questão da multiplicidade e heterogeneidade dos assentados rurais, apenas indica um conceito legal perante o Estado.

Antes de adentrar a experiência narrada pelas próprias mulheres, é interessante conhecer a perspectiva histórica da ocupação da região do Pontal do Paranapanema, uma conjuntura que inspirou a luta pela terra e levou à criação de assentamentos rurais na região.

1.3 A ocupação do Pontal do Paranapanema

Pensar a história das famílias que hoje compõem a Gleba XV de Novembro envolve reflexões sobre o histórico do Pontal do Paranapanema, já que muitas famílias viviam nessa região e, mesmo nos casos em que foram para outros locais, retornaram para, no Pontal, se estabelecerem como assentados rurais.

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste do estado de São Paulo. É uma região delimitada pelos rios Paraná e Paranapanema, na divisa com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, respectivamente.

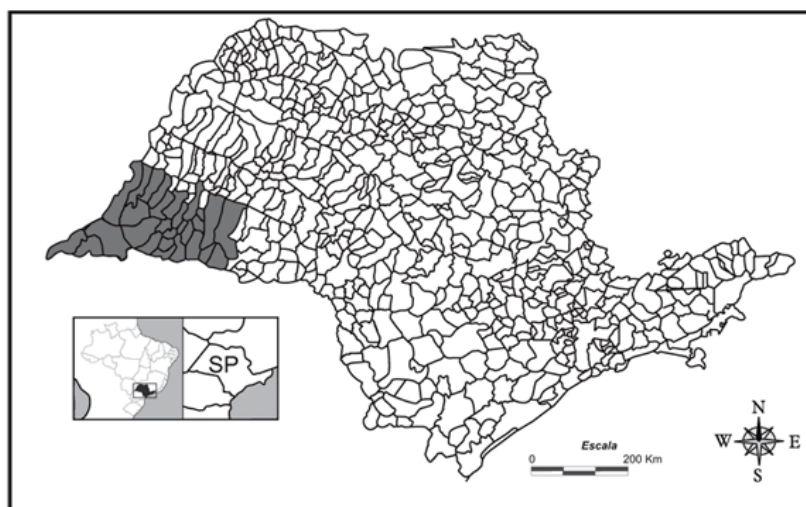


Figura 1 - Municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. Estado de São Paulo, 2006.

Figura 1: Mapa indicativo da região do Pontal do Paranapanema. (Fonte: SILVA, 2007, p. 528)

Segundo o Portal da Cidadania, do Governo Federal, o Território Pontal do Paranapanema abrange uma área de 18.441,60 Km² e é composto por 32 municípios: Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente,

Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio. Somando a população de todos os municípios temos 583.766 habitantes, dos quais 59.911 vivem na área rural, o que corresponde a 10,26% do total. São 12.349 agricultores familiares e 5.853 famílias assentadas (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Essa região apresenta, desde o princípio de sua ocupação, constantes conflitos pela posse da terra:

A Alta Sorocabana⁶ [...] apresentou e apresenta, senão todas, algumas características do desenvolvimento rural e da ocupação de terras no Brasil, tais como: irregularidades na posse de terra, (terras devolutas e públicas); pequeno número de propriedades e altamente concentradas, com predomínio de pecuária de corte; devastação das matas e insignificante oportunidade de acesso a terra para os camponeses (ANTONIO, 1990, p. 10).

A questão da posse da terra é um assunto que precisa ser pensado a partir do histórico do país. As terras brasileiras inicialmente pertenciam à Coroa Portuguesa. Com a Independência, quem assume o domínio territorial é o governo central, e só após a proclamação da República, a Constituição de 1891 garantiu aos Estados da Federação a propriedade (mas algumas ainda eram reservadas à União, como as de fronteira e as marítimas). Assim, temos que, originariamente, a terra era pública no Brasil. Foi por meio das capitânicas hereditárias, cartas de doação, forais, sesmarias, decretos e leis, que particulares foram incumbidos de ocupar certas glebas, desbravando, colonizando e explorando, entretanto, quando não cumpriam essas obrigações, as áreas deveriam retornar à posse do Estado (UNGARO, 2011).

Considerando que as terras devolutas são “aquelas áreas que não foram legitimamente apropriadas por particulares, as quais devem ser devolvidas ao Poder Público para receber a devida destinação” (UNGARO, 2011, p. 24), afirma-se que certas frações do território do Pontal do Paranapanema se enquadram nesse grupo.

Os conflitos nessa área remetem ao final do século XIX e começo do século XX, quando os primeiros colonizadores encontraram as populações indígenas que habitavam

⁶ Alta Sorocabana é também um nome que designa a região que envolve o Pontal do Paranapanema, nome que surge com o desenvolvimento da Estrada de Ferro Sorocabana, que influencia diretamente na ocupação da região. A região mais ampla que incluía o Pontal era também chamada de Vale do Paranapanema.

o local. Logo, colocou-se em prática o que já havia sendo feito em outras áreas do estado de São Paulo:

Inseridas nesse quadro de violência, as ocupações do Vale do Paranapanema, da microrregião da Alta Sorocabana e do Pontal do Paranapanema apontaram para as ações costumeiras de grilagens de terra, destruição das áreas de preservação ecológica, dizimação das populações indígenas e expulsão dos posseiros em favor do latifúndio. Num âmbito maior, o estado de São Paulo também carregou, desde a sua expansão geográfica nos séculos XVI, XVII e XVIII, as marcas desse cenário de violência. Por entradas e bandeiras, as expedições caracterizavam-se pela mobilidade e truculência daqueles que as conduziam diante dos “obstáculos” que encontrassem pelo caminho (BORGES, 2010, p. 38).

Mesmo com a situação de grilagem se tornando comum na região, as ações governamentais se mantiveram indiferentes ao problema, e a violência antes exercida sobre os indígenas, passou a afetar os posseiros, sitiantes, pequenos arrendatários, entre outros sujeitos que já viviam ou se instalavam na região. Esse conflito violento faz surgir também formas de resistência, que marcam a história da região:

[...] encontramos as lutas das populações indígenas na defesa de seu território, bem como a dos camponeses [...] na tentativa de permanecerem na terra, com suas roças de subsistência, mesmo que submetidos aos desmandos do grileiro, configurando um espaço em que, se houve a violência, a resistência também se fez presente, dando novos contornos à história de luta pela terra no oeste e extremo oeste paulista. Questões perceptíveis nas lutas dos camponeses que por aquelas paragens viviam e, mais tarde, nas ações dos sem-terra, os quais enunciaram (e enunciam), em suas práticas e representações, outras conotações, ao conquistarem uma terra quase consagrada pelo grilo (BORGES, 2010, p. 44).

Leite (1998) aponta a ocupação do Pontal como “irregular”, não apenas pelas suas formas, que degradaram intensamente o meio ambiente, mas “porque poucos se apoderaram de muito, ao passo que muitos permaneceram sem nada” (LEITE, 1998, p. 17). O autor aponta a Estrada de Ferro Sorocabana como um impulso para esta ocupação, sendo que os trilhos chegaram a Presidente Prudente em 1917 e a Presidente Epitácio em 1922.

A estrada de ferro também foi essencial para o surgimento de Rosana, já que, segundo Hespanhol (1985), a criação da cidade foi proposta pela Colonizadora Camargo Corrêa, que pretendia criar uma cidade ao final dos trilhos. Trilhos estes que nunca chegaram à região, e acabaram deixando o distrito “isolado” colaborando para a situação de pobreza que já marcava a região por muitos anos devido à violência da ocupação e concentração de terras nas mãos dos latifundiários.

Segundo Mello (1976) – que pesquisou a região da Alta Sorocabana – os primeiros trabalhadores rurais da região eram empregados por proprietários de terra que não conseguiam tocar as terras somente com a força de trabalho familiar. Também era comum o sistema de colonato, que contratava uma família para cuidar de uma determinada plantação (geralmente café) e pagava mensalmente. Esses sistemas são típicos de áreas onde há escassez de mão-de-obra, são onerosos para os proprietários e expressam uma intenção de garantir mão-de-obra. As mudanças se iniciaram a partir de 1930 – com a decadência do café e o incremento da pecuária –, e o colonato foi sendo gradativamente substituído pelos sistemas de parceria e arrendamento, que se mostravam mais vantajosos por exigirem menor capital inicial.

Essa mudança também fez com que surgisse uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados, pois a criação de gado exige menos trabalhadores do que a agricultura. Ocorre então um despovoamento do campo, que significa aumento da oferta de mão-de-obra em geral, pois estes desempregados muitas vezes vão parar nas cidades, em condições que os forçam a aceitar qualquer tipo de trabalho (MELLO, 1976).

Segundo Borges (2010, p. 49):

A leva de homens e mulheres, que, pelos campos do Vale e Pontal do Paranapanema chegavam, trazendo o sonho do “enraizamento”, defrontou-se com a constituição do latifúndio e sua imensidão de pastagens, restando-lhes o trabalho como pequenos arrendatários nas terras de outrem, para, em período próximo, muitos se tornarem posseiros ou bóias-frias pelas grandes propriedades e destilarias da região.

Além disso, já havia um contingente de moradores da região sendo afetados. O desmatamento para extração de madeiras para a construção da ferrovia logo impulsionou a exploração agropecuária. Para Melo, Cappellin e Castro (2008, p. 94) “esta ocupação desordenada e predatória das terras do Pontal trouxe a rápida degradação do solo, o que comprometeu a fertilidade das terras desflorestadas e teve um impacto negativo no nível de renda dos pequenos produtores locais”, assim, os pequenos produtores da região acabaram também como trabalhadores temporários.

Diversas assentadas passaram por este processo, como veremos adiante. Na região, essa realidade se firmou a partir de 1950 com o chamado “golpe de arrematação”, que além de contribuir para a devastação das áreas de preservação, fez com que os “arrematantes” expulsassem das terras os pequenos arrendatários e posseiros (BORGES, 2010).

Além dos camponeses, se reuniram barrageiros e ribeirinhos. Os primeiros ficaram desempregados após o fim da construção das barragens na região, e os outros tiveram suas terras inundadas também por conta das usinas hidrelétricas. “Estes problemas contribuíram para criar um clima tenso no local, com centenas de desempregados vivendo em precária situação ao lado de extensas fazendas de gado subutilizadas” (MELO, CAPPELLIN, CASTRO, 2008, p. 95).

Assim, em 1983 iniciou-se o movimento social que resultaria no assentamento Gleba XV de Novembro. O movimento reuniu pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e das hidroelétricas da região para prosseguir com a luta pela terra que já se desenvolvia na área. Neste mesmo ano, foram ocupadas as fazendas Rosanela e Tucano, no município vizinho, Euclides da Cunha Paulista, no dia 15 de novembro, marco para os participantes. Já no dia 23 do mesmo mês, as famílias foram expulsas dessas terras e formaram os acampamentos XV e XVI de novembro, às margens da rodovia SP-613. Apenas em março de 1984, uma área foi desapropriada, assentando 446 famílias dos acampamentos XV e XVI de novembro, pelo então chamado “Projeto de valorização do Pontal gleba XV de Novembro”. Em 1986, a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) realizou o Reassentamento Rosana, como medida de ressarcimento dos impactos das barragens, mas na realidade se preocupando em equilibrar o conflito no assentamento Gleba XV de Novembro, devido ao fato de a área desapropriada não ter sido suficiente para as famílias que lutavam naquele contexto (BORGES, 2010). Atualmente, a Gleba XV de Novembro abriga 571 famílias, divididas em cinco setores (Setor 1, Setor 2, Setor 3, R5 e R7).

O histórico aqui apresentado é o que se encontra nos livros e tem caráter oficial. A partir do início do acampamento pretendemos abordar aqui uma perspectiva já voltada para a história oral por meio dos depoimentos das mulheres hoje assentadas e atuantes na OMUS. Para isso, iniciamos o próximo capítulo com o perfil dessas mulheres, que contribuirá para a identificação de cada uma delas em suas falas transcritas posteriormente bem como para a compreensão de sua trajetória de vida e situação atual.

2. AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA: A HISTÓRIA DA GLEBA XV DE NOVEMBRO

2.1 Aspectos metodológicos

Antes de adentrar propriamente no que tange a história da Gleba XV sob a ótica das mulheres, é interessante esclarecer alguns aspectos metodológicos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, com destaque para o método da História oral que envolve diretamente a questão da memória.

Para pensar a questão da memória coletiva, trazemos algumas das ideias apresentadas por Jacques Le Goff (1990) em *História e Memória*. Para o autor, a forma científica da memória coletiva é a história, na qual se aplicam dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Ambos são derivados de escolhas efetuadas pelas forças vigentes em determinado período, que, de fato, desejavam que aquilo sobrevivesse como um dado histórico. Le Goff (1990) coloca os monumentos como “herança do passado” e os documentos como “escolha do historiador”.

O documento era inicialmente entendido com o significado de prova e ligado somente a registros escritos, mas com o tempo passa a incluir outras marcas deixadas pelo homem além da escrita. A partir desse alargamento do conteúdo referente ao termo “documento”, iniciou-se uma verdadeira revolução documental:

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; [...]. (LE GOFF, 1990, p. 285-286)

Assim, abre-se uma brecha para emergir a voz dos que antes eram excluídos, uma oportunidade de entender a história através de outros pontos de vista, e não apenas aqueles escolhidos por quem detinha o poder.

Pensar essa transição relaciona-se diretamente com o presente trabalho, já que a proposta é exatamente proporcionar um direcionamento diferenciado na busca da compreensão da história – história do lugar e das pessoas – através de atores sociais não ouvidos tradicionalmente, como é o caso das mulheres. Assim, história, tempo e memória aparecem como ideias complementares, já que através da memória das

mulheres é possível conhecer a história de tempos passados, seja com relação às suas próprias trajetórias ou quanto ao desenvolvimento do assentamento, já que “o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele” (BOSI, 2001, p. 418).

Acredita-se, desta forma, que a história do lugar e a história das pessoas se influenciam mutuamente, visto que essas mulheres atuam na construção da história da Gleba XV de Novembro, e que ao mesmo tempo todo esse contexto construiu as suas próprias trajetórias de vida.

Isso pode ser entendido a partir das considerações de Mills (1965) em seu texto intitulado *A imaginação sociológica*. O autor explica a interferência mútua entre indivíduo e sociedade considerando a história e as transformações de realidades:

As realidades da história contemporânea constituem também realidades para o êxito e o fracasso dos homens e mulheres, individualmente. Quando uma sociedade se industrializa, o camponês se transforma em trabalhador; o senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma, ou se desanima. [...] A vida do indivíduo e a história da sociedade não podem ser compreendidas sem compreendermos essas alternativas (MILLS, 1965, p. 9).

O autor expressa ainda a importância da compreensão, pelo cientista social, da existência de relações entre história e biografia dentro da sociedade, e é isso que Mills (1965) chama de imaginação sociológica:

É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam (MILLS, 1965, p. 13-14).

É neste sentido que buscamos conhecer a história da Gleba XV e a trajetória das mulheres da OMUS, visto que se desenvolveram no mesmo período e espaço de modo simultâneo, condicionando e sendo condicionadas:

[...] todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (MILLS, 1965, p. 12).

Este processo acontece também com os grupos de pessoas que viveram o mesmo período, e aqui se insere o grupo de mulheres da OMUS. A atuação delas como grupo

também teve influência na história do assentamento, bem como estar num grupo influenciou a vida individual de cada mulher. Godoi (1993), que pesquisou camponeses do Piauí com uma abordagem metodológica voltada para a questão da memória, observou que “o grupo, assim, não se define só espacialmente, mas historicamente também: ele possui uma memória social e coletiva, enfim, uma história, que é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos” (GODOI, 1993, p. 30), o que pode ser observado também no caso da OMUS.

Consideramos que “a memória grupal é feita de memórias individuais” (BOSI, 2001, p. 419), e que a memória não é estática, estando sujeita a interferências, transformações e adequações. Assim, concordamos mais uma vez com Godoi (1993) quando afirma que a memória atua como criadora de solidariedade, como produtora de identidade, construindo regras de pertencimento e demarcando as fronteiras sociais do grupo.

Tendo em vista a importância do trabalho da memória, seguimos as seguintes recomendações para a escolha das entrevistadas:

A decisão deve basear-se em critérios qualitativos, como a posição dos entrevistados no grupo e o significado de sua experiência. Isso significa que **os entrevistados são tomados como unidades qualitativas**, e não como unidades estatísticas. Para selecioná-los é necessário um conhecimento prévio do universo estudado; é preciso conhecer o papel dos que participaram ou participam do tema investigado, saber quais seriam os mais representativos e quais são reconhecidos pelo grupo, além de conhecer os que são considerados “desviantes” (ALBERTI, 2010, p. 172, grifo do autor).

Deste modo, a escolha das mulheres da OMUS para participar da presente pesquisa foi baseada em todo o contexto histórico previamente conhecido, tanto no que se refere à participação de muitas dessas mulheres no início do assentamento (e mesmo antes, no período de acampamento e outros que antecederam a entrada no lote) quanto à importância que tiveram e ainda têm por meio da associação, onde, de forma organizada, lutam por seus objetivos, envolvendo não apenas suas próprias famílias, mas toda a comunidade do assentamento.

Assim, partimos do contato com a presidente da associação, Dona Nice, para identificar as associadas atuantes. Hoje a OMUS conta com nove associadas e todas foram incluídas no processo de pesquisa. Entretanto, somente oito atuam nas principais atividades da associação, pois uma delas passa por um problema de saúde que a impede de trabalhar. As principais atividades atualmente são a panificação (produção de pães e

outros itens que são distribuídos nas escolas do município), a realização de cursos diversos (temáticas voltadas tanto para a agricultura quanto para questões administrativas da associação) e a organização da entrega de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que acontece no lote da associação.

Trabalhar com um grupo de mulheres que em sua maioria já se conhece há muito anos mostra-se importante no sentido de pensar a questão da memória. Segundo Halbwachs (1990), a memória individual nunca está desligada da memória coletiva, afinal “nunca estamos sós”. Assim, trabalhar com um conjunto de pessoas que viveram determinados períodos e situações, pode ser uma excelente oportunidade de compreender as circunstâncias, visto que:

Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a seqüência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo (HALBWACHS, 1990, p. 17).

Para isso, lembramos o que Bosi (2001, p. 81) fala sobre a lembrança:

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

Assim, no caso das lembranças de um grupo, esse trabalho pode apoiar-se em sentimentos compartilhados, originários de situações vividas em conjunto que geraram memórias para todos que viveram aquele momento (ainda que essas memórias não sejam, posteriormente, resgatadas de forma idêntica por cada membro do grupo).

Halbwachs (1990) menciona também que para que nossa memória se reúna a dos outros é preciso que elas continuem concordando, que haja pontos de contato entre as memórias, para que a lembrança possa ser reconstruída sobre um fundamento comum, logo:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p. 22).

Assim, acreditamos ser possível pensar a história da Gleba XV de Novembro a partir das trajetórias dessas mulheres que seguem juntas em meio às mudanças sociais, pessoais e familiares que viveram e vivem. Essa proposta nos permite refletir sobre a própria tarefa da entrevista de História oral:

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado por meio do estudo aprofundado de experiências e visões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2013, p. 26).

O trecho nos lembra que indivíduo e sociedade, geral e particular estão sempre relacionados e se influenciando mutuamente. Isso remete à ideia de memória individual e memória coletiva. Para Bosi (2003) no caso da memória coletiva, o coletivo é privilegiado nas narrativas, muitas vezes em detrimento do individual/pessoal, e a memória coletiva que se dá dentro de uma determinada classe tem grande poder de difusão com base em imagens, sentimentos, ideias e valores identitários, por isso muitas vezes:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais (BOSI, 2003, p. 21-22).

Apesar disso, podem surgir depoimentos totalmente diferentes, visto que o “grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época” (BOSI, 2003, p.19) e a narrativa “colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados” (BOSI, 2003, p.19-20).

Considerando isso, acreditamos que pensar as trajetórias de vida das mulheres rurais possa ser uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada não apenas no que se refere ao momento histórico da conquista, mas às próprias trajetórias e o lugar que essas mulheres ocupam hoje nos âmbitos em que circulam.

Para pensar as trajetórias das mulheres assentadas da Gleba XV de Novembro e as relações sociais nos diferentes períodos da história do local, pontuamos os diferentes

momentos na história das mulheres e do assentamento, a saber: o período anterior à luta pela terra; o período de acampamento; o período de transição entre acampamento e assentamento, onde ficaram um período no canteiro da Companhia Energética de São Paulo – CESP e outro no que denominam de época do “alqueire e meio” (em referência à medida do espaço); o início do assentamento; as lutas por melhorias que culminaram na criação da OMUS e o momento atual da associação, onde alguns objetivos já foram conquistados e muito ainda está em andamento.

Partindo dessa divisão temporal foi possível obter um panorama da situação em cada um dos períodos, podendo notar através da memória destas mulheres as lembranças de como eram o cotidiano, as atividades e as relações em cada um dos períodos, a fim de observar as mudanças que ocorreram com o passar do tempo. Porém, sem nunca perder de vista a complexidade do trabalho da História oral ao envolver a memória e “seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade” (BOSI, 2003, p.18):

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 2003, p. 36).

Os momentos destacados, apesar de distintos, fazem parte de uma trajetória, como partes de um todo:

Logo, sob pena de deixar escapar tudo o que define concretamente a experiência da posição como etapa de uma ascensão ou de um descenso, como promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pela diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva. Em consequência, podemos distinguir *propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e propriedades ligadas ao futuro da posição* (BOURDIEU, 2007, p. 8, grifo do autor).

Já que “o ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*” (BOURDIEU, 2007, p. 07, grifo do autor), acredita-se que é possível trabalhar momentos específicos sem deixar de considerar o todo em que se inserem e o sentido que seguem.

Para uma compreensão mais aprofundada, além de trabalhar com situações determinadas num certo período, as relações sociais foram também pensadas em termos dos diferentes espaços:

Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de *espaço*, conjunto de posições distintas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre* [...] (BOURDIEU, 1996, p. 18-19).

Acredita-se, portanto, na importância da pesquisa como uma possibilidade de tomar conhecimento de uma versão diferenciada dos acontecimentos – a visão da mulher sobre sua própria trajetória e sobre o desenvolvimento do assentamento – e de, assim, construir um entendimento mais amplo através do ouvir, interpretar e compreender a voz de atores sociais muitas vezes excluídos dos âmbitos públicos e da história tida como oficial.

Como complemento aos aspectos metodológicos apresentados, é importante destacar a questão de gênero e o conceito adotado para o desenvolvimento do presente trabalho, pois quando falamos em relações sociais em assentamentos rurais – e, no caso da presente pesquisa, quando nos inserimos no contexto de uma associação de mulheres – a temática se coloca como de grande importância por estar estreitamente ligada a determinação de papéis sociais e de espaços adequados aos sexos feminino e masculino.

Retomamos, assim, o conceito de gênero que norteou a pesquisa, o de Scott (1990, p. 14), que afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. A partir dessa perspectiva e considerando a tradicional hierarquia de poder, são construídas as ideias de espaços de homens e espaços de mulheres, onde estes exercem seus poderes de formas diferentes.

Seguindo essa regra social, o poder masculino estaria ligado à esfera pública, afinal, “são os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras” (TEDESCHI, 2009, p. 144), enquanto o poder feminino se daria na esfera privada. Nas palavras de Tedeschi (2009, p. 146), “as mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujo significado desses poderes esteve associado aos seus atributos biológicos”. Mesmo assim, as esferas não possuem definições e restrições estáticas:

[...] mesmo que essas esferas sejam separadas, sua impermeabilidade não é perfeita: os homens, como chefes de família, autorizam-se um vai-e-vem entre elas; as mulheres são destinadas ao privado e se expõem a diversos ataques à sua integridade quando saem [...]. O discurso das esferas separadas alimenta e se nutre de um discurso da diferença “natural” entre os sexos, que distribuem os papéis sociais segundo a filiação sexual. O homem público

obtem consideração; a mulher pública é objeto de escárnio (LAMOUREUX, 2009, p. 211).

Assim, temos que a separação das esferas não é fisicamente rígida e, portanto, permite não apenas a circulação de pessoas de todos os sexos na esfera pública e privada – considerando as consequências disso – mas também possibilita que as relações de poder ocorram em âmbitos intra e interdomésticos, afetando relações familiares, comerciais, políticas, entre outras.

Neste sentido, concordamos que “[...] o lugar da mulher na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta” (SCOTT, 1990, p. 14). O sentido que estas atividades vêm adquirindo segue o modelo de estrutura social que distingue gêneros e se utiliza dessa diferenciação para determinar uma série de limitações. Mas, como veremos adiante, é possível desafiar este modelo tradicional transformando as relações sociais de forma positiva e inclusiva, especialmente no que se refere às questões de gênero e participação das mulheres em âmbitos diversos.

Apresentadas as considerações metodológicas que auxiliarão no entendimento geral do trabalho, consideramos importante apresentar o perfil⁷ de cada uma das associadas visto que são elas que irão, na sequência, narrar a história do assentamento em cada uma de suas etapas.

2.2 Perfil das entrevistadas

Criada oficialmente em 1990, a OMUS reúne mulheres assentadas da Gleba XV de Novembro, para a realização de atividades diversas, como cursos e produção de pães, que são hoje as principais atividades desenvolvidas no lote conquistado pelas mulheres para sediar a associação. Inicialmente, a associação era chamada de OMUS II – Organização das Mulheres Unidas do Setor II, já que foi nesse setor que surgiu a iniciativa. Atualmente as próprias mulheres vêm utilizando apenas a sigla OMUS para designar a associação, e também houve adesão de uma assentada que vive no setor 3,

⁷ A partir disso, acredita-se que seja possível a aproximação de um entendimento da associação não apenas a partir de sua homogeneidade como grupo, mas como um espaço em que os indivíduos agregam suas perspectivas e valores promovendo uma simbiose que proporciona à associação o desenvolvimento pautado na realidade cotidiana do assentamento, das famílias e das mulheres ali presentes.

representando uma expansão da associação. A OMUS também organiza atividades que envolvem todo o assentamento e as diversas famílias ali residentes, como é o caso da entrega de produtos agrícolas para o projeto da CONAB, que ocorre no lote da associação e sob a supervisão de membros da OMUS.

Atualmente a OMUS tem nove membros, porém uma das mulheres, Maria Lúcia, não participa de todas as atividades por conta de problemas de saúde, mas foi entrevistada, pois faz parte da associação desde o início e pôde contribuir muito para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, acreditamos ser importante apresentar as integrantes dessa associação situando-as em suas trajetórias.

Começamos a apresentação individual com Eleonice, mais conhecida como D. Nice, que é a atual presidente da associação. Ela tem 55 anos, é casada, completou o ensino médio, é co-titular no lote em que vive e tem 4 filhos. Antes do assentamento vivia em Cuiabá Paulista, distrito de Mirante do Paranapanema também localizada na região do Pontal. Se autodenomina agricultora, e sua principal atividade é a produção de polpa de frutas, o que ocorre em seu próprio lote. Foi fundadora da associação, quando havia reuniões mas a associação ainda não tinha nome formalizado.

Edmara é filha de D. Nice e era pequena quando a família entrou no assentamento. Sua entrada na associação foi acontecendo naturalmente⁸, pois participava com a mãe mesmo antes de ser de fato associada. Atualmente atua na OMUS como tesoureira e também trabalha durante as entregas da CONAB que ocorrem no lote da associação. Tem 33 anos, é casada e vive em uma casa na agrovila do assentamento. Ela estudou até o 3º colegial e tem dois filhos. Também se considera agricultora, e afirma que a principal atividade é o trabalho realizado no lote de sua mãe.

Edvalda é irmã de D. Nice, portanto tia de Edmara. Ela também vivia em Cuiabá Paulista antes de ir para o assentamento. Tem 46 anos, é casada, possui ensino médio completo e tem dois filhos. É agente de saúde, mas hoje não atua mais nessa área, tendo como principal atividade atualmente o trabalho realizado na OMUS. Sua entrada na associação foi motivada por sua *vontade de trabalhar com gente*, e ela retoma a data do nascimento do primeiro filho, 1988, para recordar que passou a atuar na OMUS logo após esse importante marco em sua vida.

⁸ Essa inserção naturalizada no grupo lembra a questão da memória, que também é influenciada por esse contato com a família e a vizinhança, no caso de Edmara representada pela associação: “Uma família pode ter morado longos anos num mesmo bairro, formando vínculos estreitos com a vizinhança; a criança sente-se incluída no grupo familiar e no da vizinhança, suas lembranças brotam de um e de outro, dada a íntima vivência com ambos” (BOSI, 2001, p. 431).

Maria de Jesus tem 79 anos e é a titular do lote onde vive com a família. Ela era do Paraná, mas se mudou para Euclides da Cunha Paulista e vive nessa cidade até ir para o acampamento. É casada e teve 8 filhos. Estudou apenas até a 3ª série. Ela se considera agricultora, e suas principais atividades são a roça do lote e a atuação na OMUS, da qual faz parte praticamente desde o início da associação, já que afirma que após a entrada no lote tocou um pouco de roça e depois já começou a participar.

Maria Francisca tem 54 anos, é titular do lote, casada e tem 3 filhos. Também era do Paraná e veio para o estado de São Paulo quando se casou. Viveu alguns anos no Paraguai e morava em Rancharia quando decidiu vir para o assentamento em 1991⁹. Estudou até a 7ª série e hoje se considera agricultora, tendo como principais atividades a criação de gado e a agricultura. Começou a atuar na OMUS após o convite de membros, pois participou das atividades, gostou e pediu para fazer parte.

Maria José vivia com a família em Pernambuco e, por conta das dificuldades relacionadas à seca, vieram para o interior de São Paulo para trabalhar na região de Euclides da Cunha Paulista. Ela também morou na capital de São Paulo e foi de lá que veio para o acampamento. Tem 67 anos, é casada e co-titular do lote em que vive. Estudou até a 4ª série e tem 4 filhos. Afirma ser agricultora, e tem como principais atividades a agricultura e a atuação na OMUS. Está na associação desde o começo, e lembra que *ninguém tinha direito a nada*, por isso era preciso lutar por melhorias.

Maria Lúcia tem 52 anos, é casada e tem 4 filhos. Era moradora de Mirante do Paranapanema antes de acampar. Ela é co-titular do lote em que vive e estudou até o 3º colegial. Considera-se lavradora, mas atualmente por estar com problemas de saúde não pode trabalhar no lote e nem na associação, porém, permanece associada e participa de algumas atividades quando possível, principalmente cursos. Atua na OMUS desde o começo da organização e destaca a importância da *união para conseguir as coisas*.

Masseias tem 31 anos e é agregada no lote onde vive, do qual seu avô é titular. Afirma ter vindo pra Gleba XV logo após o nascimento. Ela é amasiada¹⁰, tem 3 filhos, e estudou até o 2º colegial. Ao ser perguntada sobre sua profissão, afirmou ser rural, e sua principal atividade é a criação de gado. Porém, também executa algumas outras atividades para agregar renda, atuando como manicure e fazendo trabalhos manuais como pintura em tecido para vender. Sua entrada na associação se deu a partir de suas

⁹ Nessa época o assentamento já estava consolidado, portanto ela não participou dos períodos de acampamento e de transição, tendo adquirido o lote por meio de compra de benfeitoria.

¹⁰ Termo usado para afirmar que vive junto com o companheiro sem ter se casado legalmente.

participações esporádicas no lugar de sua avó que já enfrentava problemas de saúde e mandava a neta em seu lugar. Com a saída da avó passou a atuar com mais frequência e agora realmente faz parte da OMUS.

Vanda tem 64 anos, é viúva e entrou na associação recentemente. É titular do lote onde vive. Antes do assentamento já vivia na região, tendo morado por último no município de Euclides da Cunha Paulista. Estudou até o 3º colegial e teve 6 filhos. Considera-se lavradora e tem como principal atividade a horta que cultiva em seu lote.

Após a breve apresentação de cada uma das entrevistadas, podemos interpretar os dados e fazer algumas afirmações que podem contribuir para a compreensão das características do grupo de modo geral.

Considerando o grupo da OMUS, a maioria das mulheres é casada, sendo uma delas viúva e uma amasiada. Podemos analisar a atitude de Maseias de afirmar que é *amasiada* a partir de certa desvalorização daqueles que não são “casados no papel”. Portanto, essa questão seria algo importante de se mencionar, já que coloca a pessoa numa situação que a diferencia das demais.

Segundo Sarti (2011, p. 84) “o casamento legal e o religioso são considerados moralmente superiores à união consensual, conferindo maior respeitabilidade ao casal e legitimidade ao lugar de *marido* e de *esposa*”. Apesar de a autora pesquisar um contexto de pobreza urbana¹¹, muitas relações apresentadas em seu texto são compatíveis com a realidade observada nos assentamentos rurais, onde pobres rurais começam a ter uma perspectiva de mudança de categoria/classe social.

Para compreender mais detalhadamente o funcionamento dessas relações sociais que envolvem hierarquia e moral, apresentamos mais uma explicação da autora:

Na vida do dia-a-dia, o que comporta tolerância envolve manipulação, em situações de conflito, para afirmar quem é *gente de respeito*, tornando “menos” quem não segue essas regras morais. Assim é que a categoria *amigado*, em oposição à de *casado*, demarca uma fronteira, apesar de sua aceitação na prática, porque o casamento legal torna as pessoas mais respeitáveis [...]. Por esses mecanismos simbólicos o sujeito reafirma-se moralmente como *homem de bem*, diante de si mesmo, perante seus iguais e aqueles que lhe são superiores na hierarquia social (SARTI, 2011, p. 129-130, grifo do autor).

¹¹ A autora desenvolveu sua pesquisa na periferia de São Paulo, no bairro de São Miguel Paulista, Zona Leste da cidade.

Por isso talvez seja importante para uma assentada destacar que não é de fato *casada*, afinal esse é um aspecto que diferencia as pessoas dentro desse conjunto de relações.

Apenas Maria Francisca, Maria de Jesus e Vanda afirmaram ser titulares do lote, ou seja, a maioria das mulheres é co-titular, e, em geral, a titularidade é do marido. Essa questão é relevante por envolver uma importante conquista das mulheres, já que mesmo sendo co-titulares – o que pode indicar um papel de coadjuvante – agora elas também têm seus nomes no documento da terra, e nem sempre foi assim.

De acordo com Butto e Hora (2008), apesar da Constituição Federal tratar do direito das mulheres rurais à terra, somente em 2003 com a Portaria do Incra nº 981/2003 a titulação conjunta da terra se tornou obrigatória em caso de lotes de assentamentos constituídos por casais. Essa foi uma conquista obtida através da Marcha das Margaridas daquele ano, e as mulheres da Gleba XV de Novembro também atuaram na luta por direitos que culminou nessa conquista:

[...] no começo quando nós chegou aqui aí o TAU [Termo de Autorização de Uso] que era o documento da terra, era no nome do homem, então muitos homem falava assim “o lote é meu” se a mulher fosse embora ela num tinha nada, só tinha os filho pra levar né, aí hoje não, hoje mudou, nós nos nossos encontro estadual foi uma briga e conseguiu ponhá o nome da mulher, hoje num é mais só do homem, é do homem e da mulher, se o homem quiser vender tem que mesmo separado a mulher tem que assinar, então eu acho que foi um avanço muito grande [...] (Nice, 55 anos, 2015)

O depoimento indica essa conquista como uma segurança dada às mulheres, já que antes “*se fosse embora ela num tinha nada*” e agora dividem igualmente com o parceiro o direito àquela terra. Butto e Hora (2008) explicam com mais detalhes os processos em caso de separação do casal:

No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos, em respeito ao código civil. No caso de separação, os homens ou as mulheres devem requisitar outra vez o acesso à terra e são os/as primeiros/as beneficiados/as com a criação de novos assentamentos da reforma agrária (BUTTO; HORA, 2008, p. 28).

Outra questão observada é que as mulheres mais velhas do grupo em geral estudaram menos. É o caso de Maria de Jesus, de 79 anos que estudou até a 3ª série e de Maria José, de 67 anos que concluiu apenas a 4ª série. Sobre a escolaridade, também

notamos que mais da metade concluiu o ensino médio. Isso pode indicar que nas novas gerações o estudo é mais viável visto que o acesso já não é tão difícil, havendo transporte escolar para escolas do município mais próximo e mesmo escola na agrovila do próprio assentamento. Maria Francisca se lembra das dificuldades enfrentadas para frequentar a escola:

[...] meu pai e minha mãe não obrigava a gente a trabalhar porque a gente estudava a pé, que ia a pé e vinha a pé então chegava cansado, então num tinha como trabalhar, eles não obrigavam a trabalhar, só eles mesmo (Maria Francisca, 54 anos, 2015).

Neste caso o estudo exigia deslocamento a pé, ou seja, as crianças já passavam por certo desgaste para estudar, portanto não deveriam ter a responsabilidade do trabalho também.

Outro dado interessante é que a mulher com mais idade, Maria de Jesus de 79 anos, é a que teve mais filhos, oito. As mais jovens como Masseias de 31 anos e Edmara de 33 anos têm um número menor de filhos, a primeira tem três e a segunda, dois.

Essa mudança na estrutura familiar com o passar do tempo remete à transformação da mulher em proletária rural:

[...] não demorou muito para a mulher deixar o espaço da casa e começar a trabalhar fora, a trabalhar “para os outros”, nas fazendas ou nas usinas, em troca de salário. Sair de casa representou profundas alterações na vida dessas mulheres, como também na estrutura interna da família (SILVA, 1997, p. 563).

Isso é observável na própria trajetória de Maria de Jesus, que afirma que inicialmente – quando vivia com a família no recém-criado município de Euclides da Cunha Paulista – “*era só em casa, trabalhando de doméstica mesmo só em casa e cuidando dos filhos*” e depois conta sobre a ida de parte da família para o trabalho como boia-fria:

Depois, com muito tempo surgiu a usina né, daí nós começemo, ele cortando cabelo e a turma trabalhando de boia-fria, eu fui, mais as duas menina mais velha trabalhar de boia-fria também né, deixei uma cuidando dos mais pequeno, aí eu fui trabalhar mais as duas mais velha, as três primeira mais velha... a mais velha mesmo ficou cuidando dos mais pequeno, e eu e as duas mais nova perto da mais velha eu carreguei pra cortar cana mais eu (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

O texto de Silva (1997), intitulado *De colona a bóia-fria*, trata dessa transição e esclarece por que à época do colonato era interessante que se tivesse muitos filhos e por que esse contexto foi modificado:

Não interessa mais aos proprietários de fazendas e usinas o modelo familiar de antes, igualmente não interessam mais também as mulheres enquanto parideiras, produtoras de inúmeros filhos para o trabalho. O corpo de antes, feito para produzir mercadorias e filhos, reduz-se, agora, à geração de energia para desfechar golpes duros e rápidos na cana, encher caixas de laranjas e latas de café (SILVA, 1997, p. 263).

Além das especificidades históricas do meio rural que afetam a trajetória familiar, atualmente percebe-se uma tendência geral de diminuição da quantidade de filhos nas famílias brasileiras.

A vivência no meio rural também promove a transmissão de uma herança familiar de ligação com a terra e o cultivo agrícola. Isso pode ser observado quando, à exceção de Edvalda que se identifica como agente de saúde, todas as associadas se identificam como agricultora/lavradora. Mesmo no caso da exceção, em que a assentada possui outra atividade além da agricultura, sabe-se que a relação com a terra é importante. Isso se explica pela influência da família em âmbitos diversos, e, principalmente, na constituição da identidade social do ser e de suas referências simbólicas:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo (SARTI, 2011, p. 52-53).

Assim, o *ser agricultor* é algo que foi observado, vivido, interiorizado e reproduzido na vida dessas mulheres, sendo a atividade que lhes cabe, muitas vezes aparecendo até como *a única coisa que sabem fazer*.

Outro aspecto importante de se destacar é que, atualmente, outras gerações de mulheres assentadas começam a participar da OMUS, seja substituindo familiares que já não podem atuar, como é o caso de Masseias que passou a frequentar as reuniões no lugar da avó Geralda, seja por meio de uma inserção quase natural, como o caso de Edmara, que como filha da presidente sempre se viu envolvida com questões ligadas ao

grupo. Esse processo parece garantir a continuidade da Associação, já que muitas mulheres associadas estão chegando a idades mais avançadas, inclusive tendo consciência de que é necessário incluir as mais jovens, pois em breve não poderão se dedicar da mesma forma a este tipo de atividade.

2.3 Históricos familiares e a vida antes do acampamento

Com a apresentação do perfil das assentadas entrevistadas foi possível conhecer alguns aspectos de suas trajetórias de vida. Agora, a partir de uma abordagem cronológica acerca dos diferentes períodos vividos por elas, será possível entender com mais detalhes os acontecimentos de cada etapa.

De acordo com as entrevistas, pode-se afirmar que grande parte das assentadas da Gleba XV teve um histórico familiar ligado ao trabalho na terra, geralmente em fazendas, sob o regime de arrendamento. Esse tipo de trabalho não era considerado bom pelas depoentes, conforme retrata o depoimento de Maria de Jesus:

Não, é, antes nós tocava roça assim de arrendatário num sabe, pegava roça, terra dos fazendeiro, prantava arrendando, aí no final do ano a gente pagava renda pros fazendeiro [...] aí a gente pagava renda né, no final do ano, sofremo, sofremo, sofremo esse tempo todo, e zuano pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá e fazia colheita de café e fazia colheita de algodão trabalhando de volante assim no canto e no outro, aí levemo a vida né [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2012).

Fica evidente a consciência da injustiça do desenvolvimento capitalista no campo tão bem tratado por Oliveira (2001a), através do qual numa aparente contradição, os fazendeiros conseguiam, através do estímulo e mesmo criação de oportunidade ao trabalho não assalariado, produzir capital para si mesmo. No caso da depoente era através do pagamento em dinheiro que se “*pagava renda pros fazendeiro*” depois da colheita. Cabe destacar que esses plantios eram, na realidade, formas do fazendeiro de garantir a melhoria da qualidade de solos desgastados sem precisar pagar por mão de obra e, além disso, recebiam a renda dos agricultores arrendatários.

E, findo o arrendamento, o agricultor era obrigado a devolver as terras, agora com solo renovado, e o fazendeiro podia, mais uma vez, produzir capital na mesma através de pecuária ou monocultura. Cabia, como mostra a fala de Maria de Jesus, ficar “*zuano pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá*”, sem estabilidade de lugar para plantar e, conseqüentemente, sem nenhuma segurança financeira.

Outra forma de exploração da terra que ocorria na época era a parceira:

Os *parceiros*, conhecidos como meeiros, eram aqueles que recebiam a terra do proprietário para um determinado plantio e se obrigavam a lhe entregar uma parte do produto, geralmente a metade. Os *arrendatários*, diferentemente dos parceiros, pagavam ao proprietário uma certa quantia em dinheiro pelo uso da terra. (SILVA, 2004, p. 19, grifo do autor)

Em ambos os casos, é claramente perceptível o caráter de exploração destes trabalhadores, sendo exigido pagamento, seja com produtos (caso dos meeiros) ou dinheiro (caso dos arrendatários). E, por fim:

O resultado desse sistema de exploração da força de trabalho é invariavelmente a total falta de rentabilidade para o trabalhador. A produção auferida “mal dá pra pagar o fornecimento e a renda”. Sem contar que muitos ficam endividados e já passam a ter uma parte da sua próxima safra empenhada. (MELLO, 1976, p. 59)

Resta ao trabalhador, portanto, deixar a terra. Geralmente em dificuldades financeiras, passa a procurar novas terras para trabalhar, ou, em último caso, busca alguma saída nas cidades.

Frente a todas estas pressões, muitos acabam se tornando trabalhadores avulsos (“boias-frias”, “clandestinos”, “volantes”) que sofrem com a sazonalidade do emprego e, geralmente, com a distância da família e a ausência de quaisquer direitos trabalhistas, conforme explica Silva (2004, p. 38):

Dada a existência de um grande exército de reserva, as empresas podem impor tais condições de exploração, valendo-se de contratos de trabalho temporário que não atendem às reais necessidades de produção dos trabalhadores – além de submete-los a um elevado grau de exploração que resulta não apenas no consumo da força de trabalho, mas da própria vida do trabalhador.

Tudo isso é possível porque o Estatuto da Terra consagra a propriedade empresarial e deixa à margem as formas de ocupação da terra que seguem a experiência diária e concreta dos lavradores. A propriedade capitalista domina, enquanto a propriedade familiar é subjugada, já que “a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital [...]” (MARTINS, 1980, p. 59). Logo,

[...] constata-se que o projeto modernizador traz em seu bojo a violência, entendida não somente como violência física – assassinatos, destruição

material e cultural – mas também como negação de direitos aos trabalhadores, portanto, de cidadania. O resultado desta dupla violência foram milhares de pessoas desenraizadas social e culturalmente, perambulando de um lugar para o outro em busca de sobrevivência, sem eira nem beira, já que foram obrigados a deixar para trás tudo o que possuíam. Transformaram-se em verdadeiros errantes (SILVA, 2004, p. 40).

Neste ponto, torna-se clara a distinção entre os significados de *terra de negócio* e *terra de trabalho*, presentes no título do texto de José de Souza Martins e explicados pelo autor:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1980, p. 60, grifo do autor).

O conflito é característico da inserção do capitalismo no campo e das forças contrárias que se chocam – ainda que a princípio a força do chamado atualmente “agronegócio” seja muito maior que a do pequeno agricultor.

É por isso que a conquista da terra para os assentados aparece como um *sonho*, “*era o sonho dele era trabalhar na roça*”, diz Vanda sobre o seu falecido esposo. Esse sonho muitas vezes é proveniente de um histórico familiar de trabalho na terra: “*Meus pais sempre trabalhou na lavoura né, plantava algodão, arroz, feijão, amendoim*” (Vanda, 64 anos, 2015).

A *terra de trabalho* também significa o fim da submissão ao patrão, a possibilidade de ser seu próprio patrão. A trajetória de Maria José também evidencia essa questão: vinda do nordeste fugindo da seca, após um tempo no interior trabalhando como volante acabou indo parar na periferia da capital de São Paulo, onde o esposo *trabalhava de empregado* e ela não conseguia emprego. O *trabalhar de empregado*, seja na cidade ou no campo, é visto de forma negativa, em contraponto à possibilidade de *trabalhar para si próprio*. Assim, o desejo deles era voltar a trabalhar na terra, mas numa terra que lhes fosse própria, por isso logo que surge a oportunidade de ir para o acampamento eles deixam a capital como veremos com mais detalhes adiante.

Voltando ao trabalho de volante, típico da *terra de negócio* caracterizada pela exploração, Maria José comenta sobre as diferentes colheitas, que muitas vezes se davam em diferentes lugares, exigindo os deslocamentos mencionados anteriormente:

[...] era assim, trabalhava de volante, tirava uma colheita aqui de algodão vamos supor, colhia um algodão, aí ia colher amendoim, depois ia colher café, e assim, acabando uma colheita começava na outra, às vezes era na carpa [...] Maria de José, 67 anos, 2015)

Mais uma vez observamos uma situação que representa uma derrota para o campesinato do país. Esse tipo de trabalho foi impulsionado a partir da criação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR (Lei Nº 4.214, de 02 de março de 1963) que objetivou a regulamentação, pela primeira vez, das relações de trabalho no setor agrícola. Com essa regulamentação, as normas jurídicas acerca das relações de trabalho são modificadas e somente é considerado *trabalhador rural* aquele que possui vínculo empregatício:

[...] ao definir o trabalhador rural pelo seu vínculo com um empregador [...] o Estatuto do Trabalhador Rural exclui de seu campo regulatório, precisamente, os novos trabalhadores, aliciados por intermediários, volantes que e deslocam sem cessar de uma propriedade a outra, sem aquele vínculo exigido com uma determinada empresa rural (WANDERLEY, 2011, p. 49).

Outra questão é que o ETR determinava o pagamento, por parte do empregador, de uma porcentagem referente aos gastos sociais (previdência social, por exemplo). Segundo Silva (2004, p. 33):

Este é um ponto fundamental para entender as causas de expulsão desses trabalhadores das fazendas, pois eles passaram a ser mais onerosos. Por isso, eles foram despedidos e contratados, em seguida, como volantes, isto é, como força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo esse raciocínio, o ETR foi o instrumento legal para a expulsão ocorrida em seguida. Ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração.

Essa regulamentação consistia exatamente no fato de que, existindo regras que determinavam um pagamento mais oneroso para os trabalhadores contratados, surgiu a alternativa da contratação de trabalhadores temporários, que não exigia tanto gasto por parte do empregador.

O trabalhador volante definido como “aquele que não ultrapassava noventa dias no trabalho” era um trabalhador eventual e, por isso, não tinha direito aos benefícios da legislação trabalhista. Esse foi o golpe mortal para os sistemas de parceria e arrendamento citados, e assim surgiram no mercado de trabalho rural os chamados “boias-frias” (SILVA, 2004).

Deste modo, entendemos o trabalhador volante como um equivalente do chamado “boia-fria”. Mello (1976, p. 109) esclarece a utilização do termo:

A designação “bóia-fria”, dada ao volante, decorre das condições mais frequentes em que se realiza o seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra, viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou caldeirão, com o alimento que lhe servirá de almoço. À falta de instalações para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria.

A principal característica dessa categoria de trabalhadores não é, entretanto, a ingestão da refeição fria, mas sim a forma pela qual são contratados: o “boia-fria” é contratado para executar uma determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo trabalhista com o empregador (MELLO, 1976).

Esses trabalhadores, portanto, tinham que vender sua força de trabalho para as empresas capitalistas segundo regras do mercado e não de acordo com suas necessidades: “estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital” (MARTINS, 1980, p. 51).

O estudo de Melo, Cappellin e Castro (2008) realizado na Gleba XV de Novembro e em outros assentamentos da região do Pontal do Paranapanema aponta que 40% dos assentados eram boias-frias. Ou seja, eram homens e mulheres que atuavam em trabalhos temporários e, frequentemente, eram explorados por fazendeiros que não cumpriam os acordos, o que aumentava ainda mais as tensões existentes na região.

Algumas assentadas entrevistadas afirmam ter trabalhado como boias-frias em usinas da região próxima a onde hoje se localiza a Gleba XV de Novembro:

Depois com muitos tempo surgiu a usina né, aí nós começemo, ele cortando cabelo, a turma trabalhando de boia-fria, eu fui, mais as duas menina mais velha trabalhar de boia-fria também né, deixei uma cuidando dos mais pequeno, aí eu fui trabalhar mais as duas mais velha [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

A maior parte trabalhava no corte manual de cana-de-açúcar, já que esta atividade se espalhou pela região nos anos 1970 com o advento do Pró-Álcool. Para Silva (2004, p. 33-34):

Bóia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém,

portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social.

Apesar de tudo, nas lembranças do tempo em que trabalhavam nas terras de outros, surgem nos depoimentos visões diferentes conforme o que é lembrado por cada entrevistada:

Ah, naquela época a gente tinha muita tristeza, a gente passava muita necessidade, né, naquela época. Porque quando a gente tava assim, se levantando um pouquinho, aí tinha que largar o arrendamento, procurar outras fazenda pra poder ir, né? Totalmente diferente, né? Da realidade daqui. (Maria Lúcia, 52 anos, 2012).

Enquanto Maria Lúcia reforça a dificuldade e tristeza de viver sem acesso a um pedaço de terra que lhe seja próprio, Edvalda recorda a amizade durante os dias de calor e colheita:

Óia, na realidade, eu tenho dos dois lados... Tenho o lado bom que é o lado assim, o lado mais ruim que tinha é na época do frio e chuva, que não era bom trabalhá debaixo de chuva e frio não... Mas quando era na época do calor é gostoso, que é onde a gente se reunia com as amiga, trabalhava todo mundo feliz, é um trabalho feliz e sofrido ao mesmo tempo (Edvalda, 46 anos, 2012).

Neste depoimento podemos notar as dualidades, o lado bom e o lado ruim, a dureza do trabalho na chuva e frio e o calor que era “gostoso”, o trabalho que é “feliz e sofrido ao mesmo tempo”. Além disso, podemos entender o trabalho como forma de sociabilidade, pois era onde “se reunia com as amiga”. Segundo Mota (2003, p. 56):

A sociabilidade é uma categoria que possibilita compreender a relação entre esferas da vida cotidiana e do trabalho, simultaneamente, tanto no que se refere às suas formas (redes de indicação, equipes de convivência no trabalho e na rua, por exemplo) quanto ao conteúdo (interesses, finalidades, desejos dos indivíduos).

Assim, podemos entender o trabalho como espaço que proporciona essa convivência, muitas vezes podendo também se tornar espaço de expressão dos desejos, interesses e necessidades dessas mulheres, mostrando uma face positiva que nem sempre aparece nos depoimentos, geralmente marcados pelas lembranças de sofrimento e dificuldades vividas nesses períodos.

Além das pessoas que após serem expropriadas foram absorvidas e exploradas pelo capitalismo no campo em ocupações como as citadas, houve um grande número de

peessoas que acabaram indo para áreas urbanas após essa expulsão, conforme explica Silva (2004, p. 40):

Um dos pontos de parada foi a periferia das cidades. Data desse período o gigantesco crescimento das cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles, e o progressivo esvaziamento populacional do campo. Esse fenômeno foi o resultado da expulsão dos trabalhadores e não simplesmente do êxodo rural. As pessoas não foram para a cidade atraídas por suas luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico mas como espaço cultural [...].

Houve também casos em que as idas e vindas representam claramente a instabilidade na vida dessas pessoas, vivendo entre campo e cidade, entre exploração do trabalho e desemprego. Maria José fala sobre isso em entrevista:

[...] antes nós moramos aqui, aí daqui fomos para São Paulo e de São Paulo retornamos pra cá novamente. A... primeira vez que nós moramos aqui nós trabalhava ali perto de Euclides, era no município de Euclides da Cunha, aí, assim, numa área como essa assim, área do... num era nossa, a terra, como essa de hoje também num é, é do... só que aquelas terra lá era do fazendeiro, hoje é do governo do estado né, e lá era dos fazendeiro, então, chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e ficuemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente (Maria José, 67 anos, 2012).

Aqui também fica evidente a exploração dos camponeses pelo fazendeiro, já citada anteriormente: “*chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo*”. Explorados e expulsos, a cidade aparece como uma esperança, mas, na maioria dos casos, só faz aumentar o desejo de conseguir o seu pedaço de terra, de voltar para o lugar de onde nunca gostaria realmente de ter saído:

[...] e fomos pra capital de São Paulo, aí a família foi crescendo, aí já num era só eu, ele e a mais velha, nasceu mais, nasceram mais, quando eu fui pra capital pela segunda vez eu tava com 2, 2 filho eu tava: eu, a mais velha e essa que tá aqui comigo agora. Então ali nós, ele foi trabalhar novamente, trabalhando de empregado, eu não conseguia, eu tinha vontade mas num conseguia, num dava certo arrumar um serviço, arrumava um serviço, aí ia procurar às vezes só tinha serviço pra eu trabalhar a noite, eu não podia trabalhar porque eu tinha as criança pra cuidar né [...] quando foi assim mais ou menos em 80 e... 82, 82, chegou uma colega minha, ela era daqui da região também, ela morava praticamente em Teodoro Sampaio, mas ela vendia, ela era revendedora de produtos né, e assim nós pegamo conhecimento, aí ela chegou lá um dia, lá onde eu morava na capital e falou pra mim assim "Dora você...", me chamava de Dora, é Maria José mas todos me conhecia como Dora, "Dora você tá bem aqui?", eu

falei "Bem bem eu num tô não Dona Antônia, a senhora sabe que eu num...", chamava Antônia, "eu num gosto da cidade, a senhora sabe que eu nasci e me criei na roça e meu lugar é na roça [...] (Maria José, 67 anos, 2015).

Mesmo para aqueles que permaneceram no campo, esse desejo da terra "própria" aparece em contraponto ao trabalho nas terras alheias. O sonho, conforme narra Lúcia, era de ter um sítio "que fosse nosso":

Ah porque nós era arrendatário né? Nós tocava roça também, nós herdou do pai e da mãe, eu e ele né, nós gostava de roça, até hoje a gente gosta né... aí nós gostava de roça aí, o sonho... Aí nós pegava lote, arrendava fazenda, pra plantar, aí depois... aí surgiu esse acampamento, aí meu marido falou "não eu vou porque o sonho da minha vida é ter um sítio", desde quando nós casou nós tinha vontade de ter um sítio que a gente sempre cuidava dos outros e falava, nós pensava assim "Que bom se fosse nosso, né?" mas num é nosso nós vai ter que esperar mais um pouco, quem sabe Deus num prepara alguma coisa, e Deus preparou isso aqui pra nós (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Aqui se destaca esse sonho comum entre diversas pessoas que hoje vivem no assentamento: o sonho de ter a própria terra, para que dela se possa tirar o sustento da família, para ter a segurança e estabilidade que não tinham em períodos em que trabalhavam em terras alheias em regimes sempre desvantajosos. Como Farias (2007) já havia notado em outra pesquisa sobre o significado da terra:

Aos olhos das famílias, a terra é o aconchego, o porto seguro, o Paraíso banhado pela fecundidade da terra e da mãe. Ambas são nutridoras de sonhos e acentos que povoam os projetos e os desejos de homens e mulheres na busca de um lugar para reescreverem suas histórias (FARIAS, 2007, p. 38).

Esse desejo evidencia também a necessidade de um enraizamento, de parar com esse "muda pra aqui, muda pra acolá", e corrobora o que Mello (1976) observou ao pesquisar a região:

[...] o "bóia-fria" ora orienta a sua perspectiva de futuro para a posse da terra, ora para o trabalho fixo na cidade. Este fato aparece diretamente vinculado à sua história de vida. Aqueles que passaram diretamente da condição de camponeses no meio rural para a de "bóia-fria" vinculam a solução do seu problema à conquista de "um sítio para tocar". Mas um sítio que seja deles [...] (MELLO, 1976, p. 144).

Essa solução, que para eles aparece também como "sonho", representa ainda a necessidade de um (re)enraizamento, a busca de um lugar para fincar as raízes,

considerando que muitos foram tirados de seus lugares sob pressão. Para Silva (2004, p. 24-25):

O lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente.

Foi, muitas vezes, a partir desse sonho que despertou o desejo de participar ativamente da luta pela terra indo para os acampamentos:

[...] num sei que ano que foi, surgiu, ah de assentar, de pegar terra, e era o sonho dele era trabalhar na roça né, mas num tinha como, aí meu filho já tinha o que, uns 8, 9 ano, "ah pai vamo pai, vamo pra nós plantar roça", aí eles foram acampar ali na... no trevo ali de Euclides [...] (Vanda, 64 anos, 2015).

Destarte, reunindo necessidade e sonho, iniciou-se, em 1983 a organização do movimento que levaria à criação da Gleba XV de Novembro, que será detalhado na sequência.

2.4 Acampamento: a luta como caminho para a conquista da terra

Os acampamentos são comumente reconhecidos por sua característica mais marcante: os barracos de lona. Esse termo aparece com frequência nas entrevistas e é também um marco na memória de quem viveu sob a lona geralmente preta.

Foi através dos barracos que Maria de Jesus identificou o acampamento e decidiu se juntar ao grupo também em busca de uma terra:

Nós ficamo sabendo porque foi pertinho de Euclides né, aí a gente viu aquele monte de barraco de lona. Aí a gente chegou e procurou né, que que era. Aí ele disse né, "nós tamo esperando terra", aqueles, primeiro lá, "nós tamo esperando terra, e se tiver mais gente pra querer esperar terra pode vim". Aí eu disse "Vicente, vamo esperar um pedacinho de terra que nós aqui nunca faz nada não, se nós num for trabalhar em roça nós nunca faz nada". Aí foi, peguemo, fizemo um barraquinho lá, e ficuemo esperando terra. Com 8 meses, 8 meses, nós tava lá recebendo as coisinha assim de pouquinho, uma xirquinha de arroz pra um, um copinho de óleo pra outro, assim que vinha de fora, que o povo adoava [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Já Maria José, vindo de São Paulo com a família, encontrou alguns percalços relacionados ao barraco, mas que logo se resolveram:

[...] pegamo as panela, um colchão, a roupa e botemo naquele carrinho ó, e perna pra que te quero, chegamo lá na rodovia o nosso barraco nem tava pronto, que ele deixou o lugar marcado aí falou pro companheiro "ó você vai fazendo aí pra mim, quando eu chegar eu te dou um dinheiro", o cara falou "tá, tá bom", mas num fez o barraco, só que tinha outros colega dele que conhecia de outros tempos atrás daí falou "ó fica no meu barraco até cê fazer o seu", "aí cê deixa eu ficar?", "deixo", aí assim foi né, ficamo naquele barraco até nós construir o nosso, construimo aquele barraco e ficamo lá na beira da rodovia mais ou menos 3 meses por aí assim [...] (Maria José, 67 anos, 2015).

Esse movimento que viria a dar origem à Gleba XV de Novembro pode ser entendido, inicialmente, como majoritariamente masculino. Pelo que indicam as entrevistas, era comum entre os assentados que o homem/esposo viesse na frente, para verificar a situação, antes de trazer toda a família. Esse fato aparece na história de Maria José:

[...] chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e fiquemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente. Num foi assim, é uma colega minha chegou lá em São Paulo né, aí ela falou assim pra mim: "ah você sempre gostou de morar na... morar na roça, porque que cê num vai, lá tá tão bom lá, o município de Euclides, entre Euclides e Teodoro Sampaio", aí eu falei: "mas é verdade?". Ela falou: "é, eles tão lá numa, numa invasão de terra que diz que futuramente o governo vai repartir essa terra pro pessoal, né". E eu fiquei na dúvida né, será que é verdade? Ai, será que compensa ir lá e gastar dinheiro com passagem pra ver. Meu marido decidiu e veio né, aí chegou aqui era verdade, aí ele voltou pra São Paulo, aí tinha um colega dele, ele marcou lá um lugar do barraco né, aí falou pro colega: "toma de conta desse lugar aqui que eu vou lá em São Paulo, daqui uns trinta dia eu volto e venho com a família", aí de fato aconteceu com trinta dia nós vinhemo[...] (Maria José, 67 anos, 2012).

Isso corrobora a ideia do arquétipo masculino do "homem caçador" apresentado por Whitaker (1988), e indica que é do homem o papel de desbravador, enquanto a mulher tradicionalmente fica com a responsabilidade do cuidado dos filhos em casa. A reprodução destes arquétipos se dá através de uma construção que se inicia ainda na infância e se desenvolve através da educação. Construção esta que nada mais é do que a reprodução dessa estrutura social de desigualdade entre os sexos, na qual as crianças já se encontram inseridas desde cedo.

Em suma, através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino [...] (BOURDIEU, 2010, p. 114).

Borges (2010), ao pesquisar o movimento que deu origem à Gleba XV de Novembro, trata das disputas pela liderança no acampamento – disputas relacionadas também a questões partidárias – e com essa abordagem permite-nos perceber que esse era um processo constituído por homens, uma disputa de poderes voltada a esfera pública, já que a liderança era uma figura de destaque interna e externamente ao acampamento.

Por outro lado, considerando as entrevistas, observamos que, por trás de uma disputa masculina que envolvia o futuro do acampamento e outras questões tidas como “mais importantes”, havia um suporte nos “bastidores” articulado pelas mulheres, que no cotidiano atuavam na manutenção da ordem do espaço do acampamento, cuidando das crianças, voltadas para a questão da alimentação, e, em geral, também envolvidas nas reuniões que definiam questões de grande importância para o acampamento.

Porém, os “bastidores” pouco são lembrados na construção da história oficial, logo, as mulheres muitas vezes são esquecidas em detrimento da supervalorização dos homens que têm visibilidade por estarem em posições públicas e/ou de destaque.

Podemos pensar essa questão simplesmente como uma manutenção da ordem social vigente, pautada na dominação masculina: é considerado natural que o homem vá à frente, se lance à esfera pública enquanto a mulher se mantém no espaço privado da casa: “A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 17). Sendo a ordem das coisas caracterizada pela visão androcêntrica, há um princípio simbólico que atua na manutenção desta ordem:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 2010, p.18).

Em contraponto, vimos que nos conflitos diretos a mulher tem papel importante na proteção aos homens, pois sendo consideradas no imaginário coletivo como “mais frágeis” são colocadas na linha de frente para evitar ataques diretos:

Participava de tudo de tudo, reunião, quebra pau, tudo. Tudo eu tava no meio. Porque tinha que ir fazer a frente as mulher e as criança, porque se fosse só os homem eles acabava [faz gesto com as mãos que indica que acabava matando, ferindo] quantos companheiro nosso num morreu, né? Que ia fazer a frente... E a gente se jogava na frente dos marido, dos pais, dos filho, era complicado o negócio... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Essa suposta fragilidade se transforma em coragem e fica então evidente a relevância e o papel fundamental destas mulheres na luta pela terra. Capazes de *se jogarem na frente dos maridos, dos filhos e dos pais* para protegê-los de uma ameaça real que era a violência dos conflitos, são elas que conseguiam, muitas vezes, garantir um fim mais pacífico aos confrontos.

Também com relação ao período de acampamento, a primeira reação das mulheres em geral é de lembrar as tristezas e dificuldades deste período. A falta de comida, de água e de condições dignas de vida são características citadas nos depoimentos de diversas mulheres. Uma delas é Maria de Jesus, que mostra através da medida de uma “*xirquinha*” o quanto era escassa a comida naquele período:

Ah, foi meio sofrido... foi bem sofrido, porque primeiro nós foi pra beira da pista né, aí ficamo lá, debaixo do barraco de lona, fiquemo acho que foi oito mês, oito mês, na beira da pista, aí sofreno, quando aparecia uma coisinha era uma xirquinha de coisa pra cada família num sabe, que era bastante família, então eles davam uma xirquinha, num era no copo não, era uma xirquinha assim de feijão, uma xirquinha de farinha, de arroz, pra cada família, ali ninguém podia sair pra trabalhar fora, ninguém podia sair pra nada, tinha que ficar sofrendo ali dentro... [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2012)

Já Maria Lúcia se lembra da insegurança que a deixava preocupada com os filhos, bem como da fome e frio, recorrentes em diversos depoimentos:

Muito triste, muito triste. Eu só vivia segurada na mão dos meus três filho e outra barriga que era minha menina que tem 31 ano agora, que nasceu na greba, 31 ano, ela nasceu em 84 e a gente acampou em 83, e eu vivia o tempo, e fome, muita fome passamo, muita necessidade, muito frio, foi difícil[...] (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Algumas das entrevistadas não viveram no acampamento, foram apenas quando houve a transferência para o canteiro da CESP ou adentraram ao assentamento

posteriormente. Porém, das mulheres entrevistadas, uma afirma ter permanecido por 3 meses e outra fala em 8 meses de acampamento na rodovia.

Nice, apesar de não viver fixamente no acampamento – ia geralmente aos finais de semana –, lembra se de como eram as coisas naquela época:

Ah era muita gente viu, era na beira da pista mas era muita gente. Eu acho que foi dos maior acampamento que eu já vi. Aí você vê, a Gleba XV ela tem 500 e poucos, fora os que desistiram... então era muita gente acampada. [...] Sempre na beira da pista muitos tinha a família inteira, mas a maior parte veio só um e os outros ficou e depois veio o restante (Nice, 55 anos, 2015).

Outro ponto muito citado nas entrevistas é sobre a obrigatoriedade de permanecer no acampamento, que aparece às vezes até como “proibição de trabalhar”, mas era algo que fazia sentido dentro do contexto da luta pela terra, conforme explica Maria de Jesus:

Num fazia nada, num tinha direito de sair pra fora pra trabalhar porque se saísse perdia o direito da terra. A gente ficava lá, teve dia da gente comer palmito de coco, porque num tinha o que a gente comer e num podia sair pra trabalhar, porque ali se o, às vezes chegava uma pessoa de fora pra ver, num achava ninguém então ficava ruim né? Então ali, os que tomava conta, os primeiro né, que tomava conta, dizia "ó, nós tem que aguentar aqui ou que tenha o que comer ou num tenha, nós tem que tá aqui, chegar uma pessoa pra ajudar nós, nós tamo aqui, e se chegar essa pessoa pra ajudar num achar ninguém num tem como", e ali nós ficava amarrado (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Essa questão gerava alguns conflitos e “desobediências”, pois muitas vezes a cesta básica entregue não era suficiente ou não trazia produtos que eles consideravam importantes – como café e mistura, por exemplo – e algumas pessoas acabavam saindo para fazer “bicos” e conseguir dinheiro para complementar a alimentação da família.

Segundo os depoimentos, para organizar os acampados havia uma divisão de grupos e cada grupo possuía uma liderança responsável, que deveria manter todos informados, convocar para as reuniões e outras atividades. Também existiam os chamados “delegados”, que eram coordenadores do acampamento em geral. Esses se responsabilizavam pela organização dos setores, como segurança, alimentação e reuniões.

Nas falas pudemos notar que todas estas lideranças – ou pelo menos aquelas que marcaram a memória das mulheres podendo voltar como lembranças no momento da entrevista – eram masculinas. Isso evidencia o envolvimento do homem no âmbito

público, no contato com o mundo externo, em atividades tidas como “importantes”, ou seja, em atividades produtivas em oposição às atividades reprodutivas que caberiam à mulher:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de *representação* [...]; ela está inscrita, por outro lado, nas disposições (os *habitus*) dos protagonistas da economia de bens simbólicos: as das mulheres, que esta economia reduz ao estado de *objetos* de troca [...]; as dos homens, a quem toda a ordem social [...] impõe adquirir a aptidão e a propensão, constitutivas do senso de honra, de levar a sério todos os jogos assim constituídos como sérios (BOURDIEU, 2010, p. 60, grifos do autor).

Ao contrário da posição ocupada pelos homens – e seguindo, portanto, a ordem social estabelecida – as mulheres no acampamento estavam ligadas aos cuidados do lar: limpeza do barraco, cuidar das crianças, lavar roupa, fazer comida, entre outros. Entretanto, foi comum ouvir nos depoimentos que “não fazia nada”, “só ficava em casa”. Ficou claro que na maioria dos casos as mulheres só consideravam trabalho uma atividade que fosse remunerada, desvalorizando a aplicação de seu próprio tempo em atividades tão importantes para a manutenção da família em diversos aspectos. Isso corrobora as seguintes considerações de Bourdieu (2010, p. 117):

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças [...].

Esse pensamento de desvalorização do próprio trabalho pode ser entendido como um reflexo do que Bourdieu (2010) chama de violência simbólica, que é geralmente invisível às suas próprias vítimas e as leva muitas vezes a reproduzir os valores da estrutura dominante – que é masculina – e contribuir para a legitimação da dominação masculina e consequente submissão da mulher.

Bourdieu (2010) destaca também as instituições em que ocorre nitidamente a reprodução dessa estrutura dominante. São elas a família, a Igreja, a Escola e o Estado. É na família que precocemente são impostas as experiências da divisão sexual do trabalho e a legitimação da mesma. Já a Igreja contribui no sentido de explicitar os valores patriarcais e colocar as mulheres de diversas formas em posição de

inferioridade. A Escola, mesmo quando já desvinculada da Igreja, permanece reproduzindo estruturas hierárquicas sexualmente conotadas. Por fim, o Estado aparece ratificando o patriarcado a partir da transformação do patriarcado privado num patriarcado público, evidente nas instituições que se baseiam fundamentalmente na visão androcêntrica.

Assim, estando todas as pessoas inseridas ao menos em algumas dessas instituições, a estrutura dominante se impõe, muitas vezes de forma sutil, sem que se torne questionável, impondo determinados papéis de gênero como ordem natural das coisas: aos homens cabem certas atividades e às mulheres cabem outras.

Apesar dessa nítida divisão de funções entre homens e mulheres no acampamento – inevitavelmente derivadas de estruturas de dominação que atuam na sociedade de modo geral – os depoimentos apontam uma união de todos, sem restrições, em momentos tidos como os mais importantes no período do acampamento: as reuniões.

Todo mundo, todo mundo, na reunião na beira da pista sempre soltavam fogos, quando soltava aí, todo mundo sabia que era reunião saia já correndo, pegava os moleque do jeito que tava, nem tomava banho, partia... reunião (Nice, 55 anos, 2015).

A característica da união, ainda que representada por esse momento específico, é uma marca do significado simbólico do acampamento:

Ah, sempre reunião, sempre junto, o pessoal tudo junto, reunido pra qualquer coisa, se tivesse uma palestra qualquer coisa, uma reunião tinha que tá todo mundo junto, não podia quase ninguém podia trabalhar pra fora, tinha que tá todo mundo junto porque senão não era acampamento, né? [...] (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Era o *estar todo mundo junto* que confirmava a situação de acampamento, de certa forma legitimando as reivindicações, demonstrando a capacidade de organização e mostrando para o mundo exterior que aquilo era realmente uma ação coletiva de luta.

2.5 Espaços de transição: canteiro da CESP e Alqueire e meio

Depois do período de acampamento, os acampados foram transferidos para um espaço da CESP, localizado próximo da divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná. Ali, aos cuidados da empresa, muitos afirmam que a situação melhorou, principalmente

por ter água, questão que era um grande problema no período do acampamento. Maria José detalha melhor a localização e alguns aspectos desse espaço-tempo:

[...] aí transferiram nós da rodovia aqui pra... ela é ali, é no estado de São Paulo, mas é entre Diamante¹², ali na ponte, ali tem uma ponte onde tem naquela barragem ali, é que num tinha barragem naquela época, aí deixaram nós ali era por conta da CESP, aí a CESP cuidou de nós ali mais ou menos outros 90 dias, ficamos, só que era mais confortável né, já tinha banheiro, fizemos uns barraquinho bem organizado, tinha banheiro, tinha água suficiente, que lá na beira da rodovia a água era só por Deus mesmo [...] (Maria José, 67 anos, 2015).

Apesar de ainda viverem sob os barracos de lona, a maioria das entrevistadas afirma que as coisas melhoraram nessa transição. Foi por isso que muitas famílias que estavam incompletas no acampamento agora receberam os demais membros, principalmente mulheres que haviam ficado em outros locais com os filhos menores, como foi o caso de Vanda.

Após o período no canteiro da CESP, temos um período que os assentados chamam de emergencial ou “alqueire e meio”, referência dada à metragem do pedaço de terra que cada família recebeu para ficar provisoriamente.

Segundo Nice, essa terra se localizava na antiga fazenda Santa Terezinha, área que hoje faz parte da Gleba XV de Novembro. Ali as famílias teriam ficado do final de 1984 até outubro de 1986, quando foram para os lotes definitivos. Ela também conta como foi sua ida pra área emergencial:

Eles fizeram a reunião e falaram que ia pra uma terra né, que era muito... era uma terra feia, quase ninguém quis ir, meu marido foi o primeiro a se inscrever pra ir, aí uns 5, 6 quiseram ir, aí foi a primeira mudança, que foi pro emergencial, alqueire e meio, aí o... fomos pra lá aí chegou lá era uma terra que tinha sido plantado feijão, tava limpo, nem precisou tombar pra gente plantar. Aí os outros que tava com medo que veio depois pegou uma terra mais feia, bruta, nós tivemos sorte (Nice, 55 anos, 2015).

Ainda vivendo nos barracos de lona, as famílias ao menos passaram a ter um espaço no qual era possível iniciar uma plantação, que foi o que todas afirmam ter feito logo que entraram nessa terra:

Aí tinha, aí continuou dando comida, pouco, e a gente começou a plantar, aí nós começou a plantar, plantava mandioca, milho, feijão de corda, é... abóbora, batata doce, de tudo a gente plantava, tinha frango... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

¹² Diamante do Norte é um município paranaense próximo da divisa com o estado de São Paulo.

Nesse período cada família recebeu seu alqueire e meio de terra, e houve assim uma mudança importante, pois nos períodos anteriores a marca característica do grupo era o de “*todos juntos*”, e agora cada família representava um núcleo próprio, diminuindo gradativamente o contato direto e a proximidade com os demais, como veremos adiante.

Apesar de cada família ter o seu espaço para produzir, Vanda conta que no emergencial também começaram uma roça comunitária, que cultivavam concomitantemente à roça que cuidavam dentro do alqueire e meio de cada família. O que era plantado na roça comunitária era distribuído para cada família após a colheita. Para garantir que teria direito a uma parte era preciso sempre ter alguém da família trabalhando:

Uma pessoa da família... se o homem num podia ir, ia a mulher, eu mesmo fui umas duas vezes só, que meu marido teve que sair, aí eu fui umas duas, três vezes. Pra plantar essa roça... aí era um pedaço de terra grande né, e o pedaço de terra da gente mesmo era um alqueire e meio, era só a casa, o quintal a gente plantava abóbora, milho, feijão de vara, feijão catador, feijão de corda, é tudo uma coisa só né (Vanda, 64 anos, 2015).

Diferente do acampamento onde era “*proibido trabalhar*”, no “alqueire e meio” o trabalho é praticamente uma obrigação, é necessário para garantir o sustento da família já que a ajuda antes recebida vai diminuindo aos poucos.

Maria Lúcia conta que nessa época ela e o marido tocavam a roça, e como ela também tinha que cuidar das crianças, tinha que *dar um jeito*, o que significava combinar o trabalho na roça com os cuidados com os filhos ainda pequenos:

Fazia... fazia tudo. Deus dava um jeito. Aí que que eu fazia, aí eu levava minha menina pra debaixo de um pé de árvore, essa de 6 meses e largava essa outra que tinha 3 anos e o meu menino mais velho que tinha já 5 anos tomava de conta da pequena e eu ia trabalhar, eu trabalhava o dia todinho, aí quando era noite... aí tinha um poço, só um poço de 50 metros parece o poço, pra gente tirar água, aí eu levava eles... tudo quando eu ia era com meu filho no colo, eu ia colher algodão eu ponhava num... cê sabe como é que colhe algodão? Amarra um saco assim e puxa e ponhava ela pra dormir aqui ó [indica a parte de trás do saco] aí dava de mamar, era assim, dei de mamar 3 ano, pra onde eu ia eu levava, não abandonava minhas criança... tinha um medo de chegar e tá morto... ai... mas foi difícil. Mas vencemo, né? (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Podemos visualizar como a mulher fica sobrecarregada ao acumular tarefas, tendo uma dupla jornada de trabalho que envolve o trabalho da roça (remunerado, mas

geralmente tido apenas como “ajuda” ao marido) e os cuidados com os filhos e a casa (sem remuneração e sem visibilidade). Isso também reflete a já mencionada naturalização da diferença sexual do trabalho, que define os destinos laborais de homens e mulheres:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais do sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva [...] (KERGOAT, 2009, p. 67).

Fica aqui, clara, a determinação dos espaços públicos para os homens, e privados para as mulheres, o primeiro como esfera produtiva, e, portanto, com forte valorização social, e a segunda como esfera reprodutiva, que impõe sobre a mulher a obrigação de atuar no espaço privado, num trabalho de pouco ou nenhum reconhecimento. Para reforçar o conceito, Kergoat (2009, p. 67) afirma que “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”.

Tedeschi (2009) também corrobora o entendimento neste sentido quando afirma que a naturalização da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero é legitimada pelo “imaginário social” e relacionada à formação cultural de homens e mulheres às representações que são feitas acerca do masculino e feminino:

[...] através dos imaginários, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais, exprimem e impõem crenças, regras de conduta, constroem códigos de comportamento, produzindo representações de si próprias, nas quais as pessoas encontram um lugar, uma identidade e uma razão de ser (TEDESCHI, 2009, p. 155).

Por conta da atuação desse imaginário social no desenvolvimento dessas mulheres, muitas vezes essas atividades executadas por elas são naturalizadas e mesmo sobrecarregadas elas sentem que “não fazem mais do que a obrigação”, afinal é definido socialmente que o cuidado com as crianças e o lar é responsabilidade da mulher, chegando até a envolver a questão citada por Tedeschi (2009) acima sobre a “razão de ser”, pois a mulher vive para o lar, a família, o esposo e os filhos.

Ainda que mantendo essas características relacionadas à questão de gênero, a transformação da terra do latifúndio em *alqueires e meio* plantados significava o

resultado da passagem da terra de negócio, nas quais foram explorados como parceiros, meeiros ou arrendatários, para terra de trabalho, capaz de alimentar aos membros da família, proporcionando certa estabilidade que vai além do aspecto econômico. Na realidade:

[...] o acesso à terra produz sensíveis mudanças na condição da família, para a estabilidade relativa que se ganha, criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência (MEDEIROS, 2008, p. 10).

Assim, a transição para o alqueire e meio, apesar da provisoriedade, já consiste numa aproximação considerável ao ideal de obtenção da terra como espaço de moradia e trabalho, onde a família pode reconstituir ou recriar laços afetivos, estratégias de produção e outros aspectos que, abalados pela insegurança e indefinição presentes anteriormente, não constavam no cotidiano destas famílias.

2.6 O início do assentamento rural Gleba XV de Novembro

Segundo as entrevistadas a passagem do tempo do *alqueire e meio* para o lote definitivo ocorreu em outubro de 1986 com certo perigo, pois apesar das terras terem sido desapropriadas o fazendeiro não desocupou a área e promovia ameaças:

Aí depois nós veio pra cá, pra Santa Marina¹³, também num veio todo mundo não, veio só os marido, porque diz que o fazendeiro era brabo, ia matar, num sei que... aí veio aí a CESP acompanhou a entrada né, que a CESP dava apoio, daí os homem veio, cortaram a cerca tudo, e nós fomo a primeira família também a entrar aqui na Santa Marina (Nice, 55 anos, 2015).

Maria Lúcia conta sobre a distribuição dos lotes, afirmando que à época foi possível escolher os vizinhos e lembrando que nessa passagem a CESP ainda estava envolvida:

[...] quando a gente tava no alqueire e meio, aí o... era a CESP naquele tempo, aí vinha, fazia reunião com a gente fala assim "ó, qual vizinho que você gostaria de ter, então aí você vai escolher seu vizinho", aí eu escolhi meu pai, que era, nós

¹³ Santa Marina era o nome de uma das fazendas desapropriadas para a criação da Gleba XV, área que se tornou o atual Setor 2.

morava tudo num quadra só, meu pai, minha irmã, um rapaz que era o primeiro dono do lote aqui, o Giovanni, né, o Giovanni, da nossa quadra, então nós escolheu vizinho de frente e vizinho de fundo. Daí a Dona Dora ali nós tinha muito, nós tinha assim, nós num tinha muito conhecimento com ela né, conhecimento com ela era muito pouco, aí fiquemo com esses 4 vizinho, nós fiquemo em 4 vizinho, aí um procurava o outro, daí a Nice ficava do outro lado [...] (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

No início da distribuição das terras foi feita uma divisão que determinava as terras para agricultura – lotes menores, mas com terras que seriam melhores – e terras para a pecuária – com áreas maiores, mas solo infértil para o cultivo – conforme lembra Vanda:

É a gente... parece que era assim, cada um ia escolher o lugar que queria né, "ah essa fazenda aqui tá desapropriada", aí vinha ele e o meu filho, nós vamo fazer um limpo lá, fazer um barraco pra nós mudar pra lá, aí formaram uma associação aí essa associação escolheram terra lá na pecuária, que agora é pecuária, aí "não, não, aqui a terra num é boa, num sei o que, aqui é pecuária, e quem vai querer agricultura vai pegar uma terra melhor", aí escolheram pra cá [...] (Vanda, 64 anos, 2015).

A conquista do lote a partir da criação do assentamento representa um momento em que “permanecer na terra corresponde a um conjunto de estratégias que são, na verdade, o desdobramento da luta pela terra” (SILVA, 2004, p. 107). E isso é perceptível principalmente quando observamos falas como a de Maria Lúcia:

[...] muita fome passamo, muita necessidade, muito frio, foi difícil... foi muito difícil, e depois que a gente pegou o lote a mesma coisa, continuou a dificuldade a mesma coisa porque tudo era difícil né... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

A fala de Maria Lúcia sobre as dificuldades vividas aponta ao final que a transição para o lote não garantiu – ao menos inicialmente – uma melhoria na situação das pessoas. Sabe-se que essa dificuldade está relacionada principalmente às condições de tirar da terra o sustento da família sem os equipamentos e insumos necessários para tal. É por isso que é tão importante pensar a reforma agrária aliada a políticas públicas que deem estas condições para a exploração da terra como local não apenas de moradia, mas de trabalho e reprodução social e econômica.

No início da Gleba XV ainda não havia as políticas públicas que existem hoje de apoio ao período de implantação de assentamentos, tais como crédito habitação, auxílio para alimentação e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF). Por serem pioneiros na conquista da terra, as dificuldades foram maiores do que seriam se isso tivesse se dado atualmente, mas sabe-se que mesmo com o suporte existente há uma nova luta quando os assentados obtêm seus lotes.

Maria Lúcia lembra também das dificuldades do início, e de como eram complicadas algumas atividades que seriam consideradas simples, como lavar roupas:

Ah foi uma derrota, não tinha água, não tinha água, a água a gente ia pegar lá do outro lado do asfalto, roupa a gente ia lavar lá no acampamento na onde a gente tava perto do acampamento, não, no alqueire e meio aliás, era no alqueire e meio, tinha um rio lá a gente saía daqui ia lavar lá, pnhava num raspão as roupa, dentro de uns balde e amarrava e ia pra lá e levava as criança também montado em cima dos balde, os cavalo, levava tudo, e o marido ficava tomando conta da roça porque ele num podia ficar com as criança, ele trabalhava né, tava mexendo com a roça, aí depois passou 2 anos daí a gente furou um poço, um poço cacimba¹⁴, aí a coisa melhorou, tendo água tem tudo né (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Mais uma vez aparece em depoimento uma referência ao trabalho do homem com uma conotação de superioridade: “*ele num podia ficar com as criança, ele trabalhava né, tava mexendo com a roça*”. O trabalho masculino aparece como de maior importância, enquanto o trabalho da mulher – de ir até um rio distante para lavar roupas – não é valorizado e elas ainda precisam levar as crianças que são de responsabilidade delas. Entende-se observando estas relações que o trabalho produtivo que geralmente converte-se em renda é muito mais valorizado do que o trabalho reprodutivo que não é remunerado.

Isso ocorre porque os caminhos das relações sociais estão diretamente relacionados ao desenho da sociedade em que ocorrem. Concordamos com Tedeschi (2009, p. 149) quando afirma que “numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal¹⁵ definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida”.

A partir disso podemos relembrar também as considerações de Whitaker (1988) sobre os papéis sociais masculinos e femininos, que muitas vezes atuam limitando

¹⁴ Equivalente à cisterna, poço cilíndrico aberto manualmente.

¹⁵ Segundo Delphy (2009) a palavra “patriarcado” mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, e depois, novamente, no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo. No pensamento feminista, “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p.173).

homens e mulheres a determinadas atividades e espaços. Para a autora, a mulher aparece como prisioneira do lar, enquanto o homem é prisioneiro da profissão, havendo, portanto, a aplicação de um sistema de normas sociais que é seguido como uma ordem natural das coisas. Logo, o trabalho produtivo cabe ao homem, e o trabalho reprodutivo cabe à mulher.

Todavia, a maioria das mulheres também trabalhava (e ainda trabalha) na roça:

Eu e ele e as duas, e as três menina mais velha, e os pequeno ficava em casa com a quarta menina mais... que tinha oito ano, e nós trabalhando, na hora de fazer um ranguinho pra comer, aí uma vinha da roça, fazia a comidinha, eu num gosto nem de lembrar [se emociona], é... aí a gente ficava, vinha comer, o feijãozinho e o arroz, se tivesse um franguinho matava o franguinho, se num tivesse... (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Quando ela afirma que “*uma vinha da roça*” fica claro que a responsabilidade quanto à alimentação era de uma mulher ou menina. Já a fala de Maria Lúcia deixa clara outra responsabilidade da mulher:

Eu trabalhava a semana inteirinha, sabe que dia que eu ia pra lá lavar roupa? No sábado, no sábado que eu tinha que lavar roupa, aí no sábado que eu lavava roupa, no domingo eu organizava as coisa todinha, dava uma limpada no barraco né, aí ia cuidar dar criança é, cortar cabelo, limpar unha, limpar ouvido, era essas coisa que nós ia fazer, fazer a limpeza nas criança, porque durante o dia na semana num dava tempo... (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Com as responsabilidades voltadas para a casa e as crianças, o trabalho da mulher na roça muitas vezes é visto apenas como “ajuda”. Ou seja, a mulher acaba tendo uma dupla jornada de trabalho em que nenhum tipo de trabalho realizado é valorizado, seja pelos membros da família, seja pela própria mulher que já internalizou e naturalizou essas concepções.

A partir dos exemplos concretos observados através da pesquisa, concordamos com Silva e Valente (2013, p. 398) quando afirmam que:

A análise dos espaços reprodutivo, produtivo e de decisões, permite perceber que o conflito e a cooperação estão presentes nos diferentes tempos e espaços, ora divididos, ora compartilhados, numa relação dialética, mas que coloca a mulher sempre em uma posição de desigualdade. Ou seja, além da dupla jornada de trabalho exercida, do caráter de ‘ajuda’ do trabalho produtivo, a relação entre homens e mulheres, tanto no âmbito doméstico como na comunidade, é marcada por uma assimetria em que a mulher pouco participa da tomada de decisão.

As disparidades relacionadas às questões de gênero parecem permear todos os momentos desde a luta pela terra até a conquista e a busca pela estabilidade da família no novo espaço-tempo que vai sendo construído no assentamento. Por isso o presente trabalho traz à tona a perspectiva das mulheres sobre os períodos vividos, a fim de compreender as transformações e permanências que ocorrem em diversos sentidos de acordo com as etapas das trajetórias das mulheres associadas à OMUS.

Mesmo com as dificuldades relatadas sobre o início do assentamento, os depoimentos mostraram que a conquista do lote e, portanto, a inserção dessas mulheres na categoria de assentadas rurais – que carrega em si uma série de significados – foram um passo importante em suas histórias, que representou mudanças significativas:

Ah mudou muito porque, que nem eu te falei, naquela época a gente vivia perambulando, peregrinando pra aqui pra acolá né, aí depois, veja bem, quando eu vim do Pernambuco pra cá eu tinha o que, 11, 12 anos, 11, 12 anos, aí, então essa vida como eu te falei era pra lá e pra cá num tinha sossego, num parava nem aqui, nem ali, é, terminava uma colheita aqui já tinha que sair pra outro lugar, e aqui graças a Deus tô com 30 anos né então, foi muito bom, muito gratificante nossa vinda pra cá, além do mais que a gente tem o lugar certo pra ficar, trabalhar né... e conviver com a família, eu... muito bom, foi muito bom, sosseguemo depois que entramos nessas terra foi um sossego, tranquilidade (Maria José, 67 anos, 2015).

A terra veio, no caso de Maria José e tantas outras, como uma possibilidade de estabilidade, de deixar de lado uma vida de *peregrinação* em troca de uma vida de *sossego e tranquilidade*. Esse sossego também está ligado ao sentimento de pertencimento, a um desligamento das preocupações, ao ter seu *próprio canto*:

Ah mudou muito, que eu tenho a minha paz, tem meu canto, eu amo meu lugar, eu amo meu assentamento, tem meus vizinho, nunca briguei com os meus vizinho, ali nem do fundo, nem da frente, nem do lado, nunca briguei com ninguém, então... sou apaixonada pela minha família, então tudo que eu tenho, minha felicidade foi aqui dentro desse sítio, é aqui, eu amo esse lugar. Eu vou pra cidade na casa de algum parente meu assim, quero voltar logo, que eu tenho um filho em Maringá fiquei doida, que eu fui essa semana, nunca tinha ido em Maringá acredita? Nunca tinha ido, fui lá em Maringá, fiquei doida, ai eu vou embora, dormi uma noite fui embora no outro dia, num fico, cidade muito grande me dá aquela coisa ruim na cabeça, aí veio embora (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Isso inclusive reflete em certa angústia quando há necessidade de deixar o lote, principalmente para ir para a cidade e ficar períodos mais longos. Estar na cidade “dá

aquela coisa ruim na cabeça”, ali não existe a mesma paz que encontram no assentamento.

Essas questões aparecem também nos depoimentos de Vanda, que antes vivia na cidade e demorou a se acostumar com o “mato”, mas agora não quer deixar o lote:

Óia, antes de eu vir pra cá logo no começo, eu num queria vir de jeito nenhum, aí que eu vou ficar aqui nesse mato, num tem água, num tem casa, eu tinha uma casinha mais ou menos lá no porto né, até então tinha água, energia, e eu lá quero ficar aqui no mato, que num tem água gelada, num tem... mas depois de 1 ano, 2 ano, 3 ano, aí eu me acostumei aqui, e agora que eu fiquei viúva o povo fala "ah vai, vende o lote aí vai pra uma cidade, larga de ser besta", eu num consigo (risos). Aí eu falo "aí eu gosto muito daqui, já acostumei", "cê é besta muié, fica aí sozinha nesse mato", ah eu... esses dias fui no Itesp, fui numa raiva, falei "vou por o lote a venda", aí cheguei lá amarelei (risos) (Vanda, 64 anos, 2015).

Depois de alguns anos vivendo no assentamento, sua opinião mudou totalmente, e é a cidade que desperta certo incômodo. Ao ser questionada sobre os pontos positivos de viver no assentamento ela conta:

Nossa, o sossego né, cê levanta a hora que quer, às vezes eu vou dormir na minha filha lá em Primavera, eu custo dormir, por causa dos barulho do carro, e ela aqui é esse galo cantando "manda essa galo cala a boca mãe", eu falo "ai... isso num tem jeito". Ai, o que eu gosto da cidade é a limpeza né, cê limpa a casa num suja tão rápido, e aqui cê limpa a casa logo tá cheio de poeira, mas... eu tô sossegada, acho que eu tô aqui tô no meu mundo particular, eu fico olhando, tem hora que eu fico pensando olhando os pé de planta, que coisa de louco, isso aqui era uma mata só cheia de árvore, de tantos eles falarem eu fui cortando algumas, coitada a bichinha demora tanto pra crescer, aí vai lá corta em 2, 3 minuto ela tá no chão, isso é um crime, eu tinha uma dó, uma dó. Eu falei quantas vezes né, a gente derrubou madeira, deixava aí acabava com tudo, e a mente da gente vai indo muda né, e agora a gente sabe que a natureza, as árvore, as... faz parte da vida da gente que, pra purificar o ar, pra evitar a poluição até, queimar lixo, eu queimava lixo aqui direto logo no começo, ave maria quanto lixo, agora eu já não queimo mais, quando eu tenho tempo eu cavo, enterro, pego, mando o menino pegar, jogo na roça em cima da, do mato, pra num crescer o mato e estercar a terra, num gosto de queimar não, mas nossa eu, se falar assim "vamo destruir" acho que eu tava em primeiro lugar.[...] eu mudei, e agora eu acho que tudo tem que ficar do jeito que tá que é pra num estragar (risos) (Vanda, 64 anos, 2015).

Vanda identifica também a importância da preservação ambiental para o bem estar das pessoas, reconhecendo suas próprias atitudes equivocadas do passado e explicando sua mudança de ponto de vista. Agora o espaço do lote é o seu “mundo particular”, e isso pode ser entendido como um espaço onde ela pode expressar o seu próprio ser, entrar em contato com a natureza e estar em paz.

Fazendo um comparativo, Edvalda se recorda de como era a situação antes e como ela se sente atualmente:

Eu vou tentar de falar numa maneira... de... ontem, assim, de antes e depois, eu hoje me sinto uma pessoa, não sou rica, mas me sinto, porque antes eu trabalhava, como dizia, trabalhava de dia pra... comprar a janta, num é o ditado que fala? [...] hoje não, porque antigamente a gente trabalhava se chovesse, se a gente num chovesse a gente trabalhava e no final de semana a gente tinha que fazer a compra, se passasse a semana e chovesse a gente tinha que se virar de outra maneira que num tinha como fazer compra. E aqui graças a Deus não, a gente chega final, chega época certa tem um dinheirinho vai lá no mercado e compra pro mês todo até pra 2 meses, eu me sinto hoje uma pessoa abençoada por Deus e eu acho que rica na vista antes (Edvalda, 46 anos, 2015).

Em sua fala identifica-se que a riqueza que ela menciona está mais relacionada à qualidade de vida em geral do que apenas ao aspecto financeiro. Qualidade de vida representada pela segurança oferecida pelo acesso a terra, diferente da insegurança dos tempos em que trabalhavam *para os outros*. Apesar de não mencionar em seu depoimento, é importante considerar que essa estabilidade alcançada muitas vezes afeta também, além do aspecto econômico, as relações familiares:

[...] o acesso à terra produz sensíveis mudanças na condição da família, para a estabilidade relativa que se ganha, criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência (MEDEIROS, 2008, p. 10).

Essa retomada das relações familiares, ligada ao trabalho necessário no lote e às novas exigências de produtividade, leva a uma mudança nas formas de sociabilidade: de valores de solidariedade e ajuda mútua, passam aos poucos a atuar o individualismo e a rejeição da cooperação. Isso reflete principalmente a inserção forçada dos assentados na economia mercantil sob pressão do governo e da sociedade.

Assim, “o simbolismo em torno da terra vai, aos poucos, cedendo lugar à visão da terra como mercadoria, logo, terra de negócio.” (SILVA, 2004, p. 105). Isso é aplicado pelo Estado a partir da política de implantação de assentamentos rurais prevista no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A adequação é difícil, já que grande parte dos assentados vêm de uma condição de miséria e é deles exigido uma inserção direta nos processos da chamada industrialização da agricultura, que envolve aplicação de insumos modernos, compra de maquinário específico, entre outros (SILVA, 2004).

Logo que entraram nos lotes as estratégias coletivas ainda eram mais comuns, pois se trazia muito da carga obtida através dos momentos de dificuldade que as pessoas passaram juntas no período do acampamento, bem como da teoria de organização coletiva aplicada pelo MST – que nesse momento já havia se constituído como um importante movimento social, o que pode ser entendido mais profundamente no trabalho de Borges (2010).

Ainda sob um aspecto de coletividade, havia o espaço da sede que era ponto de encontro em diversos momentos:

[...] só que tudo que ia fazer, a gente reunia lá em cima, na sede ali na casa da sede, reunia todo mundo, pra pegar lote, pegar cesta, pra fazer alguma coisa, sair, marcar uma reunião, assistir televisão, era tudo lá, tudo junto, muita gente, muita gente (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Também foi criada no início do assentamento uma associação de trator, grupo organizado e mantido por homens para utilização coletiva de tratores em diferentes lotes para que não fosse necessário que cada família comprasse um trator.

Sabe-se, conforme grande parte das publicações do MST, da importância atribuída a essa forma de trabalho, vista como ideal para a produção e para as demais relações, já que propicia o surgimento de novos valores a alimentar os desejos da transformação social, ou seja, de uma sociedade fundada em princípios igualitários. Somada a essa dimensão, observa-se ainda a afirmativa de que o trabalho coletivo viabilizaria a produção e a consequente rentabilidade econômica (BORGES, 2010, p. 140).

Apesar do sentido de coletividade, o coletivo era excludente, pois somente acatava as opiniões masculinas. Sobre as reuniões desse grupo D. Nice contou em entrevista que “*nós muié ia na reunião mas nem podia falar*”, fator que contribuiu para o surgimento de uma associação *de mulheres*, como será visto adiante.

Com o tempo e as pressões e incentivos governamentais para a inserção dos assentados nesse sistema mercantil (baseado na produtividade e com a “recompensa” do lucro individual) as coisas foram mudando, conforme relata Vanda ao lembrar-se do fim do grupo de trator:

[...] de trator o povo agora tá trabalhando muito assim individual né, muito egoísta, "quero pra mim e os outros que se dane", daí aqueles que tão melhor de situação, aqueles que teve sorte ou que trabalhou mais já tem bastante gente que comprou trator próprio né [...] (Vanda, 64 anos, 2015).

Assim, “o desejo de produzir na terra pelo trabalho familiar foi mais forte que a experiência do tempo do acampamento, maior ainda que os princípios organizativos do MST, em relação à forma de produção ideal” (BORGES, 2010, p. 140).

A perda do sentido de coletividade após a conquista do lote é uma característica comum, observada também em outros estudos sobre assentamentos rurais. Tendo em vista que no acampamento (e, no caso da Gleba XV, também nos períodos de transição) a organização era pautada na atuação coletiva, isso parece se perder quando as famílias são, literalmente, separadas em cada lote.

Sob a perspectiva de gênero neste contexto, Brumer e Anjos (2008, p. 228) afirmam:

Durante o acampamento, as assentadas participaram de um esforço pela manutenção e sobrevivência geralmente organizado coletivamente. Já no assentamento, devido em parte ao distanciamento entre os lotes e à relativa redução dos espaços de sociabilidade coletiva, há uma divisão do trabalho mais acentuada entre homens e mulheres. Assim, embora tenha havido uma melhoria na renda e na qualidade de vida nos assentamentos, parece ocorrer um retorno à tradicional divisão sexual do trabalho.

Agora, neste novo espaço-tempo do assentamento, as famílias se voltam para a produção e reprodução no lote, e não mais a uma sociabilidade coletiva como quando todos dividiam os mesmos espaços tendo somente no barraco de lona alguma “privacidade”. Isso também demonstra, conforme apontado pelas autoras, uma reafirmação da divisão sexual do trabalho, já que no lote a organização é pautada no espaço de produção voltado ao masculino e de reprodução voltado ao feminino.

No caso da Gleba XV a divisão sexual do trabalho não representa um retorno, mas uma continuidade, pois mesmo no período de acampamento, ainda que coletivamente, os grupos eram formados respeitando essa lógica: homens mantinham contato com os intermediários do Estado, numa esfera pública, enquanto as mulheres estavam mais ligadas à educação e alimentação, no âmbito interno do acampamento, ou seja, na esfera privada.

Entretanto, o exemplo da OMUS, que será apresentado com mais detalhes a seguir, é uma exceção a essa ausência de participação das mulheres em esferas públicas, pois demonstra como o associativismo pode atuar como meio de empoderamento dessas mulheres contribuindo para transformações que possibilitam o desenvolvimento de atuações em âmbitos diversos, e não apenas na esfera privada.

3. OMUS – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS: TRAJETÓRIA, DESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO

3.1 Criação, organização e conquistas: o início da OMUS

Como alguns depoimentos e considerações teóricas já evidenciaram, a conquista da terra – representada normalmente pela entrada no lote definitivo – não garante segurança produtiva e reprodutiva para as famílias assentadas. Deste modo, concordamos com Silva e Valente (2013, p. 397) quando afirmam que “a iniciativa de se organizar deve ser compreendida a partir do quadro de precariedade em que vivem, já que o principal desafio é desenvolver uma atividade que gere renda para aumentar a qualidade de vida de suas famílias”.

Este quadro de precariedade e dificuldades fez com que despertasse, no caso das mulheres da Gleba XV, a necessidade e vontade de lutar por melhorias. Isso confirma o que diz Farias (2008) sobre a criação de mecanismos de discussão e participação não apenas para definir alternativas de produção como aponta a autora, mas também como meio de trazer à tona outras necessidades e formas de tentar supri-las atuando coletivamente.

Menegat (2009) também enriquece a discussão ao corroborar a organização a partir das dificuldades:

São, inicialmente, as dificuldades que vivenciam que as têm impulsionado a buscarem, novamente, alternativas outras para a superação. Nesse sentido, a formação de grupos coletivos, numa maneira ideal para a soma dos esforços, e que envolvem parcerias com instituições diversas, dentre elas o SEBRAE, as Secretarias das prefeituras e as Universidades (MENEGAT, 2009, p. 226).

A autora traz também o aspecto das parcerias com instituições, que podem colaborar para o desenvolvimento dos grupos e que de fato acontecem no caso da OMUS como veremos adiante.

Visto que na maioria dos casos a definição produtiva é encabeçada pelos homens, as lutas femininas acabam se voltando para questões mais gerais como a saúde, a educação, a questão da água, entre outras. Além disso, a união dessas mulheres em prol de melhorias para todas também leva a tratarem de questões mais pontuais e delicadas. Nice fala sobre os benefícios de trabalhar em grupo apontando essa união como vantagem:

Eu acho assim quando você passa... você tem sua necessidade, cê sozinha pra conseguir alguma coisa é difícil, mas quando junta né, aí... é mais fácil pra conquistar. Então eu acho assim, a vantagem de ser associado e participar é a união, lutar pra pra conquistar alguma coisa, hoje a pessoa sozinha pra conquistar alguma coisa é muito difícil (Nice, 55 anos, 2012).

No caso da OMUS, o impulso para a criação veio, além da necessidade de melhorias para o assentamento, a partir da exclusão das mulheres de outra associação existente no assentamento, a associação do trator. Segundo as entrevistadas essa era uma associação dos homens e não havia espaço para a voz das mulheres:

Era só eles, porque o nome era deles então era só eles que tinha direito de fala e voto. Aí foi quando entrou a história da associação das mulher, porque, nós ia, ficava ouvindo tudo mas não podia opinar nada, nós falamos "então vamos também forma nossa associação", aí nós formamos a OMUS que tamo até hoje se arrastando (Nice, 55 anos, 2015).

Aqui se observa que mesmo com uma estrutura social que reproduz a todo momento as regras, comportamentos e identidades que legitimam a desigualdade entre os sexos – predominando a dominação masculina – existem formas que fogem a estes parâmetros:

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agente humano, como esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com a linguagem – linguagem conceitual que por sua vez põe limites e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretação, de jogo de invenção metafórica e de imaginação (SCOTT, 1990, p. 14).

São nessas possibilidades de negação, resistência e reinterpretação que surgem transformações na sociedade, ainda que, a princípio, em âmbitos restritos.

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou justificar (BOURDIEU, 2010, p. 106).

Assim, a partir da exclusão das mulheres do grupo masculino, surge o esforço para a construção de um espaço que nega a submissão da mulher ao homem, pois é um

espaço criado por mulheres para mulheres. Em geral, nas associações as mulheres se reúnem e se organizam de acordo com seus conhecimentos para buscarem seus objetivos, que vão desde melhorias na situação do assentamento em geral (saúde, educação, transporte) até a produção de gêneros alimentícios como fonte de renda extra para a família. Segundo Van Der Schaaf (2003, p. 419):

[...] as mulheres são individualmente invisíveis, é preciso, pois, uma organização coletiva. A organização, então, é pré-condição para se superar a situação e fazer justiça. E, também, uma expressão do desejo da igualdade com o homem, que tem o direito de se organizar.

Através das associações, muitas vezes as mulheres conquistam objetivos e promovem mudanças que atingem a percepção delas sobre a realidade ao redor e sobre seus direitos e, “assim, os direitos se estendem à esfera da autonomia pessoal, e a mulher se insurge contra condições que são opressivas e restritivas” (VAN DER SCHAAF, 2003, p. 436).

É claro que, para além da necessidade de se criar um espaço em que as mulheres fossem ouvidas, havia diversas demandas para o próprio assentamento, que, como é sabido, teve um início repleto de dificuldades. Maria José conta sobre essas outras motivações que levaram à criação da organização:

Bom, esse negócio, a história da OMUS ali foi uma luta, a gente tava lutando por, por uma vida melhor, por uma vida mais justa, é... começou logo no início quando nós chegamos aqui, era, a gente num tinha um centro de saúde aqui [...] então a gente tinha que se deslocar daqui, com criança pequena às vezes né, pra pegar o leite, pra consultar, pra tomar vacina [...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada [...] (Maria José, 67 anos, 2012).

Edvalda também fala das motivações para sua participação na associação e conta como a luta das mulheres foi necessária para certas conquistas:

Eu resolvi por, eu acho que por ver as menina enfrentar as coisa que era difícil, naquela época eles num aceitava opinião de mulher em reunião, era bem difícil, e foi através de, dessas reuniões, que teve muita conquista aqui dentro, num tinha nome muié, num tinha negócio de mulher ter nome em lote, e foi através de luta, de muita muita luta que conseguiu (Edvalda, 46 anos, 2015).

O nome da mulher no lote é uma das diversas conquistas obtidas através da luta das mulheres rurais. Segundo Brumer e Anjos (2008), desde a década de 1980 diversas

políticas públicas foram desenvolvidas no Brasil no intuito de incluir as mulheres de modo geral e também as mulheres rurais. A autora afirma ainda que a legislação de 1988 contemplou os direitos das trabalhadoras rurais à aposentadoria e ao salário-maternidade.

Entretanto, no caso específico das mulheres assentadas – que muitas vezes tem seu trabalho visto como ajuda e apenas o esposo consta oficialmente como agricultor familiar – o direito a previdência foi constituído somente no início da década de 1990 com leis que tratavam do tema de segurado especial (Lei 8.213 e Lei 8.212, ambas de 24 de julho de 1991). Segundo documento elaborado pelas Secretarias de Políticas Sociais e Agrícola da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para ser Segurado Especial da Previdência o indivíduo (ou membros do grupo familiar) deve enquadrar-se nas condições descritas no Inciso VII, Art. 9º, do Regulamento da Previdência Social. Um dos itens evidencia o cônjuge que atua nas atividades rurais como beneficiário, incluindo, portanto, as mulheres assentadas que em geral, se adequam ao caso: *“c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezesseis anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas “a” e “b” deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar”* (CONTAG, 2013, p. 1).

Nos últimos anos foram criadas políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que impactaram diretamente as assentadas rurais, dentre elas:

[...] a legislação da titularidade conjunta do casal nos lotes dos assentamentos; campanhas de documentação; criação de uma linha específica de crédito para mulheres rurais; campanhas de esclarecimento e informação para o acesso ao crédito; eliminação de algumas barreiras junto a bancos e intermediários na elaboração de projetos para obtenção de crédito; oferta de cursos de capacitação para gestores do crédito e para as próprias agricultoras, assentadas ou não (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 231).

Fazendo uma comparação entre o tempo passado – e considerando toda a trajetória desde o histórico familiar, o período de acampamento, os períodos de transição, a entrada nos lotes – e o momento atual, a visão geral das entrevistadas indica que a vida melhorou. Nice menciona algumas dessas conquistas obtidas através da luta, como a questão da titularidade do lote já mencionada:

Ah melhorou muito, nossa... melhorou muito muito, até porque no começo quando nós chegou aqui aí o TAU que era o documento da terra, era no nome do homem, então muitos homem falava assim “o lote é meu” se a mulher fosse embora ela

num tinha nada, só tinha os filho pra levar né, aí hoje não, hoje mudou, nós nos nossos encontro estadual foi uma briga e conseguiu ponha o nome da mulher, hoje num é mais só do homem, é do homem e da mulher, se o homem quiser vender tem que mesmo separado a mulher tem que assinar, então eu acho que foi um avanço muito grande, sobre a violência acho que melhorou muito muito, porque era demais mesmo, melhorou bastante e a gente debatia muito isso nas reunião né, então... e na luta também melhorou bastante porque de primeiro era difícil pra lutar, a gente tinha de ir pros cantos aí tinha de ir de ônibus, tinha de pagar o ônibus pra ir, o ônibus pra voltar, hoje não, hoje vai ter tal coisa em Primavera ou Rosana a gente pega o carro uma, duas, enche o carro de mulher e vai [...] (Nice, assentada do setor 2, 2015).

A possibilidade de *pegar o carro, encher de mulher e ir* mostra que houve uma melhoria na condição de vida dessas mulheres, já que agora não dependem de ônibus para realizar suas atividades podendo assim ter autonomia sobre suas ações e atividades.

O trecho da entrevista de Nice permite identificar algumas conquistas das mulheres e confirma a seguinte afirmação:

[...] as conquistas das mulheres do campo foram além de questões relativas à terra, ao salário e à produção, uma vez que em suas discussões incorporaram a categoria gênero, que passou a compor suas discussões e que propiciou novos elementos de percepção e de questionamentos em relação aos espaços produtivos, sociais, culturais e simbólicos existentes entre homens e mulheres (MENEGAT, 2009, p. 225).

Através da discussão de questões como a violência doméstica e de conquistas como o nome da esposa no termo de autorização de uso da terra, a mulher exerce seus “micropoderes”, para usar termo de Tedeschi (2009), e consegue mostrar sua capacidade de resistência, no sentido de rompimento com a estrutura vigente, conseguindo ir além de alguns estereótipos e passando a ser figura importante também nas esferas públicas, nas tomadas de decisão e no âmbito da política, onde antes o poder masculino quase não possibilitava a inserção de mulheres. Maria Lúcia, por exemplo, afirma ter atuado de diversas formas em espaços públicos:

Já, eu já trabalhei já fui funcionária pública, já trabalhei em Correio, já trabalhei em posto de saúde, já fui presidente da associação das mulheres, já fui conselho da associação, já fui tesoureira, já fiz muito vários curso, e quando tem agora tô fazendo ainda, eu vou participar de curso, pelo SEBRAE, tudo isso eu vou (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2015).

Em grande parte, as conquistas de certos direitos, as transformações que se tornaram possíveis e a criação de políticas públicas vieram através da luta das mulheres, e não simplesmente através da boa vontade do Estado. Esse “instinto” de luta pelos seus

direitos talvez seja advindo da própria mobilização na luta pela terra, que pode ter chamado a atenção delas para problemáticas relativas à condição feminina, pois passam a problematizar as relações sociais de dominação e questionar a estrutura agrária e seu formato organizativo (BRUMER; ANJOS, 2008).

Indo contra um contexto que facilita o rebaixamento do que é próprio e legítimo para aquele grupo, as mulheres da OMUS encontraram formas de se sobressaírem como protagonistas de suas lutas. Vanda relembra as assembleias realizadas: “*Tinha aquelas assembleia né, aquele monte de mulher que a gente convidava né, ficava 2, 3 dias lá discutindo, é o que que a gente queria que melhorasse*” (Vanda, 64 anos, 2015). Existiam reuniões locais e posteriormente encontros regionais e estaduais de maior abrangência, como indica Nice:

A gente discutia as necessidades, discutia na base e ia pra reunião então era educação, é lazer, saúde, todo tema, violência doméstica que é uma coisa que até tá muito dentro do assentamento, hoje ainda existe, esse agora dia 13 a gente teve um encontro aqui e foi muito discutido isso (Nice, 55 anos, 2015).

Pensando a capacidade de organização em busca de melhorias percebe-se que as mulheres atuam politicamente através de seus próprios meios, trazendo também consigo o saber popular do campesinato como instrumento de luta:

Enquanto produção intersubjetiva, o saber popular do campesinato torna-se um dos principais instrumentos de luta contra a sua condição de subordinação. Ele dá as bases para a consolidação da identidade coletiva de classe, de uma consciência política da necessidade da participação e da organização nos movimentos sociopolíticos em busca da autonomia e liberdade política no contexto capitalista (SALVADOR, 2011, p. 29).

No caso das assentadas da OMUS, esse processo se dá ainda dentro de um recorte de gênero, onde são mulheres as protagonistas dessa busca por autonomia através da consciência política e mobilização. Assim, concordamos com a seguinte afirmação:

[...] as mulheres estão abrindo caminhos com suas lutas, conquistando direitos, mesmo que a duras penas, criando e recriando projetos de uma participação mais efetiva na sociedade, construindo novos e, por vezes, tortuosos caminhos para a autonomia. Na luta cotidiana, criam novas relações de sociabilidade, de trabalho e transformaram a realidade em que vivem, tecendo novos papéis e tornando-se, elas próprias, novas pessoas (MENEGAT, 2009, p. 32).

Assim, fica claro que quando as mulheres desafiam as regras preestabelecidas – como é o caso das assentadas que compõem a OMUS – as relações sociais começam a ser transformadas e as questões de gênero passam a ganhar destaque. O caso pesquisado confirma o que afirma Tedeschi (2009, p.168) de que “são as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural”.

Como precursora do movimento que levou à criação da associação, D. Nice conta com mais detalhes sobre o início das movimentações e o desenvolvimento da OMUS:

A OMUS ela nasceu acho que em 87, 89, por aí assim, e a gente reunia embaixo de um pé de manga porque a gente num tinha estrutura nenhuma, só tinha uma casa lá da sede, da sede lá embaixo que era uma escolinha de madeira, mas aí a turma ficava com uma televisão lá, que era o único lugar que tinha energia, então o seu Juca que, acho que ganhou uma televisão e ficava lá, então ali o cinema era tudo naquele lugarzinho ali, muitas vezes nem via, só ouvia, e reunia muita gente, e a gente como num tinha lugar reunia as mulher debaixo do pé de manga, isso começou com as necessidade, pra poder lutar, pra nós brigar por saúde, educação, num tinha médico, foi uma luta pra vim médico, tudo, tudo... aí a gente começou, aí quando foi em 89, 89, isso, a nós resolveu criar a OMUS, até lá a gente era um grupo de muié, mas num tinha nome. Aí nasceu a OMUS, aí foi votado vários nome, aí apareceu a OMUS, a OMUS ganhou e ficou até hoje, então em 90 a gente legalizou a OMUS, foi quando nós foi atrás do prefeito pra reivindicar as coisas e... a muié do prefeito veio, assistente social que hoje é Cida do ITESP¹⁶ que era de Bernardes na época lá da prefeitura, aí falou "não, pra gente ajudar vocês precisa ser legalizado", aí em 90, 23 de março de 90 aí nasceu a OMUS [...] (Nice, 55 anos, 2015).

O relato de Nice aponta como a associação se forma inicialmente, primeiro com as reuniões para assistir ou ouvir a televisão passando para as discussões sobre as necessidades relacionadas à saúde e educação até a escolha do nome OMUS e oficialização da associação. Esse processo demonstra a importância dos espaços de sociabilidades para o desenvolvimento de iniciativas internas de mobilização e luta, pois nos espaços onde ocorrem as relações sociais cotidianas acontecem também discussões sobre questões importantes e a partir disso surgem os planos de ação, formas práticas de buscar os objetivos almejados.

¹⁶ O ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - é a entidade responsável pelo planejamento e execução de políticas agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo. Atua nos assentamentos rurais prestando assistência técnica e acompanhando os processos desenvolvidos no local, como a implantação de projetos de assentamentos e no fornecimento de mudas e sementes, por exemplo.

3.2 Desenvolvimento e definições produtivas da OMUS

Com a criação oficial da associação, as mulheres viram a necessidade de ter um espaço próprio para o desenvolvimento de atividades de grupo. Eis que surgiu uma oportunidade e mais uma vez elas lutaram, agora com o objetivo de conseguir um lote para a OMUS. Maria José contou sobre esse processo:

[...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada, como eu disse às vezes chegava lá no dia de entregar leite eles não queria entregar o leite pra nós, aí então vamos lutar, vamos ver se nós adquire alguma coisa melhor pra nós, aí foi quando aí, e sempre lutando né, por um lote, a nossa, o nosso objetivo era conseguir um lote, pra nós ficar, tocando roça e tudo memo, apesar de que nós já tinha os lote dos marido né, mas esse aqui era dos marido então vamos pegar um pra nós. [...] descobrimos que o lote tava desocupado, o dono do lote era um membro do MST, tava aí pelo mundo fora aí né, a família também tava pra lá com ele, tá abandonado o lote, aí Nice falou pra nós “mulheres, o lote tá desocupado lá, vamos ocupar”, vamos, aí fomo umas quatro ou foi cinco e fomo lá, quando o camarada soube da notícia lá onde ele estava ele baixou aqui, chegou aqui falou “ai mas cês num...” não, nós invadimos porque, segundo o que nós sabemos cê tava querendo vender pra outras pessoas né, que não tinha o direito de ficar aqui na terra então nós como já moramo aqui, já lutamo pra ter então nós vamos ficar com esse lote. Ah, aí num vai num vai, vai lá e vem cá, veio ITESP, veio... num me lembro se veio polícia, mas acho que não, veio só ITESP, combinemos ali né, mas num ficou de mão beijada, aquilo nós pagamo por ele, num sei quanto né, parece que um mil e quinhentos cruzeiro na época parece que era, [...] num me lembro, eu sei que nós pagamos o valor do um mil e quinhentos reais ou cruzeiro num sei, pra benfeitoria [...] ah e tamo lá até hoje, num sei o que vai dar daqui pra frente (Maria José, 67 anos, 2012).

Logo no início do trecho é interessante notar a colocação de Maria José de que os lotes eram dos maridos. Essa questão ilustra bem a posição secundária e inferiorizada da mulher, já que, mesmo atuando na luta pela terra e trabalhando no lote – geralmente na roça e no cuidado da casa, tendo, portanto, uma dupla jornada – o lote *é do marido*.

Conforme apresentado anteriormente, somente em 2003 a mulher passou a ter garantido o seu direito à titularidade conjunta do lote, sabe-se, portanto, que a princípio era sempre colocado o nome do homem. Além dessa da influência desse fator, há também o fato de que o homem costuma estar à frente de todas as decisões relacionadas ao lote, como a compra de insumos e a venda dos produtos agrícolas, o que daria a ele maior poder em relação ao lote.

Porém, esta realidade fez com que as mulheres lutassem e conquistassem o tão desejado lote da Associação, onde poderiam ter um espaço para tomar suas decisões e buscar melhorias em conjunto.

Em entrevista cedida à Patrícia Ramiro em 2006, Nice fala sobre a luta pelo lote e a reação de alguns maridos:

N: Ah, a luta do lote foi... muitas muié falava que queria prantá e os marido não deixava e nós não, nós queria e a gente já tinha mais independência, mas queria mais, queria mais. A gente pegou o lote e começou a trabalhar coletivo. [...]

P: E os maridos falavam o quê?

N: O que que os maridos falavam? Tinha uns marido que achava ruim, tinha outros que não achava não.

P: E os que achavam ruim falavam o quê?

N: Achava que era loucura, que nunca tinha visto aquilo de muié, então achava que era loucura. Aí depois veio a ideia do lote, vamo ocupar o lote e falava pro técnico, nós quer o lote aqui no centro 2... queremos o lote aqui no centro 2 e eles falava assim que era mera ilusão, que nós nunca ia alcançar isso. [...] (Nice, 55 anos, 2006).

Este trecho de entrevista demonstra exatamente o que diz Menegat (2009) na seguinte passagem:

As mulheres assentadas buscam, na prática cotidiana, de avanços e recuos, de abrir, fechar e reabrir portas, as condições para se construírem enquanto mulheres e mulheres assentadas e, assim, transformar relações, especialmente aquelas entre homens e mulheres. Questionam papéis na relação com os homens e com elas mesmas, transformando o que parece impossível, em possível (MENEGAT, 2009, p. 229).

O impossível – pelo menos aos olhos dos maridos e até dos técnicos agrícolas – se tornou possível por meio da luta das mulheres, inclusive aplicando a técnica de ocupação¹⁷, já conhecida por conta das ocupações de terra realizadas anteriormente junto ao movimento de luta pela terra. Assim, as mulheres mostraram que são capazes de abrirem portas com suas próprias chaves.

A partir da conquista desse espaço do lote para a associação começaram a ser desenvolvidas atividades no local:

[...] a gente num tinha dinheiro, num tinha lugar, num tinha nada, aí ocupamo o lote, na raça mesmo, sem ter lugar, só a coragem de trabalhar, aquele monte de

¹⁷ O termo utilizado é muitas vezes substituído pelo termo invasão, especialmente pela mídia quando retrata as atividades de luta pela terra como criminosas. Optamos por utilizar ocupação já que este é o termo utilizado pelas próprias assentadas, vide depoimento de D. Nice logo na sequência.

muié com enxadão, foice, e conseguimos plantar no primeiro ano dois alqueire de feijão, né, o prefeito deu a semente e a gente plantou. Depois veio, depois a gente conseguiu legalizar aí ficou nosso mesmo né, porque era a Tânia Andrade aí passou o lote pra nós, e depois viemo até hoje, depois conseguimos o material com o estado e o... a mão de obra com o prefeito, aí fez era a fábrica de doce (Nice, 55 anos, 2015).

Assim, com material cedido pelo Governo do Estado de São Paulo e mão de obra cedida pela Prefeitura Municipal de Rosana, foi construída no lote da associação a Indústria Comunitária de Alimentos, que a princípio seria destinada à fabricação de doces, como afirma Nice.



Figura 2: Lote da OMUS - Prédio da Indústria Comunitária de Alimentos, hoje destinado à padaria comunitária (2012). Fonte: Acervo pessoal.



Figura 3: Lote da OMUS - Prédio lateral com banheiros (2012). Fonte: Acervo pessoal.



Figura 4: Placa da "Indústria Comunitária de Alimentos", localizada no prédio principal da OMUS (2015). Fonte: Acervo pessoal.

Antes de seguir a trajetória das conquistas da OMUS no lote da associação, é relevante notar algumas questões relativas à placa apresentada acima. Podemos observar que ela indica as lideranças políticas externas ao assentamento, como a diretora executiva da Fundação ITESP, o prefeito municipal, o presidente da câmara e os vereadores. Além disso, grande parte dos nomes ali presentes é masculina. Pode-se, portanto, questionar o porquê dos nomes das mulheres assentadas não aparecerem em nenhuma placa, não tendo destaque algum. Se pensarmos que o lote foi conquistado a partir da luta dessas mulheres, de sua resistência e insistência fica claro que elas são protagonistas dessa história.

No momento em que a conquista da Indústria Comunitária de Alimentos – da qual as mulheres também fizeram parte – aparece como uma benfeitoria oferecida pelas instâncias mencionadas – instância essas onde prevalece a lógica masculina – sem mencionar sequer uma mulher da OMUS, nota-se que o protagonismo das mulheres rurais é excluído em detrimento da valorização de nomes que figuram no topo da esfera política local e estadual.

Apesar da construção de um espaço adequado para a produção de alimentos, a utilização do mesmo foi obstruída por um empecilho burocrático:

Aí nós não podia trabalhar porque o município não tinha o SIM [Selo de Inspeção Municipal], daí a gente começou a trabalhar a vigilância bateu em cima e mandou parar “cê não pode trabalhar que o município num tem o SIM”, aí nós paramo, aí começamo a fazer rosca, pão, isso aí é o de menos, umas com a bacia na cabeça, outras de bicicleta, outras de carroça, era assim e depois nós foi passamo, passamo, ganhando o projeto do governo federal já na época do Lula, o da Fome Zero, aí ganhamo o kit padaria, aí hoje a gente participa, entrega em 5 escola, 5 escola rural e esse final de semana a gente participou de uma chamada pública que vai entregar rosca e polpa, então a OMUS... e nós tá com um, vai fazer 6 anos, o projeto da CONAB, tem 5 ano que... a gente começou com 22 produtor, esse ano a gente tá com 106 produtor, a gente começou a 2.400 a DAP e hoje tamo com 8.000 por DAP na CONAB (Nice, 55 anos, 2015).

Apesar das adversidades no início, as conquistas do projeto do Governo Federal através do Programa Fome Zero, e do kit padaria através do governo estadual deram um impulso para a organização da produção. Houve também um curso de panificação que incentivou a prática, e a partir disso às atividades que antes eram informais com entregas realizadas *umas com a bacia na cabeça, outras de bicicleta, outras de carroça*, ganharam novos rumos, mais profissionais.

Por muito tempo foram realizadas no lote da OMUS atividades agrícolas e não agrícolas, porém atualmente no local é realizada a produção de pães, roscas e similares (entregues para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e encomendas realizadas esporadicamente) e a agricultura é realizada separadamente no lote de cada família, sendo o lote da OMUS utilizado para reunir os produtos para a entrega para a CONAB, conforme detalharemos mais adiante.

3.3 Atividades não agrícolas e as contribuições do saber fazer

Considerando que a atuação das mulheres da OMUS está voltada principalmente para a geração de renda a partir de atividades não agrícolas, a questão de gênero se mostra ainda mais importante para se pensar a agricultura familiar e especialmente o contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária, pois, em muitos casos e no caso específico da OMUS, as atividades não agrícolas são provenientes de um saber-fazer que já acompanhava as mulheres antes mesmo do surgimento de um grupo organizado para a produção. Este saber-fazer pode ser entendido como um saber de experiência:

Os saberes de experiência são aqueles elaborados no contexto dos processos sociais e do trabalho cotidiano; é a experiência a fonte desses saberes por que

coloca cotidianamente o homem em relação de aprendizagem com o mundo empírico. E nesta relação, o homem produz por meio de suas práticas um saber menos reconhecido, menos objetivado e mais informal, cujo conteúdo legitima uma leitura alternativa da realidade social em contraposição aos saberes dominantes (SALVADOR, 2011, p. 38).

Logo, este é um saber próprio, gestado no interior dos espaços e relações que os determinam, gerado a partir das experiências e vivências dos atores sociais envolvidos, e, no caso de assentadas rurais, um saber de fato menos reconhecido e alternativo aos saberes dominantes. Assim, pode também ser entendido como saber social: “O saber social dos assentados pode ser entendido como uma forma de expressão prática de toda produção econômica, política, cultural e educativa na sua realidade objetiva, ou seja, é todo saber que se produz socialmente” (SALVADOR, 2011, p. 37).

Na OMUS, esse saber-fazer está relacionado à produção de alimentos. No início a proposta era produzir polpa de frutas, o que reuniria produção agrícola e não agrícola, porém com as dificuldades para execução dessa atividade com relação à liberação por parte da vigilância sanitária, optou-se pela panificação. A ideia da padaria comunitária surgiu através de um curso de panificação realizado com as assentadas.

Pode-se observar, portanto, a influência externa – em geral de representantes das instituições que oferecem os cursos – para o desenvolvimento de atividades produtivas na associação, que, neste caso, tenta unir o saber-fazer advindo das experiências anteriores das mulheres com uma atividade rentável e dentro dos padrões técnicos que são colocados pelos órgãos regulamentadores.

Entretanto, é preciso realizar uma análise crítica sobre a questão, considerando a forma como certos saberes dominantes são inseridos no contexto dos assentamentos e associação ali existentes. Sabe-se, por exemplo, que alguns dos cursos oferecidos para esse público apresentam características que não consideram a realidade do grupo para o qual o curso é oferecido. É um conhecimento que já vem moldado e atua como uma “receita pronta”.

O grande problema desse tipo de abordagem é que ela não funciona em todo o tipo de situação, pois circunstâncias diferenciadas proporcionam resultados diferentes. E essa maneira negligente de atuação acontece não apenas no caso dos cursos, mas em diversas outras intervenções do Estado e de entidades. Quando Salvador (2011, p. 155) afirma que “é o saber da totalidade histórica e social do cotidiano vivido que está em jogo na consecução do sucesso”, fica evidente que alguns dos caminhos que vêm sendo trilhados estão levando a outros resultados.

É por isso que se faz necessária uma análise das situações de forma mais profunda, buscando compreender a realidade do local e das pessoas para que as políticas públicas, os cursos e as diferentes formas de interferência possam ser agregadoras, e não simplesmente desconsiderarem o saber empírico já constituído trazendo uma “receita de sucesso infalível” – que em geral, falha. Deste modo, as transformações carecem ser profundas:

Conquanto seja parte integrante de uma política social voltada especificamente para essa categoria do proletariado, a educação de que necessitam ficará impossível enquanto o Estado não se libertar de seus condicionamentos autoritários, isolantes e manipuladores de classe, para implementar nos assentamentos rurais políticas públicas eficientes na prestação de serviços sociais e econômicos suficientes para produzirem a autonomia com força social, política e econômica, capaz de transformar oprimidos em protagonistas de sua vida (SALVADOR, 2011, p. 195).



Figura 5: Produção de rosas na padaria comunitária no lote da OMUS (2015). Fonte: Acervo pessoal.



Figura 6: Produtos da panificação (2012). Fonte: Acervo pessoal.



Figura 7: Mulheres da OMUS e a pesquisadora em café da tarde¹⁸ com produtos feitos pela associação (2012). Fonte: Acervo pessoal.

Tendo considerado a importância de uma visão crítica acerca da questão dos cursos, destacamos a importância desse tipo de atividade no contexto da OMUS. Os cursos são sempre mencionados nos depoimentos como fonte de aprendizado, valorizados pelas mulheres da associação. Esses cursos são, em alguns casos, demandados pelas próprias mulheres, que identificam necessidades e solicitam junto às instituições, e em outros casos, são oferecidos pelos órgãos e adotados por elas, principalmente por já terem uma visão dos cursos como algo positivo para seu desenvolvimento pessoal e para melhora da própria associação enquanto grupo.

¹⁸ A associação não oferece refeições frequentemente em seu espaço, entretanto, quando há eventos, visitas ou outras atividades em que pessoas externas ao grupo estão no local, é comum que ofereçam alguma refeição de acordo com o horário.

Geralmente são oferecidos por órgãos como o ITESP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Desde a criação da Associação já foram realizados cursos voltados para a agricultura, pecuária leiteira, derivados de leite, panificação, produção de doces, entre outros. Nice comenta sobre temas de cursos e a importância da participação:

É vários curso que tem... é pra capacitação, pra administração, pra... um monte de coisa. Muito bom, pra saber trabalhar. Nós... através dos curso tem gente que fala assim "ai mas eu tenho que fazer curso", então nós nunca tivemos que fazer porque sempre a gente fez, tem curso tamo lá, "ah mas é curso do que, vai fazer pra que", oxe, nos ajudando porque... é o que a gente trabalha, o que a gente aprendeu, é o que a gente tá desenvolvendo (Nice, 55 anos, 2015).

O exemplo de curso citado por Nice merece destaque ao observarmos que a capacitação vai além das atividades práticas de produção, permeando também os aspectos administrativos e de gestão. Sua relevância se comprova ao notarmos que na OMUS são também as próprias mulheres que realizam a gestão e administração, necessitando, portanto, de conhecimento nesse sentido. Em geral, as mulheres não detém esse conhecimento previamente, assim, esse aspecto representa novo saberes, que podem causar certo estranhamento, mas ao mesmo tempo promovem empoderamento e visibilidade na medida em que envolve as mulheres no âmbito público, sendo elas que vão até os bancos, que acessam os projetos de fomento e as políticas públicas, enfim, elas passam a ter acesso à espaços historicamente masculinos.

Maria Francisca fala de como a associação contribuiu, através dos cursos, para o aprendizado de novas atividades, proporcionando uma expansão de horizontes:

Ah, ela ajudou eu a enxergar muita coisa assim, no ponto assim, pra trabalhar, pra melhorar renda, melhorou bastante, que se eu ficasse em casa assim, num participasse daqui, eu num fazia o que eu faço hoje, assim, fazer bolachinha, fazer pão assim (Maria Francisca, 54 anos, 2015).

Assim, fica evidente que, além de serem momentos de aprendizado, os cursos proporcionam também a troca de saberes e experiências a partir de uma atividade diferente das cotidianas. A partir dos cursos também é possível conhecer novas possibilidades de atuação para a própria associação, para o dia-a-dia nos lotes e outros aspectos que variam de acordo com a temática do curso.

Para exemplificar esse ponto – evidenciado como um dos mais importantes na associação – apresentamos as considerações acerca de um dia de curso acompanhado pela pesquisadora. O curso em questão foi oferecido pelo SEBRAE no próprio lote da OMUS, em um espaço geralmente usado para a panificação que no momento estava desabilitado por necessitar de adaptações para seu funcionamento.



Figura 8: Associadas participando de curso oferecido pelo SEBRAE no lote da OMUS (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

O curso oferecido nessa ocasião foi o *De olho na qualidade rural*¹⁹, que já havia sido trabalhado por diversos dias anteriormente e, no dia 21 de setembro quando estivemos presentes, já se encontrava em etapa de conclusão.

A proposta que foi seguida era de realizar o curso das 10h às 15h. No dia acompanhado, a equipe do SEBRAE chegou numa van da empresa e trouxe também os equipamentos necessários: apostilas, data show e cadeiras. Além de duas palestrantes do SEBRAE, foi convidada na ocasião uma representante da Vigilância Sanitária, já que um dos temas abordados tinha relação com o órgão.

Inicialmente a primeira palestrante lembrou os pontos tratados no encontro anterior e pediu que as assentadas comentassem a aplicação de algumas propostas que deveriam ser executadas em seus lotes/casas (como uma forma de aprender na prática em seus próprios espaços para depois levar isso para o âmbito da associação). Um dos pontos era relativo ao descarte daquilo que já não se utilizava. Muitas mulheres

¹⁹ Este curso é voltado para a compreensão e implantação do “método d-olho” (descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida) na propriedade rural, e tem como intuito orientar para o combate do desperdício, a otimização de recursos, a melhoria do bem-estar físico, mental e social de todos e o respeito ao meio ambiente (SEBRAE SP, 2015).

afirmaram ter dificuldade por ter muitas coisas acumuladas, e uma delas reclamou que o marido não a deixou realizar o descarte.

Observamos neste sentido, além da dificuldade pessoal das mulheres de eliminar certos acúmulos, a dificuldade imposta pelos esposos, que, como figuras de autoridade “dentro de casa” tem o poder de permitir ou não que algo seja feito por sua esposa. Assim, vemos que a transformação da teoria em prática também esbarra em questões de gênero, pois se o marido não aprova a mulher não pode executar.

Após a retomada do conteúdo anterior, a palestrante utilizou o recurso audiovisual para apresentar mais detalhes sobre os conceitos do 5S²⁰ que correspondem ao método d-olho: descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida. Apesar de ter sido entregue um material impresso no dia, foi requisitada uma apostila que teria sido entregue no início do curso para todas as mulheres, porém a maioria não se lembrou de levar nesse dia. Foi possível observar que muitas pegaram o material e deram uma olhada “por cima”, mas não utilizaram para acompanhar o conteúdo no decorrer da fala da palestrante. Também foi perceptível que em alguns momentos a linguagem era de compreensão um pouco mais difícil, não chegando a prejudicar totalmente o entendimento, mas mostrando que algo mais simples e participativo certamente poderia prender mais a atenção das mulheres, visto que muitas delas ficaram dispersas em alguns momentos, saindo da sala, conversando ou mesmo que presentes, prestando atenção em outras coisas.

Na sequência a outra palestrante foi apresentada e passou a tratar de questões ligadas à Legislação de Vigilância Sanitária. Uma questão interessante proposta no curso foi a parceria com a Vigilância Sanitária, e não uma relação baseada no medo da fiscalização, que é o mais comum de se identificar na maioria dos casos. A ideia é que a Vigilância possa colaborar indicando as melhorias e mudanças necessárias, e mesmo ajudando a implantar, para que não seja apenas um órgão fiscalizador que faz com que as mulheres se desesperem ao se deparar com um responsável que chega ao local para realizar uma vistoria.

Essa proposta também pretende atuar para que tudo esteja de acordo com as normas exigidas o tempo todo. Assim não seria necessário “sair correndo” pra arrumar tudo às vésperas da visita da vigilância, mas sim um processo de manutenção de uma ordem já adequada às exigências da Vigilância Sanitária. Quanto a isso se percebe que

²⁰ Metodologia criada no Japão, os 5S correspondem a *Seiri* (Senso de Utilização), *Seiton* (Senso de Ordenação), *Seisou* (Senso de Limpeza), *Seiketsu* (Senso de Saúde) e *Shitsuke* (Senso de Autodisciplina)

as mulheres realmente gostariam que fosse dessa forma, mas não acreditam que seja possível, e de certa forma resistem sobre algumas mudanças, o que é visível pela não aplicação das propostas feitas através do curso, como a devida organização dos produtos utilizados para a panificação.

A partir dessa postura, é possível pensar que o sistema que vem sendo utilizado pelo SEBRAE não é efetivo no sentido de promover a transformação da teoria em mudanças práticas nos processos executados pela OMUS. Como proposta, indicariamos que fosse feita uma abordagem mais prática, que ao invés de apenas falar para as mulheres o que pode ser feito, se unisse a elas para executar realmente o que é proposto. Isso poderia inclusive ser feito em etapas, da mesma forma como é apresentada a teoria, por exemplo: no dia em que se trata de organização, membros do SEBRAE e membros da OMUS saem pelo espaço da associação observando e organizando o que é necessário. Talvez dessa forma a aplicação ocorresse de fato, pois quando é apenas falado vai sendo deixado para depois e acaba nunca sendo efetivado na prática, ainda mais se considerarmos que as mulheres têm diversas atividades ligadas tanto à Associação quanto às suas vidas pessoais. Dentro dessa proposta, podemos pensar que as palestras poderiam se tornar oficinas, onde a teoria e a prática ocorrem juntas, promovendo uma real aplicação dos conceitos e provavelmente uma fixação muito melhor do conteúdo trabalhado.

Considerando o horário do curso, foi necessário realizar o almoço durante esse período. As mulheres já haviam se organizado previamente para que fosse oferecido o almoço ali mesmo na padaria comunitária, e no horário destinado trouxeram os alimentos já preparados e serviram para todos os presentes.

Após o almoço a atividade teve continuidade e surgiu uma questão relativa ao próprio espaço onde estava sendo ministrado o curso, local onde era realizada a produção dos pães, mas que estava sem uso, pois além do forno estar quebrado, havia algumas irregularidades na estrutura do prédio que precisavam ser adequadas. Como esse era um dos temas abordados no curso, as mulheres questionaram o que precisava ser feito, e, ainda que dessem algumas indicações, os palestrantes do SEBRAE colocavam a todo momento que a “moça da Vigilância” (que também havia acompanhado o curso) iria esclarecer o que seria necessário mudar. Entretanto, a representante da Vigilância Sanitária já não se encontrava no local, e diversas dúvidas acabaram não sendo esclarecidas e sequer foi dada uma previsão ou proposta de esclarecimento em outro momento.

Dessa forma, parece que os cursos, apesar de agregarem muito conhecimento relevante para o desenvolvimento da associação e das próprias mulheres, ficam um pouco distantes da realidade vivenciada por essas assentadas cotidianamente, realidade que muitas vezes não permite a retomada de certas questões em outros momentos.

Para concluir, foi proposta uma atividade teatral em que as mulheres deveriam representar as etapas do método d-olho (descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida). Para isso, após a explicação sobre a atividade, as mulheres tiveram um tempo para montar a apresentação. Elas optaram por se dividir em pequenos grupos que representariam cada uma das etapas, grupos esses identificados por faixas com o nome da etapa. Além disso, foi montado um cenário com objetos encontrados no local.



Figura 9: Teatro apresentado pelas mulheres sobre as etapas propostas no curso (2015). Fonte: Acervo pessoal.

A forma como as mulheres se organizaram para a apresentação em pouco tempo reflete a capacidade de organização delas em outros sentidos relacionados à Associação e possivelmente em outras situações. Elas demonstraram também a compreensão das etapas apresentadas no curso e criatividade ao montar o cenário e pensar como iriam demonstrar as etapas de forma prática. Tudo isso é reflexo de um saber preexistente que vem à tona quando necessário:

[...] o saber é construído e expresso no cotidiano permitindo tanto ao indivíduo como aos grupos não apenas transmitirem a sua prática, mas a consciência e a capacidade de argumentar tanto a natureza como as finalidades das práticas. Além do mais, essa concepção permite entendermos a relação intrínseca entre o saber e as práticas humanas, ou seja, que toda prática se fundamenta em saberes. Esta dimensão prática do saber coloca em evidência que esse é também um processo de vinculação do homem ao

mundo e ao mesmo tempo o provedor de essenciais instrumentos que este mesmo homem precisa para viver neste mundo, revelando desta forma, sua estreita relação com o poder e o fazer (SALVADOR, 2011, p. 85).

Estes saberes preexistentes se juntam ao aprendizado oferecido pelos cursos e aumenta o impulso para que a teoria vire prática, ou seja, o *saber* se torne *fazer*. Foi após a realização de alguns cursos que surgiu o interesse em aplicar o conhecimento para colocar em prática alternativas não agrícolas de geração de renda²¹. O interesse pela busca de atividades não agrícolas é também alternativa a uma produção agrícola que já não se mostra suficiente para garantir as necessidades das pessoas que vivem no campo. Isso aparece no depoimento de Nice ao ser indagada sobre o porquê decidiu buscar atividades diferentes da agricultura:

Porque a agricultura é uma coisa assim, pra nós assentado é bom, mas é complicado. Cê pranta milho, se perder é perca total e você tem um determinado tempo pro cê colher pra saber o que vai ganhar, e você fazendo isso não, sempre cê tem seu dinheirinho. Esse que é o objetivo então, por mais que a gente... cê pranta feijão você vai ter noventa dia, pro cê colher saber o que vai dar, o milho também tem um determinado tempo, tudo tem o seu, algodão, então, e o... e daí era uma fonte de renda né, que a gente sabia, cê precisava vim pra Primavera num tinha dinheiro falava vou dar uma volta de bicicleta, de a pé ou de carroça, conseguia vender e ter o dinheiro pra vim pra Primavera e comprar até alguma coisa. (Nice, 55 anos, 2012).

A aplicação de alternativas diferenciadas de geração de renda também permeia a questão da manutenção dos jovens no lote. Há uma preocupação das assentadas com relação à continuidade da família naquele local, já que na maioria dos casos representa uma vitória conquistada com muita luta, que não deveria ser desperdiçada.

Sabe-se que atualmente muitos jovens se sentem atraídos pela vida urbana. Esta tendência de saída dos jovens do campo para as cidades é tema de diversas pesquisas que abordam o tema em sua ampla complexidade, já que envolve não apenas questões de geração e família, mas também de gênero, entre outras (cf. CASTRO, 2008). No caso da OMUS, as jovens, filhas das assentadas, são chamadas para atuar na associação, também tendo em vista a idade já avançada da maioria das mulheres, que afirmam preocupar-se também com a continuidade da organização quando elas já não puderem atuar.

²¹ Com relação a este tema, é possível obter mais informações no Trabalho de Conclusão de Curso “Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro”, da autora do presente trabalho. (Cf. ALMEIDA, 2012).

Hoje assim, a OMUS ela tá mudando porque até o ano passado nós era em sete, hoje a gente abriu pras filhas das assentadas, então nós vamo... elas tão em período de experiência, mas com certeza vamo tá em quinze... quinze sócios então assim, as filhas das assentadas que tiver... foi aberto pra quem quisesse participar, elas já participaram de duas reunião, então elas tem que ter três reunião como pede o estatuto, então com certeza até o mês que vem, elas, a gente vai ver as que é aprovada e as que num são. (Nice, 55 anos, 2012).

De 2012 para 2015 aumentou a participação das filhas das assentadas, e, algumas companheiras do início se foram:

[...] Hoje a gente assim tá um grupo meio cansado, mas a gente pegamo mais algumas filha da OMUS, das mulher da OMUS pra poder... [...] mas é muito bom, mas só que as véia também num desiste, as véia quer tá lá e... as meninas fala “é nós que vamo dominar ainda aí”, nós já fala “quando nós morrer vai ser”[...] nós já perdemo companheira do início da OMUS da fundação da OMUS [...] (Nice, 55 anos, 2015).

Observa-se que a continuidade está se mostrando possível e que a associação proporciona atividades que interessam às mulheres jovens, que muitas vezes se inspiram na própria luta das mais velhas para seguir buscando seus objetivos, seja no aspecto econômico através da geração de renda, seja nos aspectos socioculturais, buscando melhorias em aspectos como saúde e educação.

Entretanto, a aproximação de membros da mesma família dentro da atividade da associação possui seus conflitos. Edmara, filha de Nice, fala um pouco sobre essa questão:

É pior trabalhar com a família do que com as outras. [...] Porque eu bato de frente, aí eles acha que eu num posso bater de frente, que eu devo respeito, que num sei o que, aí fica ruim, mas é pior, que eu bato muito de frente com a minha mãe e ela como presidente, e aí tem coisa que ela faz que eu num topo, as outra topa e eu num topo, aí eu bato de frente que as outra num tem coragem e eu tenho, aí elas fala que eu tô errada, que eu num posso, porque ela é minha mãe, daí eu falo “não, aqui ela é a presidente e eu sou a... a tesoureira” então, daí nós bate de frente... Mas é pior trabalhar com parente do que com as outra (Edmara, 33 anos, 2015).

Edvalda que é tia de Edmara e irmã de Nice também identifica alguns problemas relacionados ao parentesco dentro da associação:

*O: Como é que é ter a família também trabalhando ali junto?
E: É difícil! (risos) É difícil.
O: Por quê?*

E: Por quê? Porque uma pensa de um jeito, a outra pensa de outro e começando, e uma fala e a outra sem medo de ofender, quando pensa que não uma já deu agulhada na outra, mas aí é família, logo passa.

O: E com as outras que não são, é diferente?

E: Não, aí a gente tem que agir diferente né. Porque muitas vezes por, por a gente já tá próxima assim a gente fala às vezes até sem pensar, quando falou já num tem como empurrar a palavra pra dentro (Edvalda, 46 anos, 2015).

Se tratando de família, os depoimentos evidenciam que por haver mais intimidade entre familiares algumas questões são tratadas de forma diferente, muitas vezes até soando mais desrespeitosas, *sem medo de ofender*, dizendo coisas que não seriam ditas da mesma forma para pessoas que não fossem da família.

3.4 Continuidade da agricultura: a contribuição da OMUS para a execução do Projeto da CONAB

Para melhor compreensão do que é chamado pelos assentados de *Projeto da CONAB*, é importante entender a relação entre o PAA, a CONAB e o Programa Fome Zero, compreendendo o porquê dessas iniciativas e como se desenvolvem na prática.

O Programa Fome Zero, criado pelo Governo Federal, é uma estratégia que visa assegurar o direito humano à alimentação, buscando proporcionar uma alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esse programa possui quatro eixos articuladores: acesso à alimentação; geração de renda; articulação, mobilização e controle social; e fortalecimento da agricultura familiar. É neste último que o PAA se insere, e a CONAB contribui na parte da execução (BRASIL, 2016).

O PAA, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é um programa que compra alimentos da agricultura familiar para distribuição em instituições públicas. No município de Rosana são utilizados principalmente na merenda escolar. A compra é realizada através da CONAB, e tem como objetivo além do fortalecimento da agricultura familiar, o incremento da segurança alimentar da população. Para participar do PAA, o assentado deve possuir a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, instrumento que qualifica a família como parte da agricultura familiar (BRASIL, 2015).

O projeto da CONAB vem sendo muito valorizado pelos assentados, sendo um dos principais fatores que incentivam a permanência e manutenção tanto de jovens quanto de adultos no assentamento. Considerando a trajetória percorrida desde o início do assentamento observa-se que o projeto teve uma função importante na construção da estabilidade dos assentados rurais na Gleba XV de Novembro.

Em entrevista Edvalda se lembra das dificuldades que viveu quando entrou no assentamento, quando a família precisava se sujeitar à venda para atravessadores:

[...] o que a gente plantava, às vezes quando era financiado às vezes tinha perca total, outras vez o que colhia era pouco, só pro gasto, num era como hoje assim, e quando achava quem comprava as coisa era atravessador, que ia por preço de... qualquer preço.

[...] a gente vendia pros cara assim que passava comprando com o carro, eles comprava pra revender nos ponto de venda, então quer dizer, eles pagava o preço que queria pra poder... mas era difícil.

O: E vocês aceitavam por que...

E: Porque num tinha outro meio. Então a gente sobrevivia mas... e no começo aqui a gente num podia criar gado porque aqui era área pra agricultura, área pra gado era na pecuária, então depois de muita luta porque aqui a, esse pedaço aqui, essa quadra, ela é terra muito fraca, de braquiária, então aí foi uma luta muito grande pra que eles liberassem, aí eles liberaram o gado pra gente e graças a Deus é do que a gente tem vivido melhor até hoje. Aí depois com a vinda da CONAB que já tem o quê? Vai fazer 6 ano né, 6 ano, aí a coisa melhorou porque aí a gente, o que você plantar você vende (Edvalda, 46 anos, 2015).

A mudança na situação após a chegada do projeto da CONAB é visível ao observar a diferença entre *vender para atravessadores porque não tinha outro meio* e *o que você plantar você vende*. Percebe-se que o projeto trouxe para muitos assentados a segurança da comercialização de seus produtos, logo, segurança no recebimento de uma renda proveniente da agricultura.

Entretanto, o início foi complicado, pois havia uma pressão para que conseguissem cumprir o combinado, e como ainda não haviam participado de nada do tipo, houve certa insegurança:

Quando foi umas 20 pessoa o começo, então nós mandou por nosso nome, aí menina, deu aquele desespero assim que a gente num ia conseguir, assim, meu Deus do céu, era o que naquela época, num sei se foi 6 mil, se foi 4, acho que o primeiro acho que foi 4 mil, "mas como é que nós vai conseguir?", mas eles explicavam "gente, isso daí não é um... não é um meio de vida a CONAB, a CONAB veio pra complementar os salários pra ajudar a família", mas mesmo assim a gente tinha medo. [...] Então aí a gente ficava assim "se vocês num der conta vocês vão pagar multa", nós ficava assim "meu Deus e se num dá?" porque o

tempo hoje em dia tá [inaudível] cê tenta plantar alguma coisa a seca vem né, aí mas foi fácil, nossa (Edvalda, 46 anos, 2015).

Com a continuidade do projeto e a adaptação dos assentados ao sistema de funcionamento, a entrega para a CONAB passou a fazer parte da rotina de alguns assentados da Gleba XV de Novembro.

Atualmente a entrega de produtos para a CONAB ocorre no lote da OMUS às quartas-feiras. No dia 23 de setembro acompanhamos o processo a partir das 9h, quando as primeiras famílias chegam trazendo seus produtos. Foi possível observar que o meio de transporte utilizado pelas famílias é variado, alguns utilizam carroças, outros usam carros comuns, e alguns carros com carroceria aberta.



Figura 10: Assentadas chegando com produtos para entrega (2015). Fonte: Acervo pessoal.

No momento há 80 famílias inscritas nesse projeto, mas aproximadamente 42 famílias estão entregando de fato. Mesmo assim o lote da OMUS fica tomado por pessoas e produtos, que infelizmente ficam todos expostos ao sol, pois não há cobertura suficiente no local²². É possível observar no espaço homens, mulheres e crianças. Geralmente cada família descarrega e organiza os seus produtos, mas em alguns casos observamos ajuda entre as famílias.

Isso indica que, mesmo com a perda, em geral, do sentido de solidariedade após a conquista da terra, em alguns momentos a ajuda mútua ainda se faz presente, mesmo que num panorama ligado ao aspecto econômico/mercantil, que geralmente incita o individualismo.

²² Esse foi um dos temas tratados na reunião com a prefeita do município realizada no mesmo dia durante a entrega para a CONAB. Mais detalhes serão apresentados na sequência.

Quanto à atuação da OMUS nessa atividade, observa-se que vai além do uso do espaço para a organização da produção antes da entrega, sendo também através da associação que são feitos os processos de pagamentos, visto que no dia da entrega é Nice que acompanha a pesagem enquanto Edmara anota as quantidades que serão posteriormente repassados para que os pagamentos sejam efetuados. O depósito é feito na conta da OMUS, e, depois, o dinheiro é distribuído para os agricultores.

Após descarregar, os produtos são colocados em fila organizada por ordem de chegada. Os assentados não ficam ao lado dos produtos, geralmente buscam alguma sombra, principalmente em dias de sol e calor como o que acompanhamos. A maioria das famílias possui caixas marcadas com seus nomes ou iniciais, o que ajuda a identificar de quem são os produtos, mas em geral eles mesmos se organizam e respeitam a ordem, se mantendo sempre atentos à movimentação da fila para estarem presentes quando for a sua vez de pesar os produtos.



Figura 11: Fila de produtos para a pesagem (2015). Fonte: Acervo pessoal.

A pesagem é um processo realizado geralmente por D. Nice e Edmara junto à família que está entregando. Cada família coloca os produtos na balança, D. Nice opera a balança e informa o peso para que Edmara marque a quantidade em uma nota que é entregue ao produtor.

pessoas que têm problemas de saúde e não podem se locomover até a assistência social (neste caso, alguém da família vai buscar os produtos diretamente no lote da OMUS).



Figura 14: Produtos entregues para a CONAB (2015). Fonte: Acervo pessoal.

Na ocasião, observamos a entrega dos seguintes itens: mamão; banana; pimentas (vários tipos); coco; couve; almeirão; cebolinha; alfaces (crespa, mimosa); salsinha; coentro; cenoura; mandioca; feijão andu; batata doce; tomates (comum, cereja); pimentão; jiló. Lembrando que nem todas as famílias entregam os mesmos produtos e as mesmas quantidades.

Após a pesagem os produtos são colocados num outro espaço sem uma organização específica, pois dali vão direto para o caminhão da CONAB. Nesse dia, o caminhão chegou por volta das 10h e, como havia passado em outros pontos de coleta, já trazia alguns produtos. Em geral são os homens que carregam os produtos para o caminhão e os organizam, mas em alguns momentos mulheres também participaram nessa etapa.

Além da nota apresentada anteriormente – que é emitida a cada entrega realizada – há uma nota total do projeto, que reúne todos os produtos com quantidades e valores para que sejam calculados dentro do total da DAP, que no projeto atual está em R\$8.000,00.

Figura 15: Nota total por produtor (2015). Fonte: Acervo pessoal.

Em entrevista, Edmara explica melhor como funciona o projeto da CONAB:

Então, esse projeto é assim, a presidente da associação faz o projeto, elabora o projeto e manda, se ela, ela tem um tempo pra ela mandar, se ela passar dessa data, aí não tem, não consegue ser aprovado, aí ela manda sempre antes da data, pra poder não perder o projeto, que se mandar depois perder, igual nós tamo rodando esse e já tem outro garantido. [...] Por ano, cada produtor agora tem direito, era, começou a DAP com 3.000, 3.500, subiu pra 4.500, o ano passado nós trabalhamos com 6.500 e esse ano nós tamo trabalhando com 8.000 pra cada produtor (Edmara, 33 anos, 2015).

A DAP funciona, portanto, como um limite oferecido aos assentados para a venda de sua produção para a CONAB. Os produtos podem ser entregues ao longo de um determinado período e a quantidade varia, pois os produtos têm preços diversos:

[...] ele tem 10 meses pra trabalhar o projeto, pra gastar 8.000, tem gente que gasta rapidinho, mas tem gente que é mais demorado, tem produtor que quer entregar por todo mundo, porque é assim ó, os produtor que entrega doce, tem uns produtor que entrega doce, bolacha, esses termina a DAP mais rápido, porque o doce ele é mais caro, aí rapidinho ele termina a DAP dele (Edmara, 33 anos, 2015).

No caso dos produtos não agrícolas como os doces e bolachas citados, a produção ocorre apenas no lote da OMUS, pois é exigida uma autorização da Vigilância Sanitária. Edmara explica também como ocorre o pagamento e como se dá a intermediação da OMUS, que além de reunir os produtos para a entrega é o órgão que recebe os pagamentos e redistribui aos produtores rurais:

[...] é assim ó, você começa entregar dia 16 de... hoje nós tá em setembro né, dia 23 de setembro, aí quando é o fim do mês de setembro, aí o produtor manda aquela tabelinha que eu falei pra você, aí a gente faz a conta, manda pro escritório, o escritório manda pra São Paulo, aí a CONAB vai fazer análise lá, fazer tudo certinho, ver cê tá tudo certinho, aí ele deposita o dinheiro na conta da OMUS, aí a OMUS pega, que a OMUS já tem a conta de todos produtor, pega, vai lá no banco, a OMUS num tem acesso ao dinheiro, só vai lá com o valor de cada produtor, e o cara do banco faz a transferência pra eles [...] (Edmara, 33 anos, 2015).

Com a explicação de Edmara, compreende-se a importância da OMUS na mediação da entrega de produtos para a CONAB. A associação vai além de sua atuação na produção de alimentos (e comercialização destes) desenvolvendo também atividades administrativas e de gestão, que exigem grande responsabilidade das envolvidas. Essa atuação diferenciada promove a visibilidade de gestoras para além do que previram quando criaram a associação.

Pouco tempo após a chegada do caminhão da CONAB chega ao local a prefeita do município de Rosana, Sandra Kasai. Após cumprimentar todos os presentes um a um, a prefeita acompanha a pesagem e o carregamento do caminhão, posando para fotos e interagindo nas atividades. Em certo momento, Nice chama a atenção de todos²³ para uma conversa mais séria com a prefeita. Ela vai direto ao ponto e cobra propostas definitivas para a resolução de problemas já apresentados anteriormente: a necessidade de construir uma cobertura no espaço onde são realizadas as entregas da CONAB para que os produtos não fiquem expostos ao sol sujeitos a perda de qualidade (apesar do foco nos produtos, consideramos também a importância da estrutura para o próprio bem estar dos assentados).

Após uma conversa breve fica definido que o ITESP será responsável por oferecer o material e a prefeitura pela execução do serviço, fornecendo a mão-de-obra necessária. Provisoriamente, foi combinada a instalação de duas tendas no local até que o material seja fornecido e as obras possam ser iniciadas.

Observando que seus produtos já foram carregados no caminhão muitos assentados já começam a ir embora, e em certo momento permanecem somente as mulheres da OMUS e a prefeita. Já dentro da Padaria tomando um lanche, Nice aproveita para falar de alguns problemas acerca de reclamações sobre o pão entregue pela OMUS – que vai para as escolas ser servindo na merenda. A prefeita concorda que

²³ Mesmo sendo um espaço com pessoas de diversas idades, gêneros e atividades, pode-se observar a forma como D. Nice se impõe como liderança chamando atenção quando necessário e sendo ouvida e respeitada nesse contexto.

são reclamações infundadas e orienta que sigam produzindo e entregando da mesma forma. Após a partida da prefeita as mulheres se organizam para realizar a limpeza do espaço da padaria, pois nesse mesmo dia fizeram produtos para entrega (encomenda de pão doce).

Para muitos assentados a entrega para a CONAB representa uma significativa mudança ao proporcionar certa segurança sobre a venda dos produtos cultivados, segurança que não existia anteriormente, principalmente no início do assentamento:

E: Eu acho um programa bom, porque melhorou muito a situação de muita gente aqui na gleba. Porque antes era difícil.

O: Em questão de que assim que melhorou?

E: Em questão de, de vida mesmo porque, a gente agora, porque muitas vezes a gente plantava as coisas, num é tudo que o povo que passava comprava, se plantava abóbora às vezes dava pra porco, se você plantasse horta cê tinha que plantar pra você, num tinha como cê dar pros vizinho porque os vizinho também plantava, hoje não, hoje cada um planta seu pouquinho de coisa já na certeza de que vai vender e de que vai receber. Então é um dinheiro que chega na hora certa (Edvalda, 46 anos, 2015).

Edmara corrobora esse pensamento, e lamenta que o projeto não tenha se iniciado logo no princípio do assentamento:

Ah, esse projeto veio pra melhorar o assentamento, porque antes os produtor tinha os produto e num tinha onde vender, hoje eles entrega e no fim do mês tem seu dinheirinho, tem gente que consegue fazer até mil reais por mês, e antes o produto eles jogava no mato. Se esse projeto tivesse vindo no início da gleba, eu acho que a situação do assentamento era bem diferente, a gente já, é, teria uma estrutura melhor dentro do assentamento, se tivesse vindo no início né, porque depois desse projeto já mudou muito a vida dos assentado (Edmara, 33 anos, 2015).

Além do aspecto de segurança econômica evidenciado nos depoimentos acima, a chegada do projeto da CONAB também pode ser entendida em alguns casos como um incentivo para o cultivo de diferentes produtos agrícolas:

E a gente assim, trabalha mais sabe, que antigamente assim, eu num, no começo, eu num mexia com horta, num entendia de horta, e agora abriu a cabeça da gente assim, que a gente planta de tudo sabe pra entregar, no começo eu num sabia mexer, num tinha costume de trabalhar assim, e agora abriu a cabeça da gente e a gente planta de tudo e entrega (Maria Francisca, 54 anos, 2015).

Apesar de serem levadas a pensar no projeto da CONAB *não como meio de vida, mas como complemento do salário* esse tipo de venda hoje é essencial para a manutenção de diversas famílias nos lotes. Essa proposta também é importante ao

considerar a própria OMUS, que através do projeto tem entregas garantidas além das encomendas esporádicas.

Os aspectos positivos apresentados até aqui só são possíveis graças ao papel de liderança exercido pelas mulheres da OMUS, que lutaram pela a formalização da associação, pelas adequações necessárias para que a associação pudesse atuar, para que, todo ano, o projeto da CONAB fosse renovado, e, em geral, para que fosse possível viabilizar a geração de uma renda que vem servindo para a manutenção dos assentados rurais nessa área. Através do trabalho delas foi possível ter uma associação que hoje contribui para o desenvolvimento de diversas famílias assentadas, pois sem o espaço, a organização e o trabalho da OMUS, não seria possível a participação dos assentados nos projetos que hoje estão ocorrendo na Gleba XV de Novembro.

3.5 Associativismo e empoderamento: a renda da OMUS como fator de emancipação das mulheres assentadas

Tendo observado as formas de atuação da associação no assentamento bem como a atuação das mulheres entrevistadas na associação, verificamos a relevância da questão da renda obtida através do trabalho coletivo, buscando notar as aplicações dessa remuneração e seus desdobramentos. No caso das mulheres assentadas que atuam na OMUS a aplicação da renda obtida por meio da associação é geralmente uma decisão tomada pela mulher. Quando questionada sobre esse aspecto, Maria José disse:

É pra pagar conta, porque num sobra, é difícil. É pra pagar conta, porque a gente deve um tantinho ali, compra um móvel, num é coisa assim pra terra, é pra nossa casa mesmo, né, às vezes pra ajudar algum filho que tá mais necessitado né, assim... (Maria José, 67 anos, 2012).

Diferente de Maria José, Edvalda afirma que aplica a renda na terra, além de outros gastos como contas e alimentação:

Eu? Oxente, na casa, no... porque a gente tem que viver, se alimentar, tem que pagar energia, tem que cuidar da terra pra poder plantar de novo, quando sobra um pouquinho a gente tem que fazer esforço de guardar [...] (Edvalda, 46 anos, 2015).

Ainda que com algumas variações, no geral, as mulheres assentadas utilizam a renda obtida através do trabalho na OMUS para investir na casa e na família. Muitas vezes são usadas para os gastos cotidianos, como o pagamento de contas e alimentação, mas em outros representam a possibilidade de comprar ou utilizar serviços dos quais não se podia usufruir sem essa renda específica:

Esse dinheiro pra mim é assim ó, um mês eu compro algumas coisa, um sapato, uma roupa pra um filho, no outro mês eu compro pra outro, pago dentista pro meu filho, que antes eu não tinha condição de pagar, aí eu pago com esse dinheiro, quando demora igual tá demorando agora, o tratamento fica parado, aí quando chega eu volto pro dentista, pra mim é uma bença isso aí. Porque da, do salário do meu marido num dá né, é muita coisa, nós tá construindo uma coisa daí tem que ponha na construção, aí tem que fazer compra, e esse dinheiro eu vou só... tipo assim eu coloquei só nessas coisas, nos filho só [...]num é meu não, porque eu num fico com nada (risos), se dizer que a mãe tem alguma coisa, eu não, é dos meus filho. Aí eu compro, tipo, esse mês eu vou lá compro dois tênis pro menino, daí no próximo mês vou compro duas sandália pra menina, é assim, eu invisto nos menino, que antes eu num tinha condições de fazer isso, daí nós já tem um combinado em casa com o meu marido, nesse aqui ninguém põe a mão, só pras criança, aí fica só pro, tudo que eu pego vai pras criança (Edmara, assentada do setor 2, 2015).

Algumas mulheres deixam claro que a renda não é realmente delas, pois acabam aplicando em bens e serviços para toda a família. Entretanto, o poder de decisão sobre a aplicação da renda parece ser, na maioria dos casos, um poder da mulher. No caso de Vanda, apesar de aplicar na casa, foi em algo que *ela* queria, com intuito de *melhorar a vida*:

Aí a gente acaba comprando coisa pra casa né, é uma roupa pra um filho, é um calçado e acaba enfiando em casa mesmo porque... eu num sei a gente fala “não eu quero o meu dinheiro” mas fala assim... eu quero meu dinheiro pra compra roupa boa, sapato, essas coisas? A maioria das mulher compra ganha dinheiro é pra enfiar em casa mesmo, pra melhorar a situação, quer comprar uma máquina de lavar, né, um fogão novo... eu comprei um armário novo, aí eu queria um armário né! Acaba no fim ficando em casa né... mas.. é tudo pra melhorar o nível de vida da gente (Vanda, 64 anos, 2015).

Ainda que a renda obtida através de seu próprio trabalho seja investida em benefício de toda a família, a atuação na associação parece possibilitar às mulheres o acesso a um poder que provavelmente não tinham anteriormente: o poder de decisão sobre a aplicação da renda. Muitas vezes o dinheiro obtido por meio do trabalho no lote é “dinheiro do marido”, mesmo quando a mulher também trabalha (neste caso, seu trabalho é, em geral, reduzido à *ajuda*, não sendo valorizado).

Assim, o trabalho na OMUS gera uma renda que é da mulher e, por ser remunerado, é mais facilmente reconhecido como *trabalho* – o que ainda não acontece no caso do trabalho doméstico que continua sob sua responsabilidade, mas não é valorizado e reconhecido. O *trabalhar fora* oferece benefícios também em outros sentidos:

O trabalho pode trazer também à mulher a satisfação de ter algum *dinheirinho seu*, pouco que seja, afirmando em algum nível sua individualidade, mesmo que seus rendimentos não se destinem para si mesma, uma vez que esta individualidade não deixa de ser referida à família. Ou, ainda, o trabalho pode lhe proporcionar a gratificação de, *pelo menos, sair de casa* – uma atividade que a retira do confinamento doméstico [...] (SARTI, 2011, p. 100, grifo do autor).

Entretanto, a tentativa de afirmação da individualidade, a conquista de um espaço que vai além do doméstico e a própria satisfação pela obtenção do dinheiro são lutas que encontram barreiras colocadas pelos próprios companheiros. Cabe aqui relembra o ocorrido em entrevista com uma das assentadas em 2012. Mesmo com as explicações sobre o enfoque de a pesquisa estar voltado para a mulher e sua atuação na associação, um dos esposos fez questão de acompanhar a entrevista e opinar a todo momento, inclusive criticando a associação e discutindo com a mulher sobre os benefícios, já que ele insistia em dizer que a renda proveniente do trabalho na associação era uma “mixaria” enquanto ela tentava mostrar que ainda que fosse pouca, aquela renda fazia a diferença.

É interessante notar com o ocorrido algumas coisas já apontadas anteriormente, como a desvalorização do trabalho da mulher – seja no espaço interno do lote, seja em outros ambientes – e a dominação masculina exercida pelo esposo que tenta limitar a todo o momento a fala da esposa, tentando impor seu próprio ponto de vista e desvalorizar algo que tem importância para ela.

Assim, observa-se que as rupturas e conquistas das mulheres não são facilmente alcançadas, e que as batalhas para promover as transformações necessárias para criação de espaços menos desiguais e relações menos opressoras são batalhas diárias e incessantes. Assim como Menegat (2009, p. 230)

[...] entendemos as conquistas das mulheres como processos que não são fáceis e nem mesmo definitivas, uma vez que elas precisam lidar com estruturas que são seculares, dentre elas os poderes institucionalizados, como o poder do patriarcado, e com outros aspectos ainda presentes nos assentamentos e na sociedade em geral.

Contudo, mesmo nos casos em que há a interferência negativa da desvalorização do trabalho na associação vinda do esposo ou de outros elementos, não se pode negar a importância do poder de decisão da mulher sobre a renda obtida através da associação, bem como a conquista do acesso à esfera pública em oposição ao confinamento doméstico. Esses são fatores de *empoderamento* dessas mulheres.

A noção de empoderamento pode ser compreendida como uma ampliação do poder, de caráter relacional, e que pode ser percebida nas dimensões econômica, pessoal, social e política:

Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 220-221).

Com base nos dados do PNAD de 2006 apresentados por Butto e Hora (2008), sabe-se que as mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural. Isso significa que são quase 15 milhões de mulheres, entre agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, quilombolas e camponesas, muitas ainda sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento do seu trabalho e atuação em seus contextos. Estas pequenas conquistas se mostram muito relevantes, mas ainda há muito a desenvolver:

Muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e com forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agricultoras familiares, e entre elas destaca-se a falta de reconhecimento da atividade produtiva desempenhada por elas (BUTTO; HORA, 2008, p. 34).

Ao desenvolverem uma atividade produtiva no lote da associação de mulheres, que proporciona a elas o poder de decisão sobre a produção e sobre a renda obtida, é construído um princípio de autonomia:

É preciso superar a fragilidade e a insuficiência de informações e diagnósticos sobre os programas e as políticas públicas em curso, aperfeiçoando a compreensão sobre os processos de empoderamento, de geração de renda monetária e de construção da autonomia para as mulheres na reforma agrária (BUTTO; HORA, 2008, p. 35).

Assim, se apresenta a relevância dos estudos sobre as associações como espaços que permitem o desenvolvimento desses processos de empoderamento, por meio da geração de renda e da construção da autonomia como evidenciam as autoras. Bem como se mostram extremamente importantes os estudos de gênero, já que:

Na busca de alternativas, as mulheres desempenham um papel decisivo, mesmo que ainda desvalorizado. Desse modo, impõe-se a incorporação da questão de gênero nas análises a respeito da agricultura familiar e reforma agrária, assim como outras categorias de análise – pluriatividade, multifuncionalidade, sustentabilidade, capital social, desenvolvimento territorial – diante das transformações no meio rural, entre as quais se destaca a crescente participação das atividades não agrícolas na renda das famílias rurais (SILVA; VALENTE, 2013, p. 398).

A atuação e as consequentes transformações geradas através de suas lutas e conquistas evidenciam a importância da valorização da *mulher rural*, mostrando sua capacidade de desconstruir ideias muitas vezes tidas como naturais:

[...] é preciso acentuar que as conquistas das mulheres do campo, [...], representam o início de seu empoderamento e com ele a desmistificação da ideia natural de que a mulher do campo é feita para atuar na cozinha e na horta, porque é assim mesmo que tem de ser, e sempre foi assim. As mulheres assentadas questionam a construção social, baseada na desigualdade entre homens e mulheres, e estão tornando-se elas próprias novas mulheres (MENEGAT, 2009, p. 230).

Menegat (2009) destaca no trecho especificamente as mulheres assentadas, que, no caso da Gleba XV de Novembro, alteram relações a partir do empoderamento que acontece através de meios criados por elas próprias. Numa visão otimista, podemos pensar que, apesar dos desafios:

[...] os avanços conquistados permitem novos horizontes para a luta feminista no meio rural. A combinação de políticas de promoção de direitos com a força e a organização política, econômica e social das organizações e movimentos de mulheres é capaz de superar as desigualdades entre homens e mulheres historicamente construídas no meio rural e, também, na reforma agrária (BUTTO; HORA, 2008, p. 35).

Porém, acredita-se que isso só será possível de fato se houverem ações conjuntas no sentido de desconstruir estas desigualdades não apenas no campo, mas em todos os espaços sociais. Menegat (2009) expressa a situação de forma muito lúcida:

A nova maneira de viver faz com que as mulheres caminhem para a construção de uma maior autonomia, tanto no plano pessoal, como no da gestão e do encaminhamento de atividades, o que nega a imagem, até então

dominante, da mulher como mera “ajudante” ou dependente do trabalho masculino. Isso as tem conduzido a questionar, a transformar valores tradicionais que só têm feito manter, através dos tempos, o homem à frente do espaço público [...]. No entanto, isso não significa dizer que ingressamos em um novo século sem a exclusão feminina do mundo público, porque negaríamos a situação ainda presente em nossos dias. Sem dúvida, houve avanços, as mulheres conquistaram espaços, mas há diferenças, quer seja de salário ou de cargos reservados especialmente aos homens, quer de responsabilidades assumidas no espaço doméstico e mesmo de poder sobre o próprio corpo, que ainda se fazem presentes na sociedade (MENEGAT, 2009, p. 30).

Julgamos, portanto, necessário ponderar sobre o tema com mais profundidade não somente em níveis locais, mas levando a questão a um nível macro – que envolve toda a sociedade incluindo os atores, espaços e relações existentes – para que as transformações ocorram de forma mais abrangente, possibilitando uma aproximação cada vez maior do ideal de igualdade, justiça e cidadania para todos e todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o presente trabalho sido desenvolvido com objetivo de entender a participação das mulheres associadas à OMUS nos processos de desenvolvimento da Gleba XV de Novembro a partir do entendimento delas próprias sobre os diferentes períodos históricos do assentamento, é possível afirmar com veemência que elas foram de suma importância em todos os períodos mencionados, como demonstram os relatos.

As conquistas das mulheres assentadas no caso da Gleba XV de Novembro vêm sendo construídas desde a luta pela terra. As dificuldades enfrentadas parecem ter dado o impulso necessário para as diversas lutas travadas ao longo de todo o processo que se deu desde o acampamento até a criação e desenvolvimento da associação de mulheres, passando por períodos de transição e pelo início do assentamento repleto de dificuldades.

Observa-se, principalmente ao notar a divisão dos períodos que foi baseada na memória das entrevistadas, que a construção das histórias do assentamento e das mulheres ocorreu concomitantemente, sendo os movimentos e rumos da sociedade condicionados às ações das mulheres, e, ao mesmo tempo, as vidas delas condicionadas aos processos históricos da sociedade em que estão inseridas.

Desde o acampamento até o período atual as mulheres atuaram em sentidos diversos, como na proteção dos homens em momentos de confronto antes da conquista

da terra, na luta pelo acesso a melhores condições no início do assentamento e na associação de mulheres que hoje contribui positivamente para o desenvolvimento do assentamento e das famílias que ali vivem. Tudo isso é parte da história da Gleba XV de Novembro, o primeiro assentamento da reforma agrária do Pontal da Paranapanema.

Mesmo com a nítida contribuição das mulheres para o desenvolvimento do assentamento a dominação masculina e as nuances do patriarcado ainda atuam intensamente sobre elas, na tentativa de oprimir, desvalorizar e tornar invisível seu trabalho e sua luta. É por isso que o presente trabalho se propôs a apresentar a história e as questões relacionadas a essas mulheres, para que se possa conhecer, entender e valorizar a participação delas na trajetória da Gleba XV de Novembro.

Notar e valorizar o empoderamento feminino no caso da OMUS também é importante, pois o protagonismo das mulheres em setores antes dominados pelos homens contribui para a transformação das relações sociais abrindo espaço para novas configurações que rompem com a lógica preexistente.

Entretanto, uma supervalorização do empoderamento pode sugerir que as conquistas alcançadas são suficientes, afinal muitas mulheres já foram empoderadas e muita coisa se transformou. Porém, é notório que uma mudança total ainda não aconteceu, as conquistas foram de fato relevantes, mas ainda está em vigor um patriarcado estrutural, que se encontra nos detalhes e também em panoramas mais amplos e visíveis da sociedade brasileira.

No caso do meio rural parece ainda mais difícil lutar contra o patriarcado enraizado, que está posto em regras de ordem moral instituídas pelas famílias desde seus antepassados. Valores que foram passados como herança familiar e que não serão facilmente desconstruídos e/ou substituídos.

Tendo em vista esse contexto, observar casos como o da OMUS – que possibilita uma atividade que oferece renda extra às mulheres, proporcionando um espaço de sociabilidade em que podem tratar de assuntos diversos, colocando-as em posição de lidar diretamente com e no âmbito público, oferecendo a elas maior poder de decisão (sem a “sombra” do homem, geralmente representado pelo marido) – pode ser muito proveitoso enquanto exemplo real das condições das mulheres e das transformações que elas vêm promovendo na sociedade.

Deste modo, gostaríamos de reconhecer a importância do associativismo para o empoderamento de mulheres, mas sem deixar de considerar que as conquistas obtidas

até aqui são o início de uma mudança ainda mais ampla, que acreditamos já estar em curso não apenas no meio rural, mas em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Olivia Alves de. **Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro**. 2012. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Rosana, 2012. Disponível em:

<<http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/DTA/Biblioteca/2012-12/OliviaAlvesdeAlmeida.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960-1990**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP**. São Paulo: Annablume, 2010.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas,SP: Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Governo Federal. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.** 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BRASIL. CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar:** O Fortalecimento da Agricultura Familiar: programa Fome Zero. 2016. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

BUARQUE, Chico. Assentamento. In: BUARQUE, Chico; SALGADO, Sebastião; SARAMAGO, José. **Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Livro/CD).

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001. p. 21-41; 103-114.

CARNEIRO, Maria José. Políticas de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, Clayton. GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro:** políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-149.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 112-130.

CONTAG (Brasília/DF). Secretarias de Políticas Sociais e Agrícola. **Agricultura familiar e segurado especial da Previdência.** 2013. Disponível em: <https://www.contag.org.br/imagens/finformativo-002-12_spa-sps_contag.doc>. Acesso em: 28 fev. 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FARIAS, Marisa Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.

_____. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, 2007, ano 10, n. 11, pp. 33-47.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/Bernardo_Mancano_Fernander.pdf>. Acesso em: 10 ago 2013.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. 1993. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000063842>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

GOVERNO FEDERAL. Portal da Cidadania. **Territórios da Cidadania - Pontal do Paranapanema – SP**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pontaldoparanapanemas/one-community?page_num=0>. Acesso em: 07 nov. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, 2001, vol.15, n.43, pp. 37-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2012.

_____. **Para entender o Plano Nacional da Reforma Agrária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: <[http://ler-online.jegueajato.com/Maurice%20Halbwachs/A%20Memoria%20Coletiva%20\(397\)/A%20Memoria%20Coletiva%20-%20Maurice%20Halbwachs.pdf](http://ler-online.jegueajato.com/Maurice%20Halbwachs/A%20Memoria%20Coletiva%20(397)/A%20Memoria%20Coletiva%20-%20Maurice%20Halbwachs.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25. n. 74, outubro/2010. pp. 159-196.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O distrito de Rosana**: alguns aspectos. Presidente Prudente: [s.n], 1985.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC/Fundação UNESP, 1998.

LEITE, Sérgio et al. (Coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora Unesp: 2004.

MANCUSO, Maria Inês Rauter; RAMIRO, Patrícia Alves. De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v.2, n.2, jan/jul 2010.

MARTINS, José de Souza. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Sévolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MELLO, Maria Conceição D’Incao e. **O "bóia-fria"**: acumulação e miséria. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens - O Caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, 2006.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S. P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. pp. 33-40.

_____. Sociologia do meio rural. In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S. P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. pp. 41-63.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis**. 2003. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050321154429.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, pp. 185-206. 2001b. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Introdução: por que uma sociologia dos grupos rurais? In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S. P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SALVADOR, Mariléa Borges de Lima. **Saber popular e autonomia nos assentamentos rurais**. Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

SEBRAE SP (São Paulo). **D-olho na qualidade: 5SS para os pequenos negócios rurais**. 2013. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/98-produtos-presenciais/cursos/9883-d-olho-na-qualidade-5ss-para-os-pequenos-negocios-rurais>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos, Série Poder).

SILVA, Camila Marques Viana; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2013, vol.51, n.2. pp. 387-399. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2015.

SILVA, Rubens Antonio da et al. **Infestação por triatomíneos em assentamentos e reassentamentos rurais na Região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo**. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online]. 2007, vol.40, n.5, pp. 527-532. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v40n5/a07v40n5.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações**

de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

UNGARO, Gustavo. **Terras paulistas: justiça e cidadania.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias** [online]. 2003, n.10, pp. 412-442. ISSN 1517-4522. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: XX Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...* Caxambu-MG: ANPOCS: 1996.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & homem:** o mito da desigualdade. São Paulo: Editora Moderna, 1988. pp. 6-17.